

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
CENTRO DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CURSO DE MESTRADO

LETÍCIA BORGES POLETTO

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CAXIAS DO
SUL: NARRATIVAS SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE EGRESSOS DE
MEDIDA DE PROTEÇÃO (1990-2011)**

Caxias do Sul
2013

LETÍCIA BORGES POLETTO

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CAXIAS DO
SUL: NARRATIVAS SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE EGRESSOS DE
MEDIDA DE PROTEÇÃO (1990-2011)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Orientadora: Dra. Nilda Stecanela

Caxias do Sul
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

P765i Poletto, Leticia Borges, 1981-
Institucionalização de crianças e adolescentes em Caxias do Sul :
narrativas sobre as trajetórias de vida de egressos de medida de proteção
(1990-2011) / Leticia Borges Poletto. - 2013.
121 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de
Pós-Graduação em Educação, 2013.
Apresenta anexos e bibliografia.
“Orientação: Profª. Drª. Nilda Stecanela.”

1. Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). 2. Menores –
Estatuto legal, leis, etc. 3. Educação. I. Título.

CDU: 342.726-053.2/.6(816.5CAXIAS DO SUL)

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|--|-------------------------|
| 1. Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) | 342.726-053.2/.6(81) |
| 2. Menores – Estatuto legal, leis, etc. | 342.726-053.2/.6 |
| 3. Educação – Caxias do Sul (RS) | 37(816.52CAXIAS DO SUL) |

Catálogo na fonte elaborada pelo bibliotecário
Marcelo Votto Teixeira – CRB 10/ 1974



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

“Institucionalização de crianças e adolescentes em Caxias do Sul: narrativas sobre as trajetórias de vida de egressos de medida de proteção (1990-2011)”

Letícia Borges Poletto

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação

Caxias do Sul, 28 de maio de 2013.

Banca Examinadora:

Dra. Nilda Stecanela (presidente – UCS)

Dra. Dra. Sílvia Maria Fávero Arend (UDESC)

Dra. Terciane Ângela Luchese (UCS)

CIDADE UNIVERSITÁRIA

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – B. Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone / Telefax (54) 3218 2100 – www.ucs.br

Entidade Mantenedora: Fundação Universidade de Caxias do Sul – CNPJ 88 648 761/0001-03 – CGCTE 029/0089530

Dedico a todas as crianças/adolescentes que me permitem escutá-los e que, apesar de já terem uma trajetória de sofrimento em suas vidas, me enchem de afeto e carinho, me trazendo motivação para continuar esta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu marido, Marcos Poletto, pelos momentos compartilhados, pelo afeto, carinho e por estar tão próximo mesmo a quilômetros de distância. À minha mãe e ao meu pai emprestado, Fernando, pelo carinho e incentivo. À minha avó Maria (*in memoriam*), pelo exemplo de persistência e amor pela vida.

Aos meus amigos por compreenderem a minha ausência, e na presença, o meu palavratório.

À minha querida orientadora, Dra. Nilda Stecanela, pelo exemplo de ética, oportunidade de crescimento, suporte, confiança e por acreditar que eu posso.

À minha parceira das aulas e orientações, Alessandra Chaves Zen, pelas trocas, explicações e amizade construída.

Aos professores do Programa de Pós Graduação – Mestrado em Educação da Universidade de Caxias do Sul pelo saber compartilhado, em especial, à professora Terciane Luchese, pelas dicas e ideias de leitura.

Ao grupo do Observatório de Educação da Universidade de Caxias do Sul pelos encontros, trocas e oportunidade de aprendizagem.

Ao Curso de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul, em especial, à professora Alice Maggi, pela oportunidade de estágio e saber compartilhado.

Ao Ministério Público do Rio Grande do Sul, nas pessoas da Dra. Adriana Karina Diesel Chesani; José Roberto Barreiros (*in memoriam*); e a psicóloga e sempre amiga Débora Ceccato, pela abertura e possibilidade de realização desta pesquisa.

Aos jovens entrevistados, por me permitirem que adentrasse em suas trajetórias de vida.

Ao COMDICA, pela acolhida e fornecimento de documentos que auxiliaram na construção deste texto.

À FAS (Fundação de Assistência Social), pela oportunidade de trabalho com crianças/adolescentes e famílias. À Equipe do CREAS pelas trocas e amizades construídas. À Equipe da Casa Família Caminhos da Esperança por me permitir trabalhar de forma autônoma, aceitando e incentivando as minhas muitas ideias.

Por fim, agradeço a todos, sem citar nomes, que de alguma forma contribuíram e incentivaram positivamente esta construção.

A todos o meu muito obrigada!

Se não vejo na criança uma criança, é porque alguém a violentou antes, e o que vejo é o que sobrou de tudo que lhe foi tirado. Essa que vejo na rua sem pai, sem mãe, sem casa, cama e comida, essa que vive a solidão das noites sem gente por perto, é um grito, é um espanto. Diante dela, o mundo deveria parar para começar um novo encontro, porque a criança é o princípio sem fim e o seu fim é o fim de todos nós.

Betinho – Herbert de Souza

RESUMO

Esta investigação se inscreve no campo da educação, mais especificadamente nos processos educativos não formais. Trata das trajetórias de vida de crianças e adolescentes que passaram por medida de proteção de acolhimento institucional, constituindo, dessa forma, o objeto de investigação desse estudo. Os procedimentos administrativos pertencentes ao Ministério Público – 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude da Cidade de Caxias do Sul no período compreendido entre os anos 1990 a 2011, bem como as narrativas produzidas em entrevistas semiestruturadas com quatro egressos dos serviços de acolhimento do município, constituem o *corpus* empírico deste texto, o qual foi construído na perspectiva da análise textual discursiva, metodologia de tratamento dos dados cunhada por Roque Moraes (2011). Os percursos metodológicos passaram também pelos preceitos da história cultural, incluindo a história oral e a análise documental. A pesquisa objetivou entender os motivos e significados que levaram crianças e adolescentes ao afastamento da família, alguns nem sempre como uma medida provisória, como orienta o Estatuto da Criança e dos Adolescentes (ECA). A análise do material construído apontou que dois acolhidos, do sexo masculino, vivenciaram a situação de acolhimento de forma satisfatória, uma vez que apreenderam vivências e experiências que consideram hoje contribuir para suas relações familiares e sociais; em contrapartida, as duas outras entrevistadas narraram um grande ressentimento ao não terem seus sentimentos reconhecidos e respeitados pelos profissionais que exercem as suas atividades laborativas nas instituições, e ainda, salientaram os malefícios da transferência de instituições quando completaram doze anos de idade. Os procedimentos do Ministério Público corroboraram com os dados disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça, destacando que há na cidade mais sujeitos do sexo masculino em situação de acolhimento do que do sexo feminino. Ainda, apontaram a falta de conhecimento e preparo, por parte do Conselho Tutelar, no momento de afastar uma criança/adolescente de seu núcleo familiar de origem. De forma complementar, realizou-se uma análise das constâncias e (in) constâncias jurídicas na história da infância no Brasil, utilizando como contribuição teórica o entendimento de Norbert Elias (1993, 1994, 2011). Para a efetivação do estudo, procurou-se estabelecer um diálogo com autores que discorrem sobre os temas analisados, tais como: Claudia Fonseca (2000, 2006, 2009, 2012), Irene Rizzini (2000, 2007, 2008), Vicente Faleiros (1995, 2008), Renato Caminha (1999), Maria Luiza Marcílio (2006), entre outros. Com as análises efetivadas, o texto concluiu que o conjunto de leis e diretrizes contribuem para o fortalecimento do trabalho realizado com este público, contudo ainda faltam políticas públicas articuladas, que previnam o rompimento de laços familiares e comunitários das crianças e adolescentes do nosso país. Estima-se que a contribuição da pesquisa está, pois, na articulação entre aspectos de uma história de longa duração – o processo de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil – e uma história do tempo presente – trazendo parte dos territórios íntimos dos sujeitos abrigados e/ou acolhidos, em contextos de alargamento da compreensão da educação para além dos muros da escola, vinculando-a a um processo de socialização.

PALAVRAS-CHAVE: ECA, Abrigamento/Acolhimento Institucional, Infância e Juventude, Processos de socialização, História da Infância e da Juventude.

ABSTRACT

This research is inscribed into the area of education, more specifically into non-formal educative processes. It deals with life stories of children and teenagers who were sheltered by institutions, as a means of protection, and who are the object of research in this study. The empirical corpus of this text is constituted by administrative proceedings belonging to the State Public Prosecution Office-4th Department of Justice Specialized in Children and Young People of Caxias do Sul- in the period of 1990 to 2011, together with narratives produced in semi-structured interviews, involving four former institution sheltered young people of the municipality of Caxias do Sul. This corpus was built following the approach of discursive textual analysis, a methodology of data treatment coined by Roque Moraes (2011). Methodological routes passed through cultural history commandments, including oral history and documental analysis. The research had the aim of understanding causes and meanings that led children and young people to keep distance from their families, many of them without the support of a provisional measure, as the Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Children's Rights Statute) suggests. The analysis of the constructed material indicated that two of the sheltered boys, had a good experience when admitted in the institutions, as they apprehended experiences they consider to contribute, nowadays, in their family and social relationships; but two of the girls reported a great resentment because they did not have their feelings recognized and respected by people who worked in institutions. They also emphasized the bad effect of transfer from one institution to another one when they were twelve years old. The State Public Prosecution Office's proceedings corroborated the data presented by National Justice Council, noting that there are more boys than girls who are sheltered in institutions. This organ also pointed at the Conselho Tutelar's (Guardianship Council) lack of knowledge and preparation at the time of taking a child/teenager out of his/her family. As a complementation, it was made an analysis of permanence and non-permanence of laws in the history of childhood in Brazil, using Norbert Elias (1993, 1994, 2011) theoretical contribution. To make this study effective, a dialogue involving authors who treat the analyzed topics, such as Claudia Fonseca (2000, 2006, 2009, 2012), Irene Rizzini (2000, 2007, 2008), Vicente Faleiros (1995, 2008), Renato Caminha (1999), Maria Luiza Marcílio (2006), among others, was proposed. After the finished analysis, the text concludes that the laws and norms contribute to strengthen work being done with this people, but there are still articulated public policies lacking, to avoid the break-up of family and community ties of Brazilian children and teenagers. It is estimated that the contribution of this research is the articulation between aspects of a long-term history- the process of institutionalization of children and teenagers in Brazil- and a present-time history- bringing a part of the intimate territories of sheltered and/or hosted, in contexts of widening of education comprehension, further from the school's walls, linking school to a process of socialization.

KEY WORDS: ECA (Children's Rights Statute), Institutional Sheltering/Hosting, Children and Young people Socialization Processes, History of Children and Young People.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BNDES: Banco Nacional do Desenvolvimento

CEDICA: Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente

CIE-E: Centro de Integração Escola-Empresa

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

COMDICA: Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

CONANDA: Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente

ECA: Estatuto da Criança do Adolescente

FAS: Fundação de Assistência Social

FEBEM: Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

FUNABEM: Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

IPAM: Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul

LBA: Legião Brasileira de Assistência

LOAS: Lei Orgânica de Assistência Social

ONU: Organização das Nações Unidas

SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC: Serviço Social do Comércio

SMEC: Secretaria de Educação e Cultura

SUAS: Sistema Único de Assistência Social

UCS: Universidade de Caxias do Sul

UNICEF: United Nations Children's Fund

LISTA DE IMAGENS E ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1 – Sistema de Garantia de Direitos	44
IMAGEM 2 – Menores do “Setor Menor Ambulante”	50
IMAGEM 3 – Sede Casa Abrigo Sola Nascente	56
IMAGEM 4 – Sede Casa Abrigo Estrela Guia (2012)	57
IMAGEM 5 – Sede Casa Abrigo Estrela Guia (2013).....	57
IMAGEM 6 – Sede Casa Família Murialdo.....	59
IMAGEM 7 – Sede Casa Família Caminhos da Esperança.....	60
IMAGEM 8 – Sede Casa Abrigo Recanto Amigo.....	61
IMAGEM 9 – Sede Casa de Passagem Novos Horizontes.....	62
IMAGEM 10 – Localização das Instituições de Acolhimento – 2011.....	64
IMAGEM 11- Localização das Instituições de Acolhimento – 2011.....	64

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Marco Situacional do Município de Caxias do Sul - 2013.....	55
TABELA 2 – Acolhimentos.....	97
TABELA 3 – Sexo.....	97
TABELA 4 – Órgãos de Proteção.....	100

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS SÍNTESES

GRÁFICO 1 – Serviços de acolhimento.....	98
GRÁFICO 2 – Motivos do acolhimento institucional.....	101
QUADRO 1- Síntese das Leis de proteção à infância e à adolescência.....	36
QUADRO 2 – Categorização – Análise Textual Discursiva.....	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 PASSOS E (DES) COMPASSOS DA INFÂNCIA EXCLUÍDA	22
1.1 O PAPEL DO ECA COMO (AUTO)REGULADOR: AS (IN)CONSTÂNCIAS JURÍDICAS NA HISTÓRIA DA INFÂNCIA.....	23
1.2 INFÂNCIA, JUVENTUDE E FAMÍLIA: DILEMAS ENTRE O ABANDONO E A PROTEÇÃO.....	37
2 DO ABRIGAMENTO AO ACOLHIMENTO: A TRAJETÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO	45
2.1 INSTITUIÇÕES, ACOLHIMENTO E ABRIGAMENTO: A HISTÓRIA PRODUZIDA ENTRE AS MODIFICAÇÕES SOCIAIS E JURÍDICAS.....	45
2.2 DA COMAI À FAS: O INÍCIO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS EM CAXIAS DO SUL E O RECONHECIMENTO DA INFÂNCIA	50
2.3 CAXIAS DO SUL E SUAS INSTITUIÇÕES: O GOVERNAMENTAL E O CONVENIAMENTO DO CUIDADO.....	53
3 PERCURSOS METODOLÓGICOS	65
3.1 A HISTÓRIA CULTURAL E SEUS ATRIBUTOS: AS NARRATIVAS DE UMA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO.....	66
3.2 O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO CENÁRIO DA PESQUISA: A ANÁLISE DOCUMENTAL NO CONTEXTO JURÍDICO.....	67
3.3 TRAJETÓRIAS DE VIDA: NARRATIVAS DOS EGRESSOS DE MEDIDA PROTETIVA E A UTILIZAÇÃO DA HISTÓRIA ORAL.....	70
3.4 ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA: A COMPLEMENTAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DOS DADOS	73
4 SUJEITOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO: NARRATIVAS, SIGNIFICADOS E CONSIDERAÇÕES	77
4.1 OS NÚMEROS DO M.P.: AS NARRATIVAS DOCUMENTAIS DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	78

4.2 CASOS E DESCASOS: HISTÓRIAS DE VIDA DE EGRESSOS DE MEDIDA DE PROTEÇÃO.....	84
4.3 SOCIALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO: INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO E O RECONHECIMENTO DAS POTENCIALIDADES.....	97
CONCLUSÃO.....	103
REFERÊNCIAS.....	108
ANEXOS.....	117
ANEXO 1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	118
ANEXO 2. OFÍCIO – 4 ^o PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA.....	119
ANEXO 3. PERGUNTAS NORTEADORAS.....	120
ANEXO 4. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	121

INTRODUÇÃO

Ao nascer, cada indivíduo pode ser muito diferente, conforme a sua constituição natural. Mas é apenas em sociedade que a criança pequena, com suas funções mentais maleáveis e relativamente indiferenciadas, se transforma em um ser mais complexo. Somente com a relação com os outros seres humanos é que a criatura impulsiva e desamparada que vem ao mundo se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida e tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto. (ELIAS, 1994, p.27).

A epígrafe acima sublinha nossos papéis como cidadãos quando falamos em cuidados e educação de crianças e adolescentes, pois tal fato está diretamente ligado ao tipo de adultos que estamos formando para a convivência em sociedade. Penso que, quando realizamos um papel educativo, isto é, cuidamos, orientamos e lutamos pela conquista de direitos, estamos contribuindo para a transformação do social, pois assim guiamos os sujeitos para uma convivência mais saudável e com menos desigualdades.

Partindo desse olhar, este estudo se inscreve no campo da educação e versa sobre as trajetórias de vida de egressos de medida protetiva de acolhimento institucional que, por muito tempo, não foram reconhecidos como sujeitos de direitos e necessários de proteção, sendo simplesmente considerados como “menores excluídos”. Estes necessitavam do controle do estado e se encontravam em situação dita irregular. A construção dos argumentos considera também uma relação estreita com o campo da Psicologia e do Direito, evocando também a História da Educação, de modo mais específico a História da Infância e das Instituições de Socialização.

Dessa forma, a dissertação perpassa pelas questões da infância, adolescência e pelo processo social e histórico que as leis brasileiras traçaram ao longo do tempo, em especial, após a publicação e legitimação do Estatuto da Criança e do Adolescente, no ano de 1990.

A pesquisa se desdobra fundamentada por um anseio de entender para além dos processos de institucionalização de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, uma vez que se considerou trazer à tona os motivos que levaram esses jovens a serem retirados da convivência familiar, de modo que tal experiência trouxe sentimentos que comprometeram e/ou salvaguardaram o desenvolvimento saudável de sujeitos que foram socializados em

contextos de vulnerabilidade, de rompimento afetivo, de violência e de desamparo¹. Desse modo o vínculo com a educação está amparado, não apenas nos processos de escolarização, mas na dimensão do processo educativo não formal, pois, mesmo fora dos muros escolares, a criança/adolescente constitui experiência e estrutura suas identidades e percursos nas relações que estabelece com as pessoas e com as instituições, visto que “aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços coletivos e ações cotidianas”. (GOHN, 2006)

O processo de socialização de crianças e adolescentes institucionalizados associa-se ao princípio do cuidado e acolhida que recebem dentro do serviço de acolhimento, uma vez que dessa forma poderão vivenciar e experimentar situações diferentes daquelas a que anteriormente foram expostos, fazendo emergir, e ao mesmo tempo encobrando, a constituição de novas relações às quais passam a incorporar seus percursos.

Por outro lado, tentou-se traçar um histórico das relações familiares, no qual fica nítida a fragilização feminina e a degradação da infância pobre, em que aparece o anseio de traçar um perfil homogêneo de família, isto é o patriarcal. Com as conquistas em termos legais, a mulher conquistou o seu espaço e a criança/ adolescente o seu direito de ser cuidada e preservada.

Este fato, que será aqui tratado, traz à tona os vários movimentos da sociedade, uma vez que as leis só foram regulamentadas a partir de manifestações que causaram inquietação devido ao tratamento dirigido à criança/ adolescente e à mulher. Em meio ao descontentamento podem-se perceber as modificações do modelo de família, o início o reconhecimento da autonomia feminina e também a regulamentação da proibição das violações severas contra a criança e ao adolescente.

¹ BENELLI (2002) coloca em seu artigo que o período de internação em um ambiente especial constitui uma parte significativa do período vital total do indivíduo. Esse lapso de tempo no qual o indivíduo vive como internado pode deixar marcas profundas na sua subjetividade.

O abandono dos infantes é um fenômeno que esteve presente na história mundial. No Brasil, do período colonial até meados do século XIX vigorou a fase caritativa², a qual tinha inspiração religiosa e uma forma de ação que privilegiava a caridade e a beneficência. Nesta época também iniciou-se o processo da Roda e Casas dos Expostos, locais onde se proporcionava que pessoas “tomassem³” as crianças como seus filhos tornando-os “filhos de criação”. No entanto, “se ninguém se responsabilizasse pelas crianças até os três anos, estas retornavam para a casa de assistência e lá permaneciam até os sete anos, quando então eram entregues às câmaras municipais, que desincumbiam delas – numa sociedade que admitia o trabalho escravo era fácil encontrar quem aceitasse os “expostos”. (VEIGA, 2007, p.69)

Segundo Cabral e Sousa (2004), essa ação era constituída de todo um sistema legal e assistencial dos expostos até sua maioridade, sendo o modo pelo qual se abandonavam crianças pequenas sem preservar suas identidades. Nela poderiam ser expostos, recolhidos e então conduzidos precocemente ao trabalho e à exploração, retratando dessa forma a desvalorização da criança no Brasil Colônia. Faleiros (1995) exemplifica esta situação salientando que:

[...] o peso desta história até hoje nos pesa. Ao crioulinho, ao moleque, à criança pobre, em suma, ao MENOR, não resta senão vender muito cedo sua força de trabalho, não resta senão uma ‘infância-curta’, pois histórica, ideológica e economicamente está destinado, através do trabalho precoce e desqualificado, à reprodução da situação de exclusão vivida pelos pobres no Brasil desde a Colônia. (FALEIROS, 1995, p.236).

Após essa época, mais precisamente no final do século XIX, a fase assistencialista passou a ser, segundo Rizzini (2008), a fase saneadora. Esta, com o termo extraído da

² O assistencialismo dessa fase tem como marca principal o sentimento de fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão a mudanças sociais. Sua atuação se caracterizava pelo imediatismo, com os mais ricos e poderosos procurando minorar o sofrimento dos mais desvalidos, por meio de esmolas ou das boas ações – coletivas ou individuais. Em contrapartida, esperavam receber a salvação de suas almas, o paraíso futuro e, aqui na terra, o reconhecimento da sociedade e o status de beneméritos. Ideologicamente procura-se manter a situação e preservar a ordem, propagando-se comportamentos conformistas. (MARCÍLIO, 1998, p. 134).

³ O termo “tomar” nesse caso pode ser entendido como perfilar ou “adotar”. Essas crianças “filhos de criação” permaneciam nas casas dessas famílias, pois muitas pessoas se compadeciam com os pequenos desamparados e lhe forneciam um lar, fato que corrobora a prática caritativa; já em outras ocasiões essas crianças eram criadas com o objetivo de servir, isto é o “adotante” tinha interesse em adquirir mão de obra suplementar e gratuita.

medicina, vinha com o entendimento de cura dos males e, seguindo a ideologia⁴, com o desenvolvimento da medicina social⁵, possibilitou o início do movimento higienista infantil⁶.

Retomando as Leis jurídicas de proteção à criança e ao adolescente no Brasil, salienta-se que foi instaurado em 1927 o Código de Menores, o qual previa que o Juiz era a autoridade total e poderia decretar a perda do pátrio poder⁷ e da tutela a qualquer comportamento considerado “desviante” dos pais. Depois, em função da realidade nacional, foi criado o segundo conjunto de Leis, o Código de Menores (1979), este oficializando o papel da Funabem, “a qual previa atender não só a condição dos desvalidos, abandonados e infratores, mas também a adoção de meios a prevenir ou corrigir as causas de desajustamento” (MARCÍLIO, 1998).

No ano de 1990 surge o ECA⁸, com o objetivo de transformar essas crianças e adolescentes em sujeitos de direitos, tendo em sua proposição a proteção integral dos jovens de zero a dezoito anos⁹. A partir do Estatuto implementado, também foi organizado um sistema de justiça e de segurança específico para crianças e adolescentes, com a criação de Juizados da Infância e da Juventude, bem como Núcleos Especializados nos Ministérios

⁴ A revista “Sociologias” publicou no ano de 2006 uma resenha que contempla a obra “Os Anormais” publicada em 2001, onde evidencia: “No curso Em Defesa da Sociedade (1976), o autor passa a identificar os mecanismos pelos quais, desde o fim do século XIX, é desenvolvido o princípio da necessidade de “defesa social” contra aqueles indivíduos ou classes considerados “perigosos”. Neste sentido, pode-se observar como, cada vez mais, o seu pensamento está preocupado com o governo dos vivos ou, como ele afirmará posteriormente, as formas de poder e saber que tornam os indivíduos sujeito.”

⁵ Nos anos de 1870, no contexto da promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), ganhou força no Brasil o movimento médico higienista. Atuando sobre a criança, e também sobre sua família, o médico se tornou uma espécie de “cientista social”: a medicina passou a intervir nos assuntos do Estado, procurando fazer com que as políticas voltadas às parcelas mais desfavorecidas da população fossem mais racionais, normatizadas, “científicas” e globais possíveis. (MARCÍLIO, 2006)

⁶ O movimento higienista direcionado à infância, o “higienismo infantil”, foi abraçado por médicos brasileiros no final do século XIX. A idéia era investir na “célula” da infância, e através dela, atuar sobre a família, ensinando-lhe as noções básicas de higiene e saúde em sentido físico e moral. (RIZZINI, 2008, p. 107).

⁷ O ECA atualmente denomina como Perda do Poder Familiar.

⁸ O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê no Art. 3º “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízos da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”.

⁹ No Art. 2º o Estatuto da Criança e do Adolescente salienta que: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

Públicos, além de Delegacias Especializadas. Tais estruturas contribuíram para defender, proteger e promover os direitos¹⁰ das crianças/adolescentes.

Dessa forma, salienta-se que a cidade de Caxias do Sul, município foco deste trabalho, atualmente conta com todos os sistemas de justiça previstos no ECA (Vara da Infância e Juventude, Promotoria de Justiça Especializada, Delegacia da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar).

Tais sistemas são conhecidos por mim desde a época da minha graduação em Psicologia, visto que realizei estágio de psicologia jurídica, por três anos no Ministério Público do Rio Grande do Sul. Atualmente presto serviço para a Fundação de Assistência Social (FAS) onde já atuei como psicóloga no CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) e hoje atuo, com carga horária de 40 horas semanais, em um serviço de acolhimento institucional – Casa Família Caminhos da Esperança.

Acredito que a inserção profissional me permitiu perceber que muitas histórias se repetem dentro dos atendimentos de crianças e adolescentes e é em função disso que entendi ser importante tentar perceber por quais motivos estas crianças foram retiradas de suas famílias, dando voz aos procedimentos administrativos do Ministério Público do Rio Grande do Sul, bem como escutando e atribuindo significado às falas de quem já vivenciou o acolhimento institucional.

Para a organização, análise e interpretação do material coletado no campo de investigação, optei pelos procedimentos indicados pela Análise Textual Discursiva, teoria cunhada por Roque Moraes (2011). Além disso, utilizei vários autores como contribuição teórica para o texto, sendo estes: Philippe Àries (2011), Claudia Fonseca (2000, 2006, 2009, 2012), Norbert Elias (1993, 1994, 2011), Erving Goffman (2001, 2004), entre outros.

O texto está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta os *Passos e (des) compassos da infância excluída*, a seção seguinte é intitulada *Do abrigo ao acolhimento: a trajetória da institucionalização*, o capítulo três trás os *Percursos metodológicos* que foram utilizados para a composição do texto e o quarto capítulo do texto

¹⁰ Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. 20 anos do Estatuto. Secretaria de Direitos Humanos, Brasília, 2010.

foi reservado para os *Sujeitos da institucionalização: narrativas, significados e considerações*. Cada uma das quatro partes trás um título geral, seguido de uma escrita que apresenta os temas abordados e as subdivisões dos capítulos.

Em *Passos e (des) compassos da infância excluída* – título que abre o capítulo um – apresento as constâncias e as (in) constâncias jurídicas encontradas ao longo da história das leis de proteção à criança e ao adolescente, bem como realizo relações entre os dilemas encontrados pelas famílias, do abandono à proteção, uma vez que se faz um histórico da trajetória do entendimento de família e das questões sociais que permearam a independização da mulher e o reconhecimento da infância e juventude.

O capítulo seguinte, *Do abrigo ao acolhimento: a trajetória da institucionalização*, abarca o conceito de instituição e suas mudanças sociais ao longo da história e, além disso, apresenta o início da assistência dos jovens na cidade de Caxias do Sul, bem como demarca a situação atual da cidade em termos dos serviços de acolhimento.

Na escrita da parte três apresento os *Percursos metodológicos* que foram traçados e trilhados no desenvolvimento da pesquisa e na composição do texto que comunica seus resultados. Ao longo das cinco subdivisões apresento os objetos utilizados, cenários da pesquisa e as minhas memórias, visto que me deparei com questões antes não vistas em minha trajetória profissional.

O capítulo quatro – *Sujeitos da institucionalização: narrativas, significados e considerações* - marca em três sessões as narrativas que foram produzidas pelos jovens egressos da medida protetiva de acolhimento institucional, as quais evidenciam a sua trajetória de vida e as percepções da instituição de acolhimento na qual ficaram um longo período. No mesmo capítulo, apresentam-se os dados encontrados nos Procedimentos Administrativos do Ministério Público, entre os quais são destacadas as narrativas documentais do processo de institucionalização.

As reflexões encerram nas conclusões, que me possibilitaram respostas para algumas inquietações que foram construídas no projeto de pesquisa e lembradas ao longo da construção do texto.

A partir deste texto introdutório, apresento os passos percorridos nesta dissertação, com a pretensão de despertar a atenção para os processos educativos que transversalizam as dimensões não formais da educação, especialmente aqueles praticados em instituições de acolhimento/abrigamento. Frente a tal questão, anoro minhas buscas nas produções de Gohn (2006) e Stecanela (2010) ao colocarem em debate o entrelaçamento entre as dimensões formal, não formal e informal da educação, onde se pretende colocar em discussão a educação no âmbito das relações sociais, que proporcionam o processo de socialização e rumam ao processo civilizador, conforme nomeia Elias (2011). Ao provocar tal discussão, pretendo ainda trazer à tona questões referentes às políticas públicas, atentando para a articulação destas e objetivando o atendimento e entendimento integral da família, que evidenciam o cuidado, a responsabilização e a reestruturação da autonomia dos núcleos, priorizando debater a cultura da institucionalização.

Por fim, reitero que a produção desta dissertação reflete a minha trajetória enquanto psicóloga, que se aventura diariamente a entender as relações envolvidas no processo de institucionalização e acredita que toda a história pode ser ressignificada se houver o desejo de quem está envolvido neste sistema.

1 PASSOS E (DES) COMPASSOS DA INFÂNCIA EXCLUÍDA

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado para sempre, à margem de nós mesmos.

Fernando Pessoa

Este capítulo tem por objetivo fazer uma contextualização teórica dos temas e conceitos aplicados no estudo. Para tanto será subdividido em dois subcapítulos. O primeiro inicia pela história que demarca a infância e juventude no Brasil, descrevendo e analisando as trajetórias traçadas pelas leis e movimentos sociais que marcaram o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e necessários de proteção, estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente que foi instaurado no ano de 1990. No segundo, faz-se uma apreciação da história das famílias, bem como dos dilemas que marcam a proteção e o cuidado dos infantes. Com as regulamentações legais, os deveres das famílias se modificaram de forma que necessitaram mudar condutas que priorizassem as crianças e os adolescentes. No entanto, quando isso ainda não acontece, estabelece-se o papel do sistema de garantia de direitos, que visa aos cumprimentos legais que priorizem os sujeitos em fase de desenvolvimento e orientam as famílias para o cuidado destes.

Designo este capítulo por passos e (des) compassos da infância excluída, porque, ao analisar esta história de longa duração, percebi que muitas mudanças aconteceram neste período, marcando que muitas “desconstruções”, em termos legais e comportamentais foram efetivadas para que se chegasse à priorização dos direitos e o seu cumprimento. Dessa forma, salienta-se que quando tratamos de leis estamos em constantes construções e desconstruções, uma vez que acontecem a partir das demandas sociais existentes em cada época para sua contemplação, conforme apresentado no quadro síntese deste texto.

Os temas aqui tratados fazem parte dos referenciais teóricos que sustentam esta pesquisa, por meio de uma revisão da literatura que abre o campo de estudo para a área das políticas públicas e para os fazeres da educação não formal, contribuindo, dessa forma, para os capítulos subsequentes, que tratam das trajetórias de vida de egressos de medida de proteção de acolhimento institucional.

1.1 O PAPEL DO ECA COMO (AUTO)REGULADOR: AS (IN)CONSTÂNCIAS JURÍDICAS NA HISTÓRIA DA INFÂNCIA

Mapear a história da infância “excluída” e as (in) constâncias jurídicas que permearam a proteção de crianças e adolescentes abandonados e/ou em situação de vulnerabilidade social traz para o consciente as diversas oscilações das leis brasileiras e do poder público que são marcadas e modificadas por transformações da sociedade brasileira. Durante séculos, crianças e adolescentes pobres suscitam reflexões sobre a dinâmica exclusão/inclusão retratada nesse processo histórico.

Já na época da escravidão era este o destino das crianças que sobreviviam da decorrência de diversos fatores, como os abortos por maus-tratos, a alta mortalidade infantil em virtude das péssimas condições do cativeiro e os infanticídios praticados pelas mães como forma de livrar seus filhos da escravidão. Faleiros (1995, p. 224) escreve e realiza um comparativo entre as crianças - filhos de escravos e crianças abandonadas, os escravos “sofriam humilhações, maus-tratos e abusos sexuais, e, no entanto, não havia muitas crianças escravas abandonadas, uma vez que sua sina estava traçada como propriedade individual, como patrimônio e mão-de-obra”.

No século XVII, o número de crianças abandonadas nas portas das casas, das igrejas, nas ruas e até mesmo em montes de lixo tornou-se um problema. Segundo Faleiros (1995), os moldes de atendimento a essas crianças eram ditados pela Corte, isto é, eram os mesmos adotados em Portugal e em toda a Europa. Nesse período, destaca-se o papel da Irmandade de Nossa Senhora, conhecida popularmente como Santa Casa de Misericórdia, uma instituição própria voltada para a caridade e tratamentos de saúde. A função dessas instituições tornou-se muito importante nos cuidados das crianças abandonadas, pois foi encontrada uma “brecha” na Lei dos Municípios de 1828, onde as câmaras municipais repassaram oficialmente o seu dever de cuidar dos expostos.

No império, segundo Marcílio (2006, p. 135), as Misericórdias passaram a estar a serviço e sob o controle do Estado, pois vivenciavam drásticas e constantes dificuldades materiais, época em que acabou sendo instituído um “segundo sistema de proteção formal - a Roda, a Casa dos Expostos e o recolhimento para as meninas pobres, quase sempre resultante de convênios firmados entre as municipalidades e as Santas Casas de Misericórdias”.

Então, a função prioritária dessas Casas era a assistência à população pobre; no entanto, de acordo com Veiga (2007), o objetivo da irmandade não era educar as crianças, mas acolhê-las e encaminhar as que tinham de zero a três anos de idade para amas de leite

pagas que amamentavam em domicílio ou no próprio hospital. Se ninguém se responsabilizasse por elas, estas retornavam para a casa de assistência e lá permaneciam até os sete anos de idade, quando eram entregues às câmaras municipais e ficavam expostas, em especial ao trabalho escravo.

Também é importante considerar que, além das instituições formais, a fase caritativa admitia “o sistema informal ou privado” de criação dos expostos em casa de família, e que, quando essas crianças eram incorporadas a uma família, poderiam representar um complemento ideal de mão de obra gratuita. Além disso, como afirma Marcílio (2006), as crianças expostas ou criadas em casas de família tinham melhores condições de sobrevivência do que as das instituições, uma vez que a criação em um lar podia significar maiores oportunidades na idade adulta de arrumar um casamento e de se estabelecer. A assistência caritativa¹¹ caracterizava-se pela falta de um plano e de objetivos educacionais e profissionalizantes. Na segunda metade do século XIX, porém, anunciam-se leis que tratam do ensino primário e secundário, além de decretos que estabelecem a obrigatoriedade do ensino a todos os meninos maiores de sete anos. A pobreza passou a não compor impedimento para o acesso ao ensino. Somente eram excluídos os meninos com moléstias contagiosas, os que não fossem vacinados, os escravos e as meninas, que sequer são citadas nas exceções (RIZZINI, 2000). Na legislação de 1850, os filhos dos escravos começam a ser citados e, em 1871, é noticiada a Lei nº. 2.040, conhecida como Lei do Ventre Livre. Conforme Rizzini (2007) esta lei era polêmica, pois por um lado estabeleceu uma liberdade condicionada à vontade do senhor, mas por outro constituiu marco importante em direção à Abolição da Escravatura. Nesse período histórico, o Brasil passa por rápidas e importantes transformações decorrentes da urbanização. Nesse contexto, os higienistas se destacam trazendo conhecimentos médicos sobre higiene, controle e prevenção de doenças infectocontagiosas e epidemias. Com sua prática intervencionista, instauram indicativos disciplinares, definindo os referenciais de normal e patológico, diagnóstico e prevenção, doença e cura. A partir da intervenção desses profissionais, começa um trabalho voltado para a criança, sobretudo a criança pobre, e em nome da preservação da segurança, delineiam-se atos de aconselhamento e punição às ações que infringiam essas regras de higienização (PASETTI, 1995).

¹¹ Fase que perdurou do período colonial até meados do século XIX. O assistencialismo dessa fase tem como marca principal o sentimento de fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão a mudanças sociais. De inspiração religiosa, é missionário e suas formas de ação privilegiam a caridade e a beneficência. (MARCÍLIO, Maria Luiza *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 2006).

As primeiras medidas adotadas, portanto, pelo poder público para minimizar a situação das crianças pobres se concretizaram no período do Brasil Império. Esse fato marca a preocupação do governo em retirar do meio social as crianças que circulavam pelas ruas, o que causava desconforto à população. Com isso, surgem os primeiros asilos, mantidos pelo governo imperial, com o objetivo de ministrar o ensino elementar e profissionalizante a esse público, mascarando, dessa forma, o intuito real de segregação dos menores, retirando-lhes do convívio social. Exemplo de tal fato é criado em 1875, um internato destinado a recolher e educar meninos de seis a doze anos, devendo receber instrução primária e ensino de ofícios mecânicos, denominado Asilo de Meninos Desvalidos.

No século XIX, os higienistas introduziram uma nova denominação para menor e menoridade, considerando-os crianças e adolescentes pobres, ou seja, os abandonados que viviam nas ruas, mercados e praças dos centros das cidades, muitas vezes cometendo delitos. O século XX, por sua vez, é caracterizado pelas contradições do sistema capitalista que se consolida e se expande como modo de produção, evidenciando a expansão da população excluída e marginalizada. Em 1922, o Estado brasileiro organizou o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, incorporando a referência dos asilos como o espaço do menor abandonado. Com o passar do tempo, esses asilos se tornaram edificações similares a quartéis - com muros altos, muita disciplina, isolamento da criança, uniformes - sendo firmados como casas correccionais (GOHN, 1995). Nesse período – século XX - o país teve um enorme crescimento de entidades privadas, vinculadas à Igreja Católica, destinadas à atenção aos órfãos, abandonados e delinquentes, com o intuito de prepará-los para o trabalho e ensinar doutrinações sobre a moral. Em 1923 foi criado o primeiro Juízo de Menores do Brasil¹² e, em 1924, foi regulamentado o Conselho de Assistência e Proteção dos Menores, que teve sua consolidação, através do Decreto nº. 17.943-A, apenas em 1927.

Código de Menores (1927)

No ano de 1927 instituiu-se o Código de Menores, no qual se destaca a nítida criminalização da infância pobre, caracterizada como “abandonada” e “delinquente”. “É, nesse período, que o termo ‘menor’ foi sendo popularizado e incorporado na linguagem comum, para além do círculo jurídico.” (RIZZINI, 2000, p. 41). Esse Código trouxe o início do atendimento às crianças e aos adolescentes através de uma política específica, que utilizava

¹²Decreto nº 16.272 de 20 de dezembro de 1923.

para os adolescentes infratores o internato, o perdão cumulado com advertência (semelhante à atual remissão) e a liberdade vigiada.

Sendo assim, Código de Menores, decretava que toda a criança/ adolescente menor de dezoito anos que estivesse em estado de abandono ou delinquência estaria submetida às medidas de assistência e proteção contidas no código. No artigo 2^o¹³ desse código lê-se: “Toda criança de menos de dois annos de idade entregue a criar, ou em ablação ou guarda, fóra da casa dos paes ou responsaveis, mediante salario, torna-se por esse facto objecto da vigilancia da autoridade publica, com o fim de lhe proteger a vida e a saude.” Em 1930, a política adotada focava a família como elemento participativo no desenvolvimento da criança e do adolescente, e a sociedade como responsável pela garantia do direito de proteção aos mesmos, isentando assim o Estado de qualquer responsabilidade. Ainda assim, conforme enfatiza Silva (1998, p. 69), até 1935, menores apreendidos nas ruas, independentemente das causas, eram recolhidos aos abrigos de triagem do Serviço Social de Menores, onde havia separação por cidade. Nenhuma outra característica era valorizada, salvo quando era expressa determinação judicial.

Com a necessidade da elaboração de um Código que disciplinasse as condutas passíveis de penalização de crianças e adolescentes, foram instituídas diversas organizações para o atendimento à infância e à juventude. O governo federal constituiu em 1940 o Departamento Nacional da Criança. Em 1941, criou o Serviço de Assistência a Menores (SAM) através do Decreto n.º. 3.799, subordinado ao Ministério da Justiça, possuindo um caráter correcional-repressivo, e que adotava internações, assemelhando-se a um sistema penitenciário. Em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que inicialmente teve a finalidade de ajudar, especificamente, as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. Com o final da guerra, tornou-se um órgão de assistência às famílias necessitadas em geral, sendo extinta em 1995 com o apoio da sociedade brasileira. Foi uma instituição historicamente construída com foco clientelista e ineficiente. Destaca-se ainda nos anos 40, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social do Comércio (SESC), entidades da iniciativa privada que ofereciam programas para a formação profissional de mão de obra de adolescentes. Ainda nesta década, representando um movimento internacional de reconhecimento da relevância da

¹³ Decreto n.º 17.943 – A de 12 de outubro de 1927

questão da infância, a Organização das Nações Unidas (ONU), criou em 1946, o UNICEF¹⁴, que, dois anos após sua criação, instala-se no Brasil.

A questão do menor como um fenômeno social perde forças com o advento do Golpe Militar de 1964, passando a ser tratado com base na doutrina de segurança nacional uma vez que as manifestações populares foram proibidas de seu processo de reflexão acerca das questões relativas à infância e à juventude e, como aconteceram nos demais setores sociais, as vias participativas da época foram abolidas. Neste período foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)¹⁵ em substituição ao SAM, que tinha como atribuição a formulação e implantação, em todo o território nacional da Política Nacional de Bem Estar do Menor (PNBM). A Fundação tinha como campo de atuação a faixa populacional cuja parcela de indivíduos de menor idade estava sujeita a um processo de marginalização. Nestes, o afastamento progressivo do processo normal de desenvolvimento e promoção humana até a condição de abandono e exploração ou conduta antissocial eram a regra (GONH, 1997, p. 116).

A problemática da atenção ao menor abandonado passou a ser alvo de discussões da sociedade, fazendo com que em 1976 fosse criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para avaliar as denúncias de violência contra os menores. Decorre deste fato a reelaboração total do Código de Menores de 1927.

Reelaboração do Código de Menores (1979)

Assim, em 1979¹⁶ essa releitura inseriu uma visão mais terapêutica e/ou de tratamento relativa ao infrator. Entretanto, dentro dos estabelecimentos e, no processo de internamento, predominava a mesma visão moralista, de inibição dos desvios e de vícios na família ou na sociedade, em situações de abandono e de delinquência. Neste Código foi introduzido o termo situação irregular, sendo esta compreendida como a privação das condições de subsistência, de saúde e de instrução, por omissão dos pais ou responsáveis, além da situação de maus-tratos e castigos, de perigo moral, de falta de assistência legal, de desvio de conduta por inadaptação familiar ou comunitária, e autoria de infração penal (CECRIA; AMENCAR; UNICEF, 2000, p. 19). Assim, a situação irregular era direcionada às crianças pobres que passaram a ser objeto de intervenção do sistema de administração da Justiça de Menores e

¹⁴ United Nations Children's Fund.

¹⁵ Instituída pela Lei n.º 4.513, de 1º de dezembro de 1964.

¹⁶ Promulgado pela Lei n.º 6.697, de 1º de outubro de 1979.

incorporava tanto o menor pobre, vítima de maus-tratos, quanto o menor causador de ato infracional. Caso encontrassem crianças e/ou adolescentes nesta situação ou envolvidos em casos previstos em lei, aplicar-se-iam medidas preventivas e terapêuticas. Esta nova denominação trazida pelo Código tinha o caráter visivelmente assistencialista e com responsabilidade voltada ao Juiz de Menores de decidir, em nome da criança e/ou adolescente, o que seria melhor para ela. Era uma lei voltada apenas para os pobres, abandonados, carentes ou infratores, que deixava tudo nas mãos dos juízes e não oferecia possibilidades de participação da sociedade. Artemis Serra (2008) salienta e confirma a função exercida pelo Estado na vigência dos Códigos de Menores:

Nos diferentes códigos de Menores que vigoraram de 1927 a 1990, as crianças e jovens eram passíveis, num momento ou noutro, de serem sentenciados como “irregulares” e enviados a instituições de recolhimento, triagem, ressocialização ou guarda, a fim de que sua situação irregular cessasse. A lógica era aparentemente simples: se a família falha ou não pode cuidar e proteger seu filho menor, o Estado deve tomar para si essa função. (SERRA, 2008, p.73).

Nesse ínterim, em meio a essas nomenclaturas que eram destinadas às crianças, surge a vasta violência social devido ao aparato repressivo construído entre 1964 e 1985¹⁷. O estudo realizado por Becher (2012) apontou que o Brasil foi

palco da violência social que culminou com chacinas e extermínios de crianças e jovens no final da década de 1980, e início da década de 1990, onde os altos índices de homicídios de jovens e pobres, principalmente negros, são marcas indeléveis da impunidade e de todo o paradigma repressor que foi reforçado historicamente e especializado no período autoritário recente. (BECHER, 2012, p. 265).

Constituição Federal (1988) e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

No final dos anos 70, a sociedade brasileira expressou, de forma clara, através de manifestações de massa, o movimento de repulsa e rejeição à ordem autoritária, na luta pela democratização do país. Então, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi instituído, em lei, um Estado mais democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. Esse texto, que previu os primeiros direitos aos cidadãos brasileiros, motivou também a instauração do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual, através de

¹⁷ Salienta-se que, mesmo que o período histórico deste texto seja 1990-2011, entendeu-se como importante trazer os períodos anteriores, de forma a melhor demarcar a constância e (in) constâncias jurídicas que acontecem e/ou aconteceram na trajetória das leis que priorizam as crianças e os adolescentes.

movimentos e manifestações sociais, procurou o estabelecimento da ordem e do reconhecimento da infância e juventude, priorizando o cuidado e a proteção para estes sujeitos, ainda em fase de desenvolvimento.

As leis anteriores ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) abordavam correção, prevenção, instrução, bem-estar e educação. Entretanto, as instituições que foram sendo criadas para assistir à população pobre raramente ofereciam a verdadeira educação de uma sociedade letrada: a escolaridade e a alfabetização (LEITE, 2001). Algumas famílias, por sua vez, apesar do desejo de que seus filhos se escolarizassem, sendo essa uma das únicas formas de inserção social, perceberam, aos poucos, que deixar seus filhos na escola não era útil e eficaz, mas sim, ‘uma perda de tempo e dinheiro’, porque o conteúdo das aulas era afastado de sua realidade cultural e inadequado às suas necessidades sociais. Isso sem falar que muitas dessas famílias, permitidas pela urgência da sobrevivência, viam-se forçadas a tirar seus filhos da escola para que pudessem trabalhar.

Partindo desta realidade, Arend (2011) salienta que

a partir de 1980, com o fim da Ditadura Civil-Militar, a sociedade brasileira presenciou um intenso debate acerca do chamado “problema do menor”, pois não era mais possível tratar as infrações dos meninos como problemas de polícia, como também sequestrar a prole dos pobres em função das condições econômicas desfavoráveis. (ARENDA, 2011, p. 28).

Tais articulações deram início à proteção da infância e da adolescência, pois com a Constituição Federal de 1988 foram garantidos alguns benefícios à família, salientando direitos e deveres dos pais para com os filhos que, com a promulgação do ECA, oficializaram-se em Lei específica de proteção integral à criança e ao adolescente.

Em 13 de julho de 1990, é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei de nº 8.069, o qual foi fruto de mobilizações sociais em reação à violência à qual o segmento mais jovem era submetido até então. O ECA “se funda em três princípios: o da cidadania, o do bem comum e o da condição peculiar de desenvolvimento” (GOHN, 1997, p. 127). Surgiu objetivando mudar a Política Nacional de Bem-Estar do Menor no Brasil, tendo como base doutrinária a Proteção Integral a todas as crianças e jovens do país, os quais passaram a ser considerados sujeitos de direitos, não mais “objeto de proteção”: a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis (BRASIL, 1990, p. 19). Em seus capítulos, artigos e parágrafos, acompanhados das recomendações internacionais sobre o assunto, o ECA discorre sobre as

condições necessárias ao desenvolvimento físico, mental, social, moral, espiritual em condições de liberdade e dignidade, a que todas as crianças têm direito. Os direitos básicos que passam a ser garantidos, com absoluta prioridade, estão no artigo 4º da lei e são referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, entre outros.

Diante disso, o Estatuto trouxe a inovação de não só estabelecer, em termos da lei, a ocorrência da violência intrafamiliar, mas também propor as ações concretas para o atendimento, em casos confirmados, desta modalidade de violência. No art. 87, § III, o Estatuto determina a criação de “serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão” (BRASIL, 1990, p. 42). Instituiu também o Conselho Tutelar (CT), órgão responsável por zelar pelos direitos da criança e do adolescente em cada município, composto de pessoas representativas da própria região. Gohn (1995, p. 129) esclarece que o Conselho Tutelar “é um órgão que executa funções públicas de interesse local, [...] tem caráter de escuta, orientação, acompanhamento e encaminhamento”.

O ECA assegura em seus 267 artigos todos os direitos inerentes ao desenvolvimento da criança e do adolescente, independentemente de classe social. Ele exige dos governos municipais, estaduais e federal a implementação de políticas públicas direcionadas às crianças e aos adolescentes. Nesse sentido, o Artigo 5º do Estatuto garante que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990, p. 15). A partir do ECA, o governo federal deixou de ter responsabilidade direta nas ações de assistência e educação de crianças e adolescentes carentes e infratores, uma vez que a execução operacional dessas ações ficou a cargo dos Estados e dos municípios. Para esses governos, o assunto não era prioridade, até porque, com a pobreza escondida e os infratores aprisionados, eles não foram capazes de dimensionar a magnitude do trabalho a ser executado; enfim, não estavam preparados para essa nova tarefa. Para coordenar essa rede de serviços, o Estatuto previu em seus dispositivos, a criação de Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos deliberativos e executivos nas três instâncias governamentais (municípios, estados e a federação), cada qual com atribuições específicas. Foram criados os Conselhos dos Direitos nas esferas governamentais: em âmbito federal – Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); em âmbito estadual – Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICA) e em âmbito municipal – Conselho Municipal de

Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA). Estes têm a atribuição de deliberar e controlar as ações em todos os níveis, assegurando a participação popular paritária, por meio de organizações representativas, segundo leis federais, estaduais e municipais. Ou seja, possuem funções de cadastrar, supervisionar, fiscalizar, normatizar as políticas de ação e impedir o funcionamento de projetos que estejam fora das diretrizes da Lei. Os conselhos têm também interferência direta no financiamento de projetos, feitos até então sem nenhum controle e executados diretamente nas entidades. Enfim, os conselhos municipais, estaduais e federal unificam a coordenação e a supervisão das políticas sociais – que até então eram fragmentárias, sem articulação entre si e sem continuidade.

A forma como o Estatuto foi pensado e elaborado, envolvendo diversos atores sociais, deu credibilidade fundamental ao início de sua implantação. Com a articulação e descentralização das ações, a criança e o adolescente vistos como cidadãos sujeitos de direitos são passíveis de proteção integral e prioritária no que se refere ao desenvolvimento físico, psíquico, intelectual, social e cultural.

Se, com o ECA e com a Constituição Brasileira, as crianças e os adolescentes passaram a ser sujeitos de direito e a poder denunciar maus-tratos sofridos, na prática, em muitos casos isso ainda não acontece. Desde sua implantação, as instituições tiveram que ter suas funções e características alteradas e, desde então, têm sofrido adaptações e mudanças que, no entanto, ainda não foram suficientes para atender às exigências desse estatuto. Os profissionais das instituições, de um modo geral, não estão capacitados para olhar a criança ou o adolescente como sujeitos das ações a eles dirigidas, continuando a vê-los como objetos. Assim, após 22 (vinte e dois) anos de ter sido sancionado:

o que se percebe é que o ECA resultou em sensíveis conquistas em termos de proteção integral à infância e à juventude. A reafirmação desta proteção desconfigura a concepção de incapacidade infantil presente em diversos contextos históricos brasileiros como forma de restrição de direitos. Desfaz também a noção de desigualdade, de autoritarismo e de hierarquização, e estabelece a diferenciação de condições e de estágios de desenvolvimento”. (VANNUCHI e OLIVEIRA, 2010, p. 192).

Mas mesmo nesses parâmetros, sabe-se que muitas crianças e adolescentes encontram-se em condições desfavoráveis, nas quais o risco de terem um crescimento e desenvolvimento abalado é notável, pois não existem possibilidades, dentro do meio em que estão inseridas, de promover o equilíbrio entre diversos fatores que influenciam o seu desenvolvimento. Todavia, apesar das consideráveis inovações trazidas pelo Estatuto ao cuidado da infância, ainda há muito a fazer para que seja efetivamente implementado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente atribui à família a responsabilidade prioritária de educar e proteger suas crianças e adolescentes, oferecendo condições adequadas para promover seu desenvolvimento integral. Esta atribuição é mantida, por motivo de força maior, não justificando a família desvencilhar-se desta responsabilidade alegando falta ou carência de recursos materiais. Dessa forma, a família, enquanto organização social, estabelece os primeiros relacionamentos e proporciona apoio material e psicológico para o desenvolvimento de seus membros.

A promulgação do ECA demarcou uma profunda mudança na maneira de reconhecimento dos jovens dando voz a um segmento social até então não respeitado e ignorado¹⁸, como salienta Serra (2008, p.89): “o ECA representa uma mudança de paradigma e, sem dúvida, é um marco fundamental que veio romper com princípios ideológicos e políticos que marcaram a história da assistência”. Ainda assim, é importante salientar que a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, deu-se início a outras possibilidades de garantia de assistência aos jovens, uma vez que em 1993 surge a (LOAS) Lei Orgânica da Assistência Social que garante no Art. 2º:

A Assistência Social tem por objetivos: I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II- *o amparo às crianças e aos adolescentes carentes*; III- promoção da integração ao mercado de trabalho; IV- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovarem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família. (grifo nosso) (BRASIL, 1992, p.6).

Então, há de se considerar que, após 1990, o olhar e a importância conferida à infância e à juventude se modificaram sobremaneira, uma vez que o movimento em relação à proteção e ao cuidado desses jovens não deixa de estar em pauta nas políticas públicas e de proteção à infância.

¹⁸ Considerando a forma como os jovens eram tratados antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, evidencia-se que com tal Lei reguladora as pessoas precisaram controlar suas condutas, o que ocasionou uma mudança de entendimento e comportamento em relação aos jovens brasileiros. Justificando tal entendimento, utiliza-se os preceitos de Nobert Elias, que salienta que toda a “reorganização dos relacionamentos humanos se fez acompanhar de decorrentes mudanças nas maneiras, na estrutura da personalidade do homem cujo resultado provisório é nossa forma de conduta e sentimentos civilizados.” (ELIAS, 1993, p.195).

Modificações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/ 2009)

No entanto, no ano de 2009 o ECA passou por mais alterações, conforme a Lei nº 12.010 de dezembro de 2009, que veio com o intuito de modificar termos e fazeres tanto em relação ao sistema de garantia de direitos, quanto na execução de medidas de proteção. O Artigo 101, que salienta as medidas de proteção aplicáveis pelas autoridades competentes, sofreu alterações em termos de nomenclatura no item VII, no qual modificou-se a medida “abrigo em entidade” para “acolhimento institucional”. Ainda neste artigo foi incluído conforme § 2º que:

sem prejuízos da tomada de medidas emergenciais para a proteção de vítimas de violência e abuso sexual e das providências que alude o art. 130 desta Lei, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é competência exclusivamente da autoridade judiciária e importará a deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa. (p. 73).

No mesmo ano da alteração do ECA, o governo federal lançou um manual que orienta tecnicamente os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, o qual teve como finalidade a regulamentação, no território nacional, da organização e oferta dos serviços no âmbito da política de assistência social de alta complexidade¹⁹, cujas crianças encontram-se em medida protetiva, estando em situação de abandono ou afastados do convívio familiar pela autoridade competente.

Realizando uma análise mais detalhada da história jurídica de proteção à infância e à adolescência encontramos diversas constâncias e inconstâncias²⁰ neste processo. A primeira se dá pelo direcionamento provocado, talvez não consciente²¹, que culminou na proteção de crianças e adolescentes e no reconhecimento destes como sujeitos de direitos. Já na outra, destacamos que essas flutuações aconteceram, pois era nítida a necessidade de mudança, em especial em função das exigências da Constituição Federal e da pressão de populares para que

¹⁹ Com a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, os atendimentos na assistência social foram regularizados por níveis de complexidades do SUAS (Sistema Único de Assistência Social): Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que abarca os seguintes serviços: Acolhimento Institucional, Acolhimento em república, Acolhimento em família acolhedora e Serviço de Proteção em situações de calamidade pública e de emergências.

²⁰ Constância e (in) constâncias são derivações do termo *flutuações*, onde Norbert Elias salienta as mudanças ocorridas na história de longa duração. No caso aqui apresentado, nas mudanças legais ocorridas na história da infância e juventude.

²¹ “O padrão social a que o indivíduo fora inicialmente obrigado a se conformar por restrição externa é finalmente reproduzido, mais suavemente ou menos, no seu íntimo através de um autocontrole que opera mesmo contra seus desejos conscientes.” (ELIAS, 2011, p. 129).

a situação se modificasse. Sendo assim, não podemos afastar um conceito de outro, mas sim perceber que no “processo social, uma geração os transmite a outra sem estar consciente do processo como um todo, e os conceitos sobrevivem enquanto esta cristalização de experiências passadas e situações retiverem um valor existencial, uma função na existência concreta da sociedade”. (ELIAS, 2011, p. 26).

Esse processo da história jurídica da infância se dá em um período de longa duração²², pois com o passar do tempo as pessoas foram se “civilizando” e “regulando” os seus comportamentos, direcionando suas condutas para o reconhecimento da proteção e dos direitos dessas pessoas que ainda estão em desenvolvimento. Essa reflexão permite considerar que “a psicogênese do que constitui o adulto na sociedade civilizada não pode (...) ser compreendida se estudada independente da sociogênese²³ da nossa civilização. Por efeito dessa lei sociogenética²⁴ básica”, teoriza Elias, “o indivíduo, em sua curta história, passa mais uma vez por alguns dos processos que a sociedade experimentou em sua longa história.” (ELIAS, 2011, p.15).

A importância dessa trajetória na constituição da sociedade brasileira permite que ainda hoje possamos rever e complementar leis que objetivem na proteção e reconhecimento da criança e do adolescente. Esse movimento também mostra que alguns retornos são necessários, situando que o que não deu certo pode ser alterado e retomado, marcando dessa forma os movimentos “centrípetos” e “centrífugos”²⁵. Nessa história de retornos e alterações, fica nítida a mudança ocorrida com a promulgação do ECA (1990), pois o Conselho Tutelar, Ministério Público e Juizado da Infância e Juventude atuavam nas situações dos abrigamentos, descentralizando dessa forma o poder de atuação do Juiz (conforme o Código de Menores). Após alteração ocorrida no ano de 2009, o Poder Judiciário novamente assume a função do acolhimento, conforme redação dada pela Lei 12.010 de 2009 “§ 3º Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamental ou não, por meio de uma guia de acolhimento, expedida pela autoridade judiciária.” (ECA,1990, p.74).

²² Norbert Elias afirma que a concretização dos processos sociais acontecem com “o aparecimento mais ou menos súbito de palavras em línguas quase sempre indica mudanças na vida do próprio povo, sobretudo quando os novos conceitos estão destinados a se tornarem fundamentais e de longa duração .” (p. 66)

²³ Sociogênese (processo social), que implica diretamente na psicogênese (processo individual).

²⁴ “As pesquisas sociogenética e psicogenética propõem-se a revelar a ordem subjacente às mudanças históricas, sua mecânica e mecanismos concretos.” (ELIAS, 2011, p. 16)

²⁵ Norbert Elias nomeia que no movimento centrífugo o poder é descentralizado; já no movimento centrípeto o poder volta a ser centralizado.

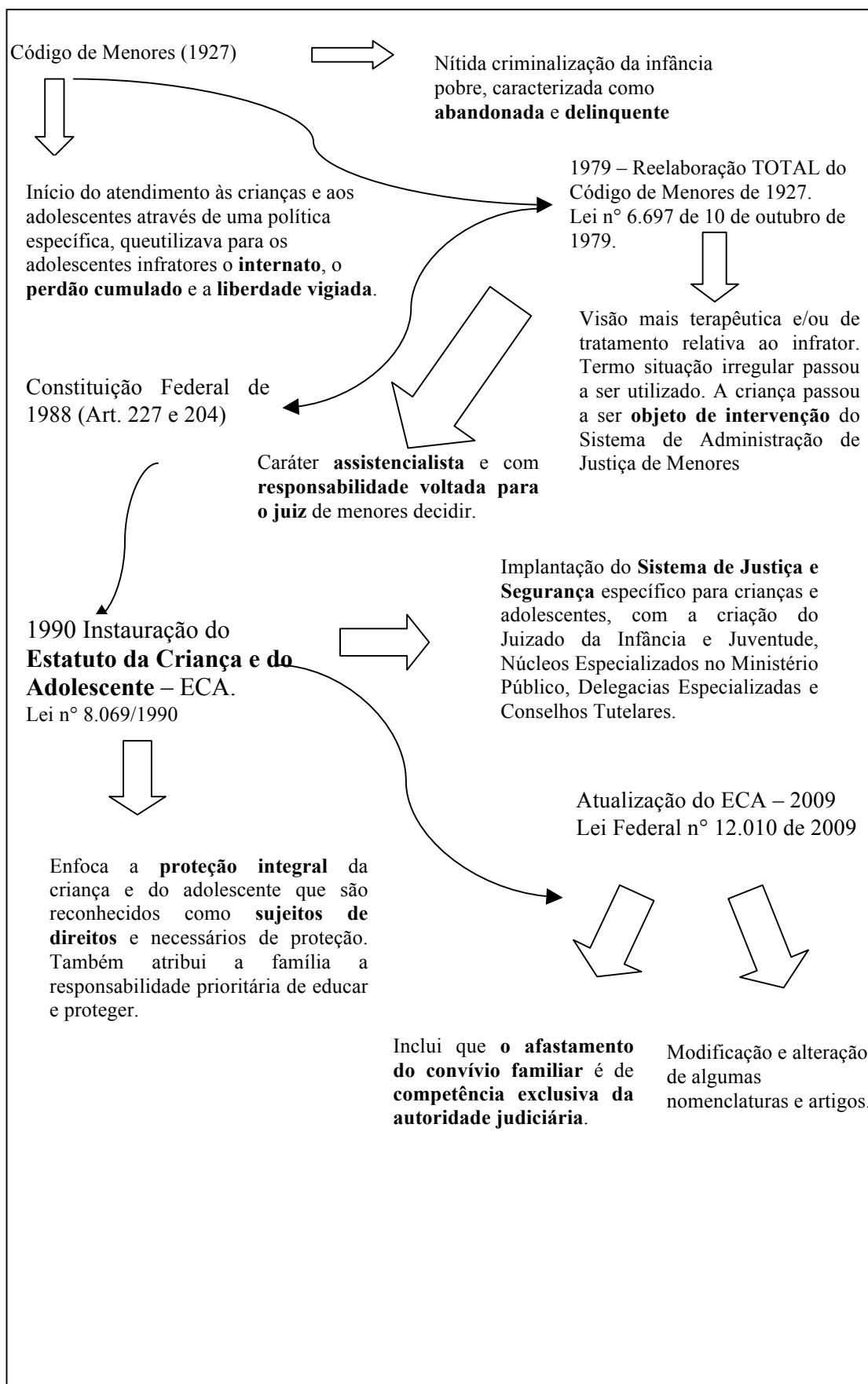
Nesse ínterim, fomenta-se que a “naturalização²⁶” de algumas normas acontece com a regulação²⁷ de condutas de famílias violadoras e das formas como os municípios entendem e priorizam as crianças e os adolescentes, que na atualidade podem contar com mais garantias de proteção, satisfazendo, dessa forma, a evolução e a constante construção²⁸ dos Direitos Humanos.

²⁶A naturalização é um processo que reflete a implicação e a produção cultural dos conceitos, ideias, normas e formas de ser.

²⁷“Quanto mais o padrão ‘natural’ de delicadeza e vergonha parece aos adultos e quanto mais o controle civilizado de ânsias instintivas é aceito como natural, mais incompreensível se torna para os adultos que as crianças não sintam ‘por natureza’ esta delicadeza e vergonha. Necessariamente as crianças tocam repetidamente o patamar adulto de embaraço e uma vez que não estão ainda adaptadas – transgridem os tabus da sociedade, cruzam o patamar adulto de vergonha, e penetram em zonas de perigo emocionais que o próprio adulto só com dificuldade consegue controlar.” (ELIAS, 2011, p. 162)

²⁸“A partir do estudo do processo civilizador, evidenciou-se com bastante clareza a modelagem geral e, portanto, a formação individual de cada pessoa, depende da evolução histórica do padrão social, da estrutura das relações humanas. Os avanços da individualização, como na Renascença, por exemplo, não foram consequência de uma súbita mutação em pessoas isoladas, ou da concepção fortuita de um número especialmente elevado de pessoas talentosas; foram eventos sociais, consequência de uma desarticulação de velhos grupos ou de uma mudança na posição social do artista artesão, por exemplo. Em suma, foram consequência de uma reestruturação específica das relações humanas.” (ELIAS, 1994, p.28).

Quadro 1. Síntese das Leis de proteção à infância e à adolescência.



1.2 INFÂNCIA, JUVENTUDE E FAMÍLIA: DILEMAS ENTRE O ABANDONO E A PROTEÇÃO

(...) trabalhar com famílias requer a abertura para uma escuta, a fim de localizar os pontos de vulnerabilidade, mas também os recursos disponíveis. (SARTY, 2000, p.25).

Na tentativa de se traçar um perfil único de família, aquela se frustra, pois nas últimas décadas foi possível marcar tendências e movimentos que redefiniram o funcionamento dos núcleos familiares. Philippe Ariès (2011) redesenha a história das famílias através de uma análise iconográfica, observando a evolução das imagens ao longo dos séculos, averiguando dessa forma, as mudanças ocorridas nos percursos: da mulher, dos homens, das crianças, em suma, das famílias.

Iniciamos esta discussão, trazendo as questões que envolvem não somente as situações das famílias e o casamento entre homem e mulher, mas também as discriminações e situações que as mulheres vivenciavam ao serem reconhecidas somente como meras reprodutoras, demarcando que o relacionamento amoroso era apenas uma aliança firmada entre as famílias. Araújo (2002) salienta que, da Antiguidade à Idade Média na sociedade ocidental, eram os pais que cuidavam dos casamentos dos filhos, visto que o casamento não consagrava um relacionamento amoroso. Era um negócio de família, um contrato que os indivíduos faziam não para o prazer, mas a conselho de suas famílias e para o bem delas, selando que a mulher fazia parte do patrimônio familiar, e sua entrega para o homem garantia a união entre duas famílias reais ou nobres. Nesse sentido, não era admitido o adultério e a esterilidade desta mulher, de modo que tais questões poderiam levar ao repúdio, ao abandono ou mesmo à morte da esposa.

Ariès (2011) também aborda em seu estudo que, a partir do século XIV, assistimos ao desenvolvimento da família burguesa que demarca a degradação progressiva e lenta da situação da mulher no lar, concebendo que as mulheres casadas precisavam obter autorização do marido e/ou justiça para seus atos. Tal vivência reforçou os poderes do homem e estabeleceu uma espécie de monarquia doméstica. A partir do século XVI, a legislação real se empenhou em reforçar o poder paterno no que concerne ao casamento dos filhos e, a partir disso, a família se tornou a célula social, a base dos estados e o fundamento do poder monárquico. Considerando este um modelo de família patriarcal, salientam-se os escritos de Filho (2002, p. 40) que reitera que “na família patriarcal, as práticas sociais eram consideradas como a submissão da mulher e o casamento entre parentes como forma de demonstrar a

importância da linhagem e de seu contexto histórico dentro da sociedade da época”. Então, no Brasil, de acordo com a literatura, a família seria o resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, tendo gerado um modelo com características e tendências conservadoras em sua essência (SAMARA, 1983). Ainda nesse sentido, Norbert Elias demarca o papel da burguesia e apresenta a função assumida pela família:

O controle mais rigoroso de impulsos e emoções é inicialmente imposto por elementos de alta categoria social aos seus inferiores ou, no máximo, aos seus socialmente iguais. Só relativamente mais tarde, quando a classe burguesa, compreendendo um maior número de pares sociais, torna-se classe superior, governante, é que a família vem ser a única – ou, para ser, mais exata, a principal e dominante – instituição com a função de instilar controle dos impulsos. Só então a dependência social da criança face aos pais torna-se particularmente importante como alavanca para a regulação e moldagem socialmente requeridas dos impulsos e das emoções. (ELIAS, 2011, p. 137).

Com as mudanças ocorridas na burguesia, consideramos que a família conhecida como nuclear moderna surge como um modelo hegemônico, “ideal”. E, em decorrência disso, todos os arranjos familiares que não se encaixam dentro do modelo preestabelecido são considerados como famílias “fora da lei”, que se escondem por baixo das aparências tão respeitáveis. Por intermédio dos diversos espaços de socialização e/ou diversos “aparelhos ideológicos”, as crianças aprendem desde pequenas como deve ser uma família (FILHO, 2002). Ainda assim, considera-se que a partir dessas mudanças as famílias também passaram a respeitar a vida privada e criar necessidade de uma identidade, unindo-se também pelo sentimento. A instituição família vai se responsabilizando pela transmissão de valores e conhecimento além da socialização da criança, tornando-se fundamental pelos laços afetivos para o processo de subjetivação dessa criança (SCODELARIO, 2002, p.95). Romanelli e Neves (2006) acreditam que, a exemplo do que vinha ocorrendo na década de 1970, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela reprodução relativa do modelo tradicional de família nuclear (constituída por marido, esposa e filhos) e pelo aumento proporcional do número de famílias chefiadas por mulheres e por unidades domésticas unipessoais. A evolução dos diferentes tipos de unidades domésticas mostra a significativa redução do tamanho das famílias, com número médio menor de pessoas e filhos (IBGE, 2001). Norbert Elias também salienta que as mudanças nas famílias demarcam as modificações sociais e comportamentais, alterando costumes e culturas de uma determinada época.

O fato de desaparecer gradualmente o costume de colocar na mesa grandes pedaços de animal para serem trinchados liga-se a muitos fatores. Um dos mais importantes talvez seja a redução gradual do tamanho da unidade familiar, como parte do movimento de famílias mais numerosas para famílias menores; em seguida ocorre a

transferência de atividades de produção e processamento, como fiação, tecelagem e abate de animais, da casa para especialistas, artesãos, mercadores e fabricantes, que as desempenham profissionalmente, enquanto a família torna-se uma unidade de consumo. (ELIAS, 2011, p. 122).

Dessa forma, entende-se que as mudanças foram significativas, demarcando que as famílias se ressignificaram de acordo com os padrões culturais de cada sociedade, mostrando que, no atual momento, não há um modelo familiar²⁹ e desafiando-nos a observar que o que era exceção no passado, de alguma forma, passou a virar regra.

Com a modernidade, as instituições familiares se alteraram cada vez mais. Os casamentos oficiais, religiosos e civis já não se fazem necessários para uma união se concretizar. O casamento não é mais considerado para sempre, e as separações são cada vez mais constantes, tanto em casamentos de longa data como em uniões recentes. Homens e mulheres desempenham diferentes papéis na sociedade, sendo considerados iguais juridicamente. (MANZKE e ZANONI, 2009, p. 225).

As igualdades foram garantidas legalmente a partir de 1988, visto que passaram a ser reconhecidas e a terem proteção assegurada pela Constituição Federal conforme salienta o Art. 226 “a família, base da sociedade, tem especial proteção do estado” (p. 144). Além do reconhecimento da família, este artigo ainda garante conforme o § 5^o que: “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”, e o §8^o afirma que o “estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações”. Com as mudanças na família e na garantia da Lei, a partir de 1990, houve uma tentativa de reprimir a violência, antes considerada parte da cultura, para fora dos núcleos, uma vez que o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Maria da Penha³⁰ surgem para assegurar o §8^o do Artigo 226 da Constituição Federal. O Plano Nacional de Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária também enfatiza e relembra que o ECA vem reforçar o papel da família na vida da criança e do adolescente “como elemento imprescindível dentro do processo de proteção integral, e como um dos objetivos maiores do sistema de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente” (p.21). Então, com a

²⁹ A desnaturalização do conceito de família, a desmistificação de uma estrutura que se colocaria como ideal e, ainda, o deslocamento da ênfase da importância das funções familiares de cuidado e socialização, questionam a antiga concepção de “desestrutura familiar” quando abordamos famílias em seus diferentes arranjos cotidianos. Vimos, agora, surgir a imperiosa necessidade de reconhecimento do direito à diferença, desde que respeitando o referencial dos direitos de cidadania. Ou seja, a família nuclear tradicional, herança da família patriarcal brasileira, deixa de ser o modelo hegemônico e outras formas de organização familiar, inclusive com expressão histórica, passam a ser reconhecidas, evidenciando que a família não é estática e que suas funções de proteção e socialização podem ser exercidas nos mais diversos arranjos familiares e contextos socioculturais, refutando-se, assim, qualquer ideia preconcebida de modelo familiar “normal”. (BRASIL. **Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**, 2006.)

³⁰ Lei n^o 11.340 de 7 de agosto de 2006.

aprovação do ECA, a família tornou-se parte do processo de inserção social de seus filhos, devendo receber suporte para o fortalecimento dos vínculos entre eles e com a comunidade ao seu redor. Entretanto, o plano nacional ainda coloca que “apenas a existência de vínculos sociais e afetivos não é suficiente e as providências necessárias para a regularização da situação da criança e do adolescente, do ponto de vista legal, devem ser tomadas, visando à prevenção da violência e à garantia dos seus direitos de cidadania” (p.25).

A priorização dos direitos torna-se imprescindível, pois ainda hoje, mesmo com as várias garantias legais, nos deparamos com situações de extrema violência e atuação do poder do adulto sobre a criança. Por estes motivos o ECA também regulamenta que as medidas de proteção serão aplicáveis em 3 situações: “I – por ação ou omissão da sociedade ou do estado; II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; III – em razão de sua conduta” (p. 69). Sendo assim, não podemos idealizar um modelo totalmente elaborado de família³¹, pois ainda existem situações de violência familiar³² que nem a Lei consegue constranger. Faleiros e Faleiros (2008) salientam que “a grande maioria das famílias no Brasil são protetoras, milhões delas ao custo de enormes sacrifícios, mas também nessas famílias protetoras encontram-se traços culturais, em diferentes graus, de relações familiares adultocêntricas, machistas, autoritárias, que as tornam mais ou menos violentas”. Os autores ainda contribuem salientando que:

A estrutura familiar não é uma ilha isolada do contexto histórico, econômico, cultural e social, mas um dos subsistemas em que se encontram presentes e se enfrentam os poderes estruturados e estruturantes da sociedade. Autoritarismo, machismo, preconceitos e conflitos em geral articulam-se com as condições de vida das famílias, e as questões de poder se manifestam nas relações afetivas e na sexualidade. É nesse contexto de poder que deve ser analisada e compreendida a violência de adultos contra crianças e adolescentes. A violência familiar é, pois, uma forma de relacionamento ancorada na história e na cultura brasileira. (FALEIROS E FALEIROS, 2008, p. 49).

Sendo assim, entendemos as forças culturais como compulsões³³, que são conservadas

³¹ Não se trata mais de conceber um modelo ideal e família, devendo-se ultrapassar a ênfase na estrutura familiar para enfatizar a capacidade da família de, em uma diversidade de arranjos, exercer a função de proteção e socialização de suas crianças e adolescentes. (BRASIL, Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, 2006, p. 23).

³² É importante distinguir a violência doméstica da violência familiar. A violência doméstica refere-se ao lugar onde ela ocorre, na casa, no lar; a violência familiar se refere à natureza dos laços parentais que unem as vítimas e os autores da violência. Não são, portanto, sinônimos. (FALEIROS E FALEIROS, 2008).

³³ As demais formas de compulsão que, nesse momento, prevalecem nos espaços sociais pacificados modelam na mesma direção a conduta e os impulsos afetivos do indivíduo. Quanto mais apertada se torna a teia de interdependência em que o indivíduo está emaranhado, com o aumento da divisão de funções, maiores são os espaços sociais por onde se estende essa rede, integrando-se em unidades funcionais ou institucionais – mais ameaçada se torna a existência social do indivíduo que dá expressão a impulsos e emoções espontâneas, e maior a vantagem social daqueles capazes de modelar suas paixões; mais fortemente é cada indivíduo controlado,

ao longo do tempo, uma vez que, se não potencializadas à proteção e as relações, em especial das famílias que vivenciam a exclusão e a pobreza, não se modificam comportamentos. A mudança de conduta só acontece se o próprio núcleo recebe atenção básica, pois se o abandono existe, não se trata de crianças e adolescentes abandonados por seus pais, mas de famílias e populações abandonadas pelas políticas e pela sociedade (BECKER, 2002). Então, quando o dilema de que falamos é entre o abandono e a proteção, qual desses esperamos encontrar no tocante a situações dos acolhimentos institucionais? Se seguirmos nesta análise, podemos então estar afirmando de forma subjetiva que, antes de a família abandonar o filho, esta foi ignorada pelas políticas públicas de proteção? O que tudo indica é que ainda há, na atualidade, situações em que as famílias são julgadas, pois não seguem o modelo nuclear (pai, mãe e filhos), impossibilitando, dessa forma, que reelaborem e avaliem suas histórias de vida, a fim de se centrar com maior autoria na alteração de seu plano de vida. Fonseca (2006, p.20) teoriza e confirma em seu texto que:

A palavra “família” ainda se restringe no nosso imaginário à família conjugal, uma família que implica a co-residência de um casal e seus filhos – sendo a casa o lugar das mulheres e crianças; e o espaço público da rua o domínio por excelência dos homens. (FONSECA, 2006, p. 20).

Quando tratamos as situações dos acolhimentos institucionais, temos de ter claro que uma criança só pode ser retirada da companhia de seus responsáveis se verificada alguma situação de violação de direito expressa no Art. 98 do ECA. Ainda assim, o Estatuto prevê que os acolhimentos institucionais são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando em privação de liberdade (Art. 101, § 1^o). Essa questão também é abordada pelos guias de orientações técnicas dos serviços de acolhimento institucional, visto que sugere à equipe técnica (psicólogo e assistente social) da instituição necessidade de manter um trabalho com as famílias que favoreça a superação das questões a serem resolvidas. Por vezes, questões bastante complexas, que contribuíram para o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, tornam-se fator determinante no entendimento de como as famílias estão vivenciando a situação de afastamento de seus filhos e orientando estas famílias para a retomada do convívio, além de efetivar o exercício de seu papel de proteção e cuidados. Nesse sentido, também é importante atentar para a forma com que as famílias são significadas pelos profissionais do serviço de acolhimento, de forma a

desde a tenra idade, para levar em conta os efeitos de suas próprias ações ou de outras pessoas sobre uma série inteira de elos na cadeia social. (ELIAS, 1993, p.198).

manter uma postura apoiadora, possibilitando que o núcleo seja agente transformador das situações que culminaram no acolhimento institucional da criança/adolescente. Rizzini menciona que:

Na atualidade, ressaltam-se as competências da família, mas, na prática, com frequência, cobra-se dos pais que dêem conta de criar seus filhos, mesmo que faltem políticas públicas que assegurem as condições mínimas de vida digna: emprego, renda, segurança e apoio para aqueles que necessitem. Nas últimas décadas vem ocorrendo um processo lento de mudança de paradigmas relacionados às atribuições e responsabilidades da família e a importância da convivência familiar e comunitária, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política Nacional de Assistência Social (2004). (RIZZINI, 2007, p. 18).

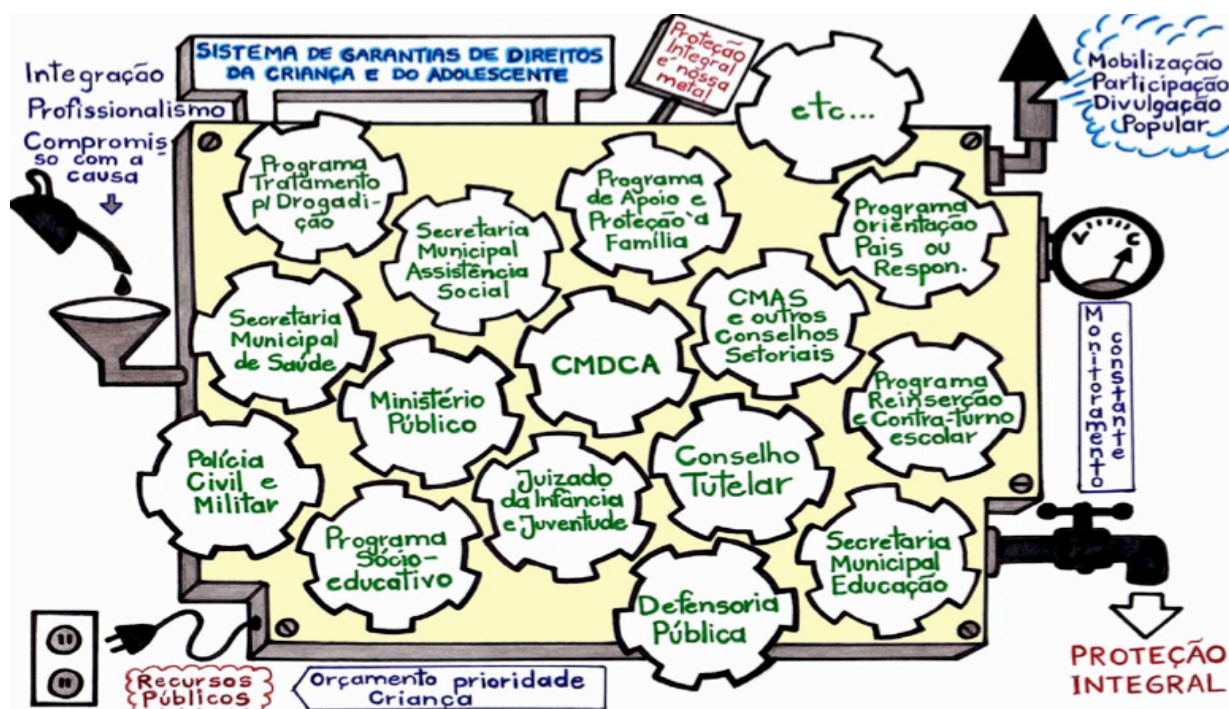
Frente aos escritos de Rizzini, cabe ressaltar que os profissionais envolvidos nas situações de acolhimento institucional devem estar preparados para garantir direitos tanto às crianças e adolescentes institucionalizados, quanto aos familiares destes, pois é necessário ter consciência de que, se as famílias tivessem sido assistidas anteriormente à institucionalização, estes jovens não teriam perdido os vínculos familiares e comunitários que mantinham na companhia dos genitores. Não se pretende encontrar culpados para o processo de institucionalização, mas torna-se indispensável questionar as políticas públicas. Vicente (2002, p. 53) destaca em seu texto que “[...] Nos denominados orfanatos, a maioria das crianças têm famílias. As instituições, entretanto, insistem em manter uma designação que não corresponde à realidade. Mas, ao “orfanizar” a clientela, explicita-se uma mentalidade segundo a qual a família miserável é ignorada ou tratada como inexistente”. Ainda o mesmo autor destaca que “para que uma criança perca toda a sua família (incluindo avós e tios maternos e paternos), é necessário que uma grande tragédia tenha lhe sucedido. E isso é raríssimo”.

Devido ao fato, podemos pensar qual o papel da educação³⁴ neste processo, pois ela garante legalmente que crianças de zero a seis anos possuem direito a creche e escolarização, sendo que os municípios devem priorizar 25% dos seus orçamentos para atender à área. Deste modo, considera-se que, se a criança e a mãe possuem seus direitos garantidos desde a gestação, poucos casos chegariam à institucionalização. Dessa forma, o Sistema de Garantia de Direitos deveria atuar de forma articulada, priorizando unicamente a proteção e o cuidado. Segundo o manual de orientação dos gestores municipais é *dever de todos* (família,

³⁴ Com a aprovação da LDB, há uma ampliação do acesso à educação para crianças abaixo de seis anos, uma faixa etária que antes não era considerada pela rede pública de ensino, mas pela assistência social. Foi uma medida fundamental, considerando que os primeiros anos de vida são anos de formação da criança, de descobertas e de construção da convivência social. A aprendizagem, assim como as descobertas e de construção da convivência social. (Manzke e Zanoni, 2009).

comunidade, sociedade em geral e Poder Público) atuar na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. A rigor *todos órgãos públicos, entidades representativas da sociedade* e até mesmo os cidadãos comuns, devem integrar o referido “Sistema de Garantias”. De uma forma mais específica, podemos citar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), os órgãos municipais responsáveis pelas políticas públicas de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, lazer etc., o Conselho Tutelar, as Polícias Civil e Militar, o Juizado da Infância e da Juventude, o Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, os professores e diretores de escola, as entidades não governamentais de atendimento ou defesa dos direitos de crianças, adolescentes e famílias etc.

Imagem 1 - Sistema de Garantia de Direitos³⁵



Com a articulação efetiva da rede de atendimento, podemos priorizar o cuidado da família, evitando dessa forma muitos rompimentos e afastamentos. Além disso, também é necessário a diminuição dos contrastes sociais, pois, conforme Elias (1993), esta redução se caracteriza como uma das peculiaridades mais importantes do processo civilizador.

³⁵ Imagem extraída do livro “Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar: orientações para criação e funcionamento”, publicado pelo CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Brasília – 2007.

(...) diminuindo os grandes contrastes de comportamento entre os diferentes grupos sociais – assim como o contraste e a mudança súbita no comportamento do indivíduo. A modelação das pulsões e sentimentos, as formas de conduta, toda a constituição psicológica das classes baixas nas sociedades civilizadas, com sua crescente importância em toda a rede de funções, estão cada vez mais se aproximando das de outros grupos, começando pela classe média. (ELIAS, 1993, p. 211).

Dessa forma, os programas de renda e as articulações dos atendimentos poderiam evitar a fragmentação dos núcleos familiares, uma vez que o reconhecimento das suas potencialidades é importante. Neste sentido, a redução das condutas de violência e priorização da proteção é fundamental. Certo é que algumas famílias, sem o suporte do poder público e de profissionais capacitados, talvez não consigam modificar comportamentos e mantenham condutas de violação e desprezo. Esse fato reforça que é necessário o investimento público para modificação da trajetória das famílias, como forma de evitar a vulnerabilidade e consequente abandono de seus membros.

2 DO ABRIGAMENTO AO ACOLHIMENTO: A TRAJETÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Pensamos demasiadamente,
sentimos muito pouco.
Necessitamos mais de humildade,
que de máquinas.
Mais de bondade e ternura,
que de inteligência
Sem isso, a vida se tornará violenta e tudo se perderá.
Charles Chaplin

Neste capítulo, apresento a história das instituições, visto que em um primeiro momento há o intuito de cercar o tema, conceituando-o, através da descrição da trajetória dessas casas ao longo dos anos. No item seguinte, apresenta-se a cidade cenário desta pesquisa, onde se discorre sobre o percurso da assistência social no município. Ainda assim, com o intuito de situar as instituições que foram descritas e analisadas no capítulo 4 deste texto, realizou-se uma descrição das instituições de acolhimentos institucionais que ainda mantém ou não o trabalho com criança e adolescentes.

O texto também propõe salientar que as instituições aqui destacadas fazem parte da Fundação de Assistência Social (FAS) da cidade de Caxias do Sul, no entanto, mesmo sendo gerida pela política pública de assistência social, o fazer da educação estabelece uma relação direta com estes equipamentos, visto que trabalham diretamente ligados aos processos de socialização de crianças e adolescentes, estabelecendo, devido a isso, propriedades da educação não formal.

2.1 INSTITUIÇÕES, ACOLHIMENTO E ABRIGAMENTO: A HISTÓRIA PRODUZIDA ENTRE AS MODIFICAÇÕES SOCIAIS E JURÍDICAS

Entender as instituições, por conseguinte, é entender o processo histórico que as produziu. (...) as instituições surgem sempre a partir de determinadas demandas. (SOUZA, 1995, p.42).

Em um contexto que enfatiza a universalização da infância, mas não o acesso aos seus direitos, proliferaram-se classificações que culpabilizam os cuidadores – os pais ou mesmo os agentes de mediação (FONSECA, 2009). Este entendimento pautou as intervenções sociais até a década de 1990, quando a criança foi reconhecida como um sujeito de direito necessitando de proteção, e a família, começou a fazer parte do processo educativo, atuando como um importante elo entre as modificações sociais e jurídicas que aconteceram ao longo

da história. Dessa forma, entende-se que alguns conceitos foram “produzidos”, de forma que se evidenciou, em meio às inconstâncias (sociais e jurídicas), marcas de determinado tempo.

As modificações jurídicas, como já tratadas no Capítulo 1 desta dissertação, evidenciaram ao longo dos anos importantes mudanças no tratamento e reconhecimento da infância, tanto que ela deixou de ser entendida como “desvalida” ou “excluída” para tornar-se foco de cuidado e zelo. Nesses termos, também destacam-se as diferenças no conceito de “instituição”, visto que passou de “total” para “acolhimento institucional”.

As instituições tratadas por Goffman (2001), denominadas como “instituições totais”, são simbolizadas pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições às saídas que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – portas fechadas, paredes altas, arame farpado, entre outras. O autor coloca que as instituições totais, em nossa sociedade, são enumeradas em cinco agrupamentos. Entre elas, surgem as que cuidam de pessoas que são incapazes e inofensivas, tais como cegos, velhos, órfãos e indigentes. Essas instituições serviam como um local de residência e/ou trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade, levavam uma vida fechada e formalmente administrada, onde todas as pessoas deveriam obedecer rigorosamente a critérios e horários estabelecidos para atender os objetivos oficiais da instituição, não levando em consideração as diferenças pessoais.

Foucault (2010) destaca o conceito de instituição, nomeando-as como “completas e austeras”, afirmando que a “prisão” deve ser um aparelho disciplinar e exaustivo. “Em vários sentidos: deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições”. (FOUCAULT, 2010, p. 222)

Desse modo, considera-se que tanto as instituições totais, quanto as completas e austeras fabricavam corpos submissos e exercitados, “corpos dóceis”, uma vez que a disciplina aumenta a força do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 2010).

Por muito tempo, as instituições que abrigavam crianças, oriundas da vivência de violência e outras situações que colocavam em risco o seu desenvolvimento físico e mental, trabalharam de forma a não respeitar o direito e a qualidade dos vínculos familiares e comunitários. As instituições entendidas por Bleger³⁶ (1984, p. 47) tornam-se “o meio que o

³⁶ José Bleger psiquiatra e psicanalista argentino. Marxista e militante comunista, um especialista na psicose, clínicas, estados-limites. Apesar do seu compromisso com a esquerda, declarou-se em favor da continuidade

ser humano pode se enriquecer ou se empobrecer e se esvaziar como seres humanos; o que comumente se chama de adaptação é a submissão à alienação e a submissão à estereotipia institucional”.

Nesse sentido, com o intuito de evitar a alienação e o extremo uso do poder sobre o outro, após o ano de 1990, priorizou-se, com a regulamentação do ECA, um olhar mais atento para o abrigamento de crianças/adolescentes, visto que os sujeitos só poderiam ser encaminhados para acolhimento, em função da aplicação de uma medida protetiva. Ainda assim, ficou estabelecida como função dos órgãos de proteção a fiscalização das entidades governamentais ou não.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069 será aprovado em 13/07/1990, por força da pressão das organizações não governamentais e movimentos atuantes na área, sendo divulgado e construído praticamente só no âmbito da sociedade civil. Superando o antigo e repressivo Código de Menores de 1927 (reeditado em 1979), o Estatuto regulamenta os preceitos constitucionais de 1988, numa concepção renovada, diametralmente oposta à antiga legislação. (MESTRINER, 2001, p. 200).

Com estas regulamentações, tinha-se como objetivo a maior proteção, e também o respeito e atendimento à família, para que, posteriormente, pudesse se responsabilizar novamente por aquela criança/adolescente. Dessa forma, salienta-se que a história brasileira³⁷ revela todavia que, frente à situação de pobreza, vulnerabilidade ou risco, a primeira resposta à qual durante muitos anos se recorreu foi o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar. A promulgação do ECA veio romper com essa cultura, ao garantir a excepcionalidade da medida, estabelecendo ainda que a situação de pobreza da família não constitui motivo suficiente para o afastamento da criança do convívio familiar.

Embora muitas mudanças positivas tenham acontecido após a instauração do ECA, ainda encontramos situações de abrigamento, como era nomeado, sendo usada de forma desenfreada por um longo período, servindo inclusive como “espécie” de punição tanto para a criança, quanto para a família. Tal atitude surgia em virtude da falta de preparo e conhecimentos legais dos órgãos, em especial, do Conselho Tutelar, que aplicava a medida.

Frente a estes acertos e erros, novamente o ECA foi alterado, uma vez que prioriza o acolhimento de crianças e adolescentes e não o seu abrigamento, como era nomeado logo que ocorreu a sua legitimação. A mudança ocorrida no ano de 2009 de certo modo limita a

institucional, o que provocava a ira dos seus próprios estudantes, decepcionados com a sua atitude. Ele morreu de um ataque cardíaco com 49 anos.

³⁷ Conforme Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, MDS, 2009.

atuação dos Conselheiros Tutelares que, embora ainda possam acolher, precisam justificar ao juiz de direito a sua ação.

A alteração não guiou somente a atuação dos Conselheiros Tutelares, mas também das equipes que trabalham nas instituições, visto que prioriza a elaboração de um plano individual de atendimento, onde não só o conselho tutelar e os técnicos (assistente social e psicólogo) são responsáveis pelo encaminhamento e direcionamento, mas também o desejo da criança deve ser escutado e respeitado. Ainda assim, visa-se a uma ação revisional dos casos que se encontram em situação de acolhimento a cada seis meses, prevenindo que, desta forma, as crianças fiquem institucionalizadas por períodos muito longos.

Então, no atual momento, as instituições de acolhimento são guiadas por vários documentos que regem o trabalho efetivado, tendo o ECA, o plano nacional de convivência familiar e comunitária, SUAS, LOAS, o projeto de diretrizes das nações unidas sobre emprego e condições adequadas de cuidados alternativos com crianças e as orientações técnicas: serviços de acolhimento, com a finalidade de regulamentar e melhor atender as crianças e os adolescentes que estão afastados do núcleo familiar.

Onde ainda houver grandes instituições de acolhimento de crianças, alternativas deverão ser ativamente buscadas, no contexto de uma estratégia geral de desinstitucionalização, com objetivos e metas precisas que levem à gradativa desativação dessas instituições. Para tal, os Estados deverão estabelecer parâmetros de atendimento para garantir sua qualidade e condições adequadas ao desenvolvimento da criança, como, por exemplo, atenção individualizada e em pequenos grupos, devendo avaliar tais instituições por esses parâmetros. As decisões quanto ao estabelecimento ou a licença de novas instituições privadas ou públicas de prestação de cuidados a crianças deverão levar em conta essa estratégia e o objetivo de desinstitucionalização. (ONU, 2007, p.8).

Seguindo essa questão, entende-se que a instituição de acolhimento deve ser um lugar privilegiado, com rotinas definidas, com cuidados essenciais garantidos – que vão além das necessidades básicas – onde a criança pode se sentir acolhida integralmente, (FROMER, 2002, p. 314) de forma que seja permitido um espaço para a construção de novos relacionamentos afetivos significativos, com dimensões diferentes daqueles experienciados anteriormente. Corroborando com tal entendimento, Souza e Carvalho (2009, p. 37) destacam que a representação social do Abrigo precisa ser gradativamente modificada a partir das pessoas que fazem parte daquele sistema. Pelo seu caráter de transitoriedade, deve funcionar, na medida do possível, como um lugar de “parada breve”, porém transformadora e geradora de mudanças para cada “eu” e cada “outro” envolvido nesta relação.

O fato de as instituições de abrigo oferecerem um ambiente mais organizado, com possibilidades de constituir novas relações afetivas, parece funcionar como um fator de proteção, que possibilita um incremento no desenvolvimento global do abrigado (...). Os fatores protetivos disponibilizados pelos abrigos podem ser considerados como reforçadores de características individuais para a ativação de processos de superação e enfrentamento de situações estressantes, beneficiando o estabelecimento e manutenção da auto-estima, da auto-eficácia e de relações de apego. Dessa forma, o estabelecimento de relações microssociais positivas e as possibilidades de atividades construtivas no ambiente da instituição atuaram na promoção de saúde e resiliência. (DALBEM e DELL'AGLIO, 2008, p.39).

Dessa forma, entende-se que os processos institucionais foram alterando-se ao longo dos anos, produzindo uma prioridade à proteção e ao cuidado. No entanto, essa mudança mantém a discussão entre as melhores formas de o acolhido manter-se em sua integralidade, preservando as características pessoais, que reforçam e auxiliam na manutenção do bem-estar e na priorização e respeito à individualidade. Mas, ainda, cabe reforçar o valor indiscutível da capacitação contínua dos profissionais que atuam nestas instituições, com o intuito de reforçar, preservar e respeitar a fase de desenvolvimento de cada acolhido.

Então, seguindo esses parâmetros, a atenção desloca-se para o cuidar, isto é, para a necessidade de que crianças e adolescentes sejam cuidados e acreditados como sujeitos em desenvolvimento, com ações personalizadas e com relacionamentos baseados em vínculo de confiança, respeito e apoio, oferecendo um espaço de acolhida e de escuta. (JUNQUEIRA e DESLANDES, 2003).

2.2 DA COMAI À FAS: O INÍCIO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS EM CAXIAS DO SUL E O RECONHECIMENTO DA INFÂNCIA

Em 29 de dezembro de 1962, através da Lei Municipal nº 1.200³⁸, foi criada a Comissão Municipal de Amparo à Infância (COMAI), “a qual tinha como finalidade esforçar-se em estender a assistência a todas as crianças e adolescentes que fossem economicamente, socialmente ou educacionalmente desajustados” (BECHER, 2012)³⁹. Salienta-se que a entidade foi mantida pelo Poder Público Municipal, que através da Lei nº. 2.928/84 determinou 2% do orçamento da administração direta para a subsistência e manutenção da entidade. Todavia, mesmo recebendo orçamento para sua subsistência, a COMAI não fazia parte da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal.

A COMAI foi dirigida por um Conselho Deliberativo composto pelo Prefeito Municipal, Juiz da Infância e da Juventude, pelo Promotor/Curador da Infância e da Juventude e pelo Presidente da Sociedade de Medicina de Caxias do Sul. Esse Conselho elegia o Presidente, Vice-Presidente e Secretário-Geral, bem como o Diretor Executivo da COMAI. A entidade localizava-se na Rua Alfredo Chaves s/nº, junto ao Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul e foi definitivamente instalada no dia 12 de março de 1963.

O artigo 6º da Lei que instaurou a comissão salienta as finalidades essenciais da Comissão Municipal de Amparo à infância e, dentre esses, salientava-se a elaboração de um plano de aplicação das verbas municipais de amparo à infância abandonada.

Imagem 2 – Menores do “Setor do Menor Ambulante”⁴⁰.



³⁸ Disponível em: <http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-01200.pdf>. Acesso em 29 de março de 2013.

³⁹ A historiadora Franciele Becher dissertou em seu texto defendido em 04 de dezembro de 2012 questões da política pública e menoridade em Caxias do Sul – RS (1962 – 1992), onde contempla com detalhes a história da assistência no município anteriormente à promulgação do ECA.

⁴⁰ Fonte: “A criança se organiza no seu ano I”. Pioneiro, 25/07/1979.

Dessa forma, a entidade visava prevenir e amenizar os problemas das crianças e adolescentes empobrecidos, denominada na época como infância abandonada, e desenvolvia seus programas através dos seguintes setores⁴¹:

1. *Setor de creches*, o qual prestava atendimento gratuito a nove creches, localizadas em diferentes bairros da periferia da cidade, com a finalidade de proporcionar desenvolvimento bio-psico-sócio-cultural de crianças de zero a seis anos. Para assessoria e supervisão das creches, o setor contava com a seguinte equipe: uma assistente social, duas professoras especializadas em pré-escola e uma psicóloga. As creches da COMAI eram: Ana Aurora (Bairro Floresta); Mamãe Ivone (Bairro Garbim); Pica-Pau Amarelo (Bairro Euzébio Beltrão de Queiróz); Planalto (Bairro Planalto); Raio de Sol (Bairro São Vicente); Tio Danilo (Bairro Salgado Filho); Vovó Lú (Bairro Vila Moderna); Vovó Antônia (Bairro Panazzolo) e Vila Leon (Bairro Bela Vista).

2. O *Setor menor ativo* tinha por objetivo atender crianças e adolescentes na faixa etária dos seis aos dezoito anos incompletos. O local oportunizava espaço de trabalho, escolarização, recreação, formação em geral e alimentação. Procurava também proporcionar atendimento especializado de acordo com a realidade de seu meio. O setor Menor Ativo abrangia: Meninos e Meninas de Rua – esse programa funcionava junto à sede da COMAI, e tinha como objetivo essencial atender crianças e adolescentes da periferia da cidade, que faziam da rua seu meio de subsistência.

3. Os *Centros Ocupacionais* estavam situados na periferia da cidade e visavam a proporcionar às crianças e aos adolescentes, na faixa etária dos sete aos quatorze anos de idade, atendimento pedagógico, em horários extra classe, incluindo atividades culturais, recreativas, sociais e de iniciação profissional (trabalho integrado com as oficinas de cerâmica, funilaria, marcenaria e artes domésticas). Os centros ocupacionais localizavam-se nos seguintes bairros: Vila Ipê, N. Sra. de Fátima, São Vicente, Jardelino Ramos, Cruzeiro, Aeroporto e Mariland.

4. As *oficinas* localizavam-se em diversos bairros da cidade e tinham como objetivo oportunizar às crianças e aos adolescentes, através do trabalho, a formação de hábitos, desenvolvimento de habilidades, aprendizagem, participação de cursos, habilitação a empregos e encaminhamento à escola. A produção de objetos de arte, brinquedos e utilidades eram comercializadas em feiras e o resultado financeiro era dividido, parte entre as crianças e parte para a reposição do material utilizado. As oficinas do setor do Menor Ativo eram as

⁴¹ Fonte: Sisem – Situação sócio educacional do menor na área urbana de Caxias do Sul.

seguintes: cerâmica (Bairro Vila Ipê); velas (Bairro Pioneiro); artesanato em couro e encadernação (Bairro Madureira); técnicas e artes domésticas (Bairro São Vicente); marcenaria (Bairro São Vicente e Bairro Jardelino Ramos); marcenaria I e II (Bairro Marechal Floriano em convênio com a SEBS); cerâmica - Escola Aberta (Bairro Cinquentenário); horta (Bairro Cinquentenário) e serigrafia (Bairro Exposição).

5- A *Escola Aberta* em convênio com a Secretaria de Educação e Cultura (SMEC) localizava-se no Bairro Cinquentenário e tinha como objetivo possibilitar o ensino de 1ª à 5ª série (2º ao 6º ano) para crianças e adolescentes, em idade escolar, evadidos de estabelecimentos de ensino regular de diferentes bairros da periferia, e para meninos e meninas de rua.

6- A *Formação Profissional* visava, através de convênios com SENAI, SENAC e projeto de Educação Básica de Jovens e Adultos (SMEC), a oportunizar aos meninos e meninas um aprendizado profissionalizante e semiprofissionalizante, capacitando-os para o ingresso no mercado de trabalho.

7. O *Setor de Emprego* tinha por objetivo encaminhar adolescentes ao mercado de trabalho. Realizava a busca de vagas e encaminhava-os à empresa.

Além dos setores de atendimento, a COMAI organizava o Grupo de Pais da COMAI (GPC) que era formado por uma diretoria composta de pais das crianças e adolescentes que participam dos diversos programas do setor Menor Ativo, a qual objetivava a organização, participação e engajamento dos pais nas questões do trabalho no setor, bem como nas questões mais amplas da sociedade. Para desenvolvimento dos trabalhos, o Setor do Menor Ativo contou, em 1990, com a seguinte equipe: um coordenador, quatro dinamizadores, um psicólogo, duas assistentes sociais, dezesseis instrutores, quatro monitores, estagiários de serviço social, estagiários de psicologia e estagiários do CIE-E Centro de Integração Empresa-Escola, um responsável pelo setor de empregos, duas cozinheiras e um auxiliar geral.

A COMAI manteve, em 1990, convênios com: LBA, CBIA, FEBEM, Prefeitura Municipal, Sindicato Patronal dos Madeireiros, SENAI, SENAC, SESI, com 23 empresas caxienses (que conveniavam 70 vagas em creches), com Centro de Integração Empresa-Escola (CIE-E) e Associações de bairros (AMOBs), e ainda realizavam-se também, trabalhos integrados com: APAE, IPAM, SMEC, SHAS, e UCS.

Ainda assim, as equipe de trabalho da COMAI atuavam na triagem dos casos de abrigo. O setor funcionava na sede da entidade, com a responsabilidade de fazer o recolhimento e o desligamento de crianças e adolescentes da Casa de Triagem Divina

Providência e trabalhava em conjunto com as autoridades judiciais, utilizando recursos da instituição e da comunidade.

No ano de 1994, houve a consolidação do Juizado Regional da Infância e da Juventude e, a partir de então, iniciou-se o plano de reordenamento dos abrigos, que efetivou-se com a articulação entre o Conselho Tutelar, COMDICA, Juizado, Ministério Público, FEBEM, COMAI entre outros representantes de entidades de atendimento. Então, com as efetivas mudanças, em 04 de janeiro de 1996, o Poder Legislativo de Caxias do Sul, através da LEI Nº 4.419 de 4 de janeiro aprovou a criação da Fundação de Assistência Social (FAS), extinguindo-se assim a Comissão Municipal de Amparo à Infância (COMAI) que até então atuava no âmbito da criança e do adolescente.

Segundo o Art. 2^o da Lei que cria a Fundação de Assistência Social “tem como finalidade planejar, coordenar e executar as políticas e programas municipais de assistência social e proteção à infância e à juventude, previstas nas leis federais nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e 8.742, de 07 de dezembro de 1993” (CAXIAS DO SUL, Lei Municipal nº 4.419, de 04 de janeiro de 1996 p.1). A lei também cita a convivência familiar e comunitária, evidenciando dessa forma não só o protagonismo das crianças/adolescentes, mas também das famílias.

Ainda hoje, a FAS é reconhecida como uma entidade da Administração Indireta do Poder Executivo Municipal, com personalidade jurídica de Direito Público, que executa e coordena o Sistema Único de Assistência Social, tendo desenvolvido e monitorado diferentes programas, serviços e ações que promovem a prevenção, proteção e inserção social.

Na garantia da Proteção Social, a Fundação de Assistência Social executa serviços de proteção básica e especial, promovendo a segurança da sobrevivência, do convívio e da acolhida, contando com a participação das entidades não governamentais existentes no Município.

2.3 CAXIAS DO SUL E SUAS INSTITUIÇÕES: O GOVERNAMENTAL E O CONVENIAMENTO DO CUIDADO

Depois da promulgação do ECA, os diferentes estados brasileiros começaram o reordenamento dos abrigos para, respeitando os princípios de transitoriedade e incompletude, assegurar a oferta de uma “situação mais próxima à familiar” (FONSECA e SCHUCH, 2009). Na cidade de Caxias do Sul, houve grande mobilização dos diferentes atores que se empenharam a consolidar os preceitos legais, especialmente pelos conselheiros do COMBEM

(Conselho Comunitário do Bem Estar do Menor) que, em outubro de 1990, passou a adequar e reestruturar a composição de sua organização, de acordo com as legislações, denominando-se COMDICA. A composição deste Conselho foi paritária com representantes de órgãos governamentais e não governamentais.

Até 1990, ainda na configuração de “internato”, havia, na área urbana, três espaços que atendiam crianças e adolescentes provenientes de diferentes bairros: Lar da Mãe Solteira, (fundada em 1959 pela Congregação das Irmãs do Bom Pastor, atendendo adolescentes “empobrecidas” de 12 a 18 anos que, por estarem grávidas, não eram aceitas no contexto familiar), a Casa de Triagem Divina Providência (mantida pela COMAI, atendendo crianças e adolescentes de zero a doze anos, de diferentes sexos) e o Setor de Apoio Integrado (implantado em 1979 como Casa do Menor que foi mantido pela COMAI, quando então passou a se denominar de Setor de Apoio Integrado, atendendo somente crianças/adolescentes do sexo masculino, com idade entre 08 e 14 anos que apresentavam problemas de conduta de natureza leve e/ou abandono).

Em 1990 os três internatos proporcionavam, em período diurno e noturno, através de plantonistas, atendimento a crianças e adolescentes, que recebiam todo o atendimento necessário em nível de alimentação, vestuário, entre outros. Nesta época, as instituições atendiam um total de 78 crianças e adolescentes com idades que variavam de zero a dezoito anos.

Com a necessidade do reordenamento, algumas casas foram transformadas em abrigos institucionais, o que corrobora a pesquisa de Cláudia Fonseca e Patrice Schuch (2009, p. 117), as quais afirmam que o “cenário atual do abrigamento de crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul compõe-se de entidades vinculadas ao governo estadual, às prefeituras municipais e a variadas outras unidades filantrópicas, religiosas e organizações não governamentais”.

Caxias do Sul, hoje, conta com seis serviços de acolhimento que são divididos entre quatro instituições, uma casa de passagem, uma casa lar⁴². Ainda, este município possui um Programa de Famílias Acolhedoras⁴³.

⁴² Em verdade o município ainda não conta com a modalidade Casa Lar, porém a Casa Família Murialdo é a instituição que mais se aproxima, pois, possui um número menor de crianças e educadores residentes.

⁴³ O programa Famílias acolhedoras proporciona o atendimento à criança/adolescente e oferece uma alternativa ao abrigo convencional e proporciona, quando necessário, o afastamento provisório da família, o acolhimento em família acolhedora (selecionada, capacitada e acompanhada pela equipe do projeto), onde seu desenvolvimento integral pode ser estimulado e a convivência familiar garantida. (GOMES, 2004).

Tabela 1. Marco situacional do Município de Caxias do Sul – 2013.

Serviços de Acolhimentos de crianças e adolescentes existentes no município de Caxias do Sul.	Número
Casa de Passagem	1
Casas de Acolhimentos/ Abrigos	4
Casa Família	1
Programa Famílias Acolhedoras	1

Dentre essas instituições, duas são governamentais. Todos os funcionários destas são trabalhadores concursados como funcionários públicos. As quatro entidades remanescentes são gerenciadas por entidades que, após firmarem convênio com a FAS, se responsabilizam pela contratação dos funcionários por regime CLT. Os serviços da “rede própria” incluem a Casa Abrigo Estrela Guia e a Casa Abrigo Sol Nascente. Os demais, que serão descritos a seguir, são parcerias entre o governo e entidades filantrópicas, sendo estas: Casa Família Caminhos da Esperança; Casa Abrigo Recanto Amigo, Casa de Passagem Novos Horizontes e Casa Família Murialdo.

Casa Abrigo Sol Nascente

O Abrigo foi oficialmente fundado em 24 de abril de 1964, com a finalidade do “recolhimento” de menores abandonados ou em estado de abandono, por ordem do Juiz de Menores, em regime de internato para menores de dois a dez anos. O tempo máximo de permanência deveria ser de um ano, tratando-se de internato de caráter provisório. Os menores recebiam assistência alimentar, de vestuário, saúde, espiritual e escolar.

Em 04 de abril de 1976, passou a se chamar Casa de Triagem Divina Providência, quando então foi adotada por um grupo de voluntários, apoiados por membros da Comissão Municipal de Amparo à Infância (COMAI). Em 1999, foi aprovado o projeto para a construção de duas novas unidades residenciais; contudo, até a construção das novas unidades, a Casa de Triagem passou a funcionar em uma casa alugada, por um período de

um ano e três meses. Em maio de 2000, inaugurou-se a nova casa, já com uma proposta encaminhada para a troca de nome.

Atualmente a Casa Abrigo Sol Nascente atende a vinte crianças, com idades de zero a doze anos e tem prevista a mudança de estrutura física para o ano de 2013.

Imagem 3 - Sede da Casa Abrigo Sol Nascente⁴⁴



Casa Abrigo Estrela Guia

No dia 09 de setembro de 1992, fruto de uma parceria entre a FEBEM e a COMAI, foi criado o Abrigo Casa das Meninas, que acolhia meninas de doze a dezoito anos, não infratoras, em situação de abandono e/ou necessitando ser afastadas da família como medida de proteção. Em 1996, com a criação da Fundação de Assistência Social, o abrigo passou ter uma nova denominação – Casa Abrigo Estrela Guia, que atualmente acolhe vinte crianças e adolescentes de zero a dezoito anos.

⁴⁴ Imagem extraída no site: www.recria.org.br

Imagem 4 - Sede Casa Abrigo Estrela Guia - 2012⁴⁵Imagem 5 - Sede Casa Abrigo Estrela Guia - 2013⁴⁶

As duas instituições descritas acima fazem parte da “rede própria” de Caxias do Sul, as quais são gerenciadas pela Fundação de Assistência Social e seus funcionários. São quadros de recursos humanos da administração pública da cidade, não contemplando, nestas unidades, a terceirização ou contratação. Segundo a política pública de assistência social, a modalidade de atendimento - acolhimento institucional – está estabelecida como Proteção Social Especial de Alta Complexidade, os quais “garantem a proteção integral - moradia,

⁴⁵ Imagem extraída no site: www.recria.org.br

⁴⁶ Imagem extraída no site: www.recria.org.br

alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontrem sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou comunitários”. (BRASIL, **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, Novembro de 2005, p. 38).

As outras instituições que serão descritas a seguir são, como já salientado, equipamentos da “rede conveniada”, isto é, são serviços terceirizados pela FAS para gerir os casos de acolhimento institucional. Nessas situações, a contratação dos funcionários se dá através do próprio equipamento e não há vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.

Casa Família Murialdo

Iniciou suas atividades acolhendo apenas meninos, dos sete aos doze anos de idades incompletos, sendo que, posteriormente ao ingresso, poderiam, caso não se encontrasse alternativa, permanecer até os dezoito anos. Esta instituição faz parte da Província Brasileira dos Josefinos de Murialdo e comemorou o seu centenário no ano 2000.

A partir de agosto de 2006, a Casa Família Murialdo passou a contar com a parceria da Fundação de Assistência Social, para a manutenção do programa. Inicialmente cedendo educadores e, posteriormente, repassando recursos para contratação dos mesmos. Após esta data passou a acolher doze meninos e meninas, de zero a dezoito anos.

Essa instituição é o equipamento que mais se parece com a estrutura de uma casa lar, visto o número menor de acolhidos e a presença de educadores residentes, o que contribui para o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. Todavia, a classificação não se encaixa em sua integralidade, pois a casa conta com educadores no seu quadro de funcionários.

Imagem 6 - Sede Casa Família Murialdo⁴⁷



Casa Família Caminhos da Esperança

Foi inaugurada no dia 08 de dezembro de 2008 e, na ocasião, foram transferidas vinte crianças que estavam acolhidas na Casa Abrigo Sol Nascente, visto que neste período estavam com a demanda de atendimento acima da capacidade aceitável.

A instituição é uma parceria entre a FAS e a Associação Jesus Senhor e acolhe vinte crianças/adolescentes de ambos os sexos, com idades de zero a dezoito anos. Salienta-se que essa casa foi primeira do município a ser destinada preferencialmente para acolher grupos de irmãos.

⁴⁷ Imagem extraída no site: www.recria.org.br

Imagem 7 - Sede Casa Família Caminhos da Esperança⁴⁸



Casa Abrigo Recanto Amigo

Em 1996 a estrutura do “Recanto Super Amigo”, que se localizava numa chácara pertencente ao Mocovi (cedido por meio de comodato), passou a ser mantida pelo município, através da FAS, absorvendo as demandas do Setor de Apoio, atendendo aos adolescentes do sexo masculino. Com uma estrutura de três cabanas, neste local, havia constantes evasões de adolescentes, e os critérios ainda não muito esclarecidos quanto ao acolhimento culminaram, então, na construção do Abrigo Recanto Amigo, que localizava-se no Bairro Santo Antônio e teve apoio financeiro da FAS e do Fundo Municipal da Criança e Adolescente para a sua instalação.

Assim, oriundo da extinta Comissão Municipal de Amparo à Infância de Caxias do Sul (COMAI), a Casa Abrigo Recanto Amigo é uma instituição vinculada e mantida pela Fundação de Assistência Social – FAS, e, em 12/07/2006, foi aprovado o convênio entre a FAS e a Associação Literária São Boaventura (LEFAN), com a finalidade de contemplar uma proposta mais aproximada de uma “Casa Família”. Nesta época o Abrigo foi transferido para um bairro mais centralizado, com uma estrutura física de moradia, mantendo o caráter residencial, bem como a presença de um “pai e mãe social”. No entanto, como não saiu da lógica institucional, visto que os “pais” não residiam na casa, em 01/01/2009, houve nova troca de equipe, sendo constituída, então, como um serviço de acolhimento. A Casa atualmente é constituída por funcionários contratados pela LEFAN, mantido integralmente

⁴⁸ Imagem extraída no site: www.recria.org.br

com recurso público, porém não mais integrando a equipe servidores públicos. Atualmente, esta instituição acolhe 20 crianças/adolescentes do sexo masculino.

Imagem 8 - Sede Casa Abrigo Recanto Amigo⁴⁹



Casa de Passagem Novos Horizontes I e II

Em 1997, houve uma intensa discussão e mobilização em prol de melhorias, com os parâmetros previstos na Proteção Integral. Assim, através de captação de recursos do orçamento do município este foi privilegiado com a construção de uma nova infraestrutura da Casa de Triagem, visto que o local encontrava-se sem condições habitacionais mínimas. Destaca-se que logo após desocupação, esta infraestrutura desabou. Em seguida, em 2002 houve a construção da Casa de Passagem, mediante recursos do BNDES e de recurso municipal.

Então, a Casa de Passagem Novos Horizontes I, foi inaugurada em 18 de abril de 2002, com o objetivo de abrigar provisoriamente crianças e adolescentes de nove a dezoito anos incompletos. A instituição está sendo gerida através do convênio entre o Município de Caxias do Sul, via Fundação de Assistência Social e ENCA.

A casa possui capacidade para atender vinte crianças e ou adolescentes, sendo dez de cada sexo, e o tempo de permanência é de, no máximo, três meses.

A Casa de Passagem II até o ano de 2012 atendeu adolescentes do sexo masculino, dependentes de drogas lícitas e ilícitas. Sua capacidade era de oito adolescentes, entre nove e

⁴⁹ Imagem extraída no site: www.recria.org.br

dezoito anos incompletos, sendo que o tempo de permanência variava para cada situação. Atualmente, a casa segue os princípios dos serviços de acolhimento institucional e acolhe crianças/adolescentes encaminhados pelos órgãos de proteção, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Imagem 9 - Sede Casa de Passagem Novos Horizontes⁵⁰



Desafio Jovem Unidos na Fé

Através da análise dos Procedimentos administrativos do Ministério Público do Rio Grande do Sul, encontrou-se mais uma instituição que funcionava com o propósito de acolher crianças e adolescentes, que teve seu registro cancelado junto ao COMDICA que, conforme determinação da 4ª Promotoria de Justiça Especializada que redirecionou as crianças/adolescentes, transferindo-as para outros abrigos, em detrimento de diversos riscos, em relação à segurança e higiene, que os acolhidos vivenciavam no local.

No relatório Técnico de verificação datado em 02/09/2004, salientou-se que as crianças/adolescentes acolhidos na instituição Desafio Jovem, estavam em risco pessoal visto “os diversos programas que a entidade desenvolve no local (Abrigo para crianças e adolescentes, comunidade terapêutica para dependentes químicos, comunidade terapêutica para adultos, albergue para adultos e abrigo para portadores de deficiência). O Conselho considerou como inconcebível “à luz da Doutrina da Proteção Integral” tal associação de atendimentos. Nesta visita técnica, foram constatadas irregularidades, principalmente no que

⁵⁰ Imagem extraída no site: www.recria.org.br

dispõe o ECA em seus Art. 92 e 94. Somado a esse fato, verificou-se que a entidade não possuía profissionais capacitados, visto que os educadores tinham apenas “formação técnica para a vida”. Frente aos fatos, este relatório concluiu que o Conselho não aprovava o local e as metodologias utilizadas pela entidade, o que deliberou no cancelamento do registro de todos os programas que eram efetivados nesta instituição.

Na data de 24 de novembro de 2004, a coordenação da instituição tentou novamente cadastrar-se, formalizando que a modalidade de atendimento seria de casa lar, visto que um casal atenderia os sete meninos acolhidos, e afirmou estarem preparados para atuarem na referida função. Para a sede da instituição, havia sido alugada uma casa na Rua Luís Gaviraghi, n^o 1478, Bairro Rio Branco.

Essa instituição, até hoje, não mantém o serviço de acolhimento de crianças e adolescentes em medida protetiva, visto o histórico de violência institucional vivenciada pelos que lá eram acolhidos.

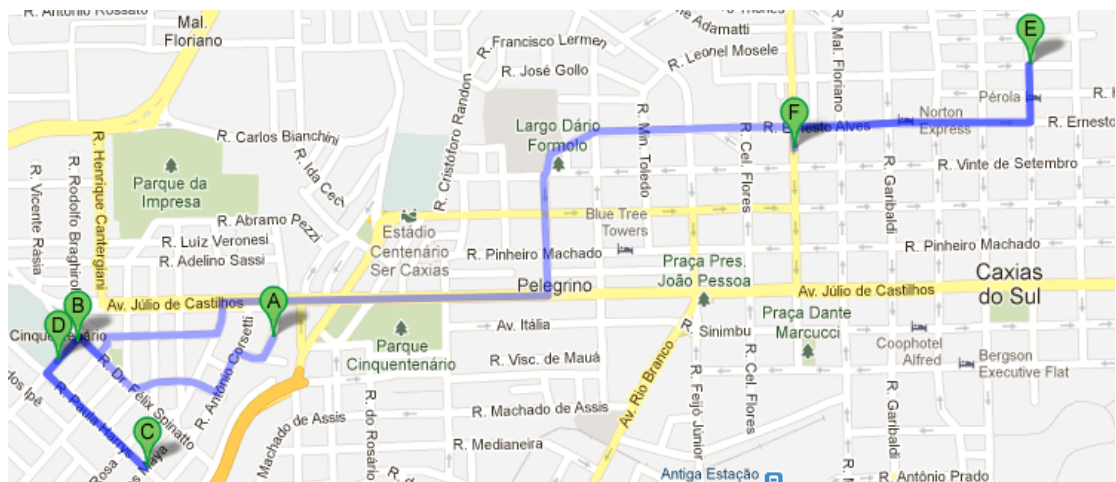
Aspectos físicos e localização geográfica

Atualmente o município conta com aproximadamente 112 crianças/adolescentes em situação de acolhimento institucional, sendo que esses serviços de acolhimento localizam-se em bairros residenciais. Contudo, ainda não estão situados em regiões distantes do ponto de vista geográfico e sócioeconômico (da realidade de origem da criança e adolescente acolhido), conforme orienta o manual dos serviços de acolhimentos. Todavia, a reorganização das casas já está em processo, exemplo evidenciado pela sede do abrigo Estrela Guia, que mudou de endereço no ano de 2012, possibilitando, dessa forma, uma maior distribuição geográfica da cidade.

Os mapas a seguir denotam as distâncias entre as instituições, sendo que a imagem 10 apresenta a distribuição geográfica das instituições até o ano de 2011, e a imagem 11 apresenta o distanciamento entre os serviços, proposto pelo guia de acolhimento, quando salienta o reordenamento dos serviços.

Dessa forma, conclui-se que o município de Caxias do Sul, ainda está em processo de reordenamento, visto que ainda conta com casas que somente acolhem meninos, e outras, que ainda estão localizadas no mesmo bairro da cidade – Cinquentenário. Portanto, entende-se que, assim como as leis são reformuladas, as cidades também entram nesse processo, visto que modificam os atendimentos a cada época e a cada demanda.

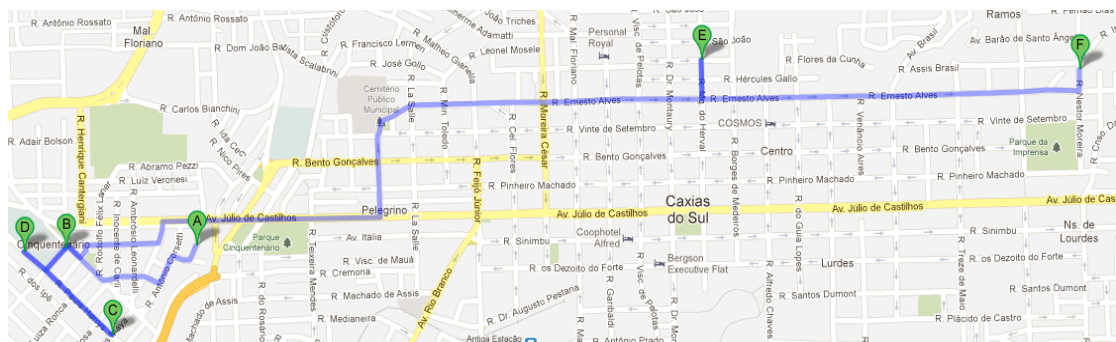
Imagem 10. Localização das Instituições de Acolhimento - 2011 – Caxias do Sul



Legenda:

- A – Casa Família Caminhos da Esperança
- B – Casa Abrigo Sol Nascente
- C – Casa Abrigo Recanto Amigo
- D – Casa de Passagem Novos Horizontes I e II
- E – Casa Família Murialdo
- F – Casa Abrigo Estrela Guia

Imagem 11. Localização das Instituições de Acolhimento - 2012 – Caxias do Sul



Legenda:

- A – Casa Família Caminhos da Esperança
- B – Casa Abrigo Sol Nascente
- C – Casa Abrigo Recanto Amigo
- D – Casa de Passagem Novos Horizontes I e II
- E – Casa Família Murialdo
- F – Casa Abrigo Estrela Guia

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Se quer me seguir, narro-lhe, não uma aventura, mas experiência, a que me induziram, alternadamente, raciocínio e intuições. (ROSA, 988, p. 65)

Este capítulo destina-se a apresentar os percursos metodológicos percorridos na construção, desenvolvimento e sistematização da pesquisa. Descreve o caminho que se traçou e a relação com o campo de investigação; situa a maneira como se acessou aos Procedimentos Administrativos do Ministério Público, bem como o encontro com os jovens egressos; detalha o processo e os procedimentos utilizados para a construção, organização e tratamento dos dados.

Quando considerei a palavra “ressignificação”, na última versão do projeto que foi qualificado em setembro de 2011, não imaginava a mudança que estava ocorrendo na rota dessa pesquisa. A primeira proposta do estudo foi analisar os processos judiciais pertencentes à Vara da Infância e Juventude do Município de Caxias do Sul, porém, com a negativa do acesso a tais processos, mudei a direção e, novamente, recorri ao Ministério Público – 4ª Promotoria de Justiça Especializada – a qual sempre me acolheu desde o período da graduação, onde fui estagiária de Psicologia Jurídica. Neste órgão, tive acesso aos Procedimentos Administrativos que fazem parte desta pesquisa, os quais geraram muito material para análise. Tal fato modificou minha perspectiva inicial segundo a qual acreditava que só poderia encontrar os motivos da institucionalização e os demais dados para a pesquisa nos Processos Judiciais.

Essa experiência me fez contrapor alguns autores que escrevem sobre análise de documentos, pois me deparei com material sistematizado em ordem cronológica, separado em caixas e arquivos bem organizados. Foi-me oferecido uma sala e material para que eu ficasse melhor acomodada e pudesse me concentrar nos apontamentos necessários. Quanto às nomenclaturas jurídicas existentes nos procedimentos, sempre fui prontamente atendida pela promotora e seu assessor, para que pudesse realizar questionamentos solucionando dúvidas.

Após a análise dos procedimentos, que duraram aproximadamente cinco meses, a qual será melhor explicada a seguir, fui levada a procurar ainda mais material e, em função disso, recorri ao COMDICA, onde também fui prontamente recebida e atendida. Neste Conselho Municipal tive acesso a documentos de uma instituição que foi interdita e não mais atende a crianças e adolescentes.

Mesmo com todo acolhimento, o melhor da pesquisa ainda estava por vir. Quando

decidimos (eu e minha orientadora) acrescentar no estudo as vozes dos egressos de medida de proteção, não imaginava como seria. Essa experiência totalmente nova, pois até o momento nunca havia conversado com um jovem adulto sobre sua experiência de permanecer em uma instituição, mesmo trabalhando em uma casa de acolhimento, foi extremamente gratificante. Tal assertiva me fez criar, imaginar, raciocinar e também mudar algumas percepções, visto que a forma espontânea de todos ao narrarem a sua trajetória me deixou emocionada, e, como já disse, me fizeram repensar, em especial, a minha atuação profissional.

Foram quatro entrevistados, dois do sexo masculino e dois do feminino, cada um com sua história de vida (muitas vezes permeada por muito sofrimento) e com sua percepção da casa que lhe acolheu. Dessa forma a pesquisa foi tomando corpo e, a cada palavra, a cada laudo técnico e sentença jurídica, pude perceber que vidas são decididas em um tempo, no tempo do processo, e cada um pode fazer suas escolhas de modo a transformar as vivências (boas ou ruins) em aprendizado para toda a vida. Agora, sigo abordando o caminho que percorri e os aportes teóricos que foram utilizados.

3.1 A HISTÓRIA CULTURAL E SEUS ATRIBUTOS: AS NARRATIVAS DE UMA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A história cultural⁵¹ entra em cena, em função de seus “atributos de registrar o passado e deter a autoridade da fala sobre os fatos, homens e datas de um tempo, assinalando o que deve ser lembrado e celebrado” (PESAVENTO⁵², 2008, p. 7). A História Cultural é chamada de Nova História Cultural (PESAVENTO, 2008, p.14), porque está evidenciando uma nova forma de esta trabalhar a cultura, trazendo uma era de dúvidas e talvez, de suspeitas que, provavelmente, ponham tudo em interrogação. Estas incertezas evidenciam as dissonâncias da modernidade cultural discutida. Burke (1992, p.11) enfatiza que a “base filosófica da nova história é a ideia de realidade social ou culturalmente construída”, possibilitando que tudo o que foi um dia contado de uma forma, possa vir a ser contado de outra. Tudo o que acontece terá, no futuro, várias versões narrativas (PESAVENTO, 2008, p.15). A história cultural se reescreve na forma de interpretações e incertezas discutidas continuamente.

Este texto se propôs a seguir a história de indivíduos que passaram por situação de acolhimento institucional e que por muito tempo foram considerados excluídos e desvalidos

⁵¹ A história cultural veio com o impulso de renovação da vertente neomarxista inglesa e da história francesa dos Anales, sendo um desdobramento da nova história. (PESAVENTO, 2008).

⁵² Sandra Jatahy Pesavento foi uma professora, historiadora, escritora e poeta brasileira. Professora da UFRGS destacou-se como importante pesquisadora da História cultural. Faleceu em 2009, em função de uma parada cardíaca no Hospital Mãe de Deus em Porto Alegre.

Nesse sentido, procurou-se trazer à tona, através das histórias de vida, os sentimentos, as sensações, as emoções, os valores desses jovens que, embora possuam pouca idade, já trazem em sua trajetória grandes violações e rompimentos.

As narrativas desse texto traduziram os sentimentos dos jovens que passaram por medida de proteção, permitindo o resgate de como a “diferença é percebida e representada” (PESAVENTO, 2008, p.60). Ainda assim, abrigam-se em seu seio de um olhar diferente sobre o mundo, apropriando-se da História Cultural e contemplando mais um questionamento. Esta análise se juntaria à descrição factual e registrará a descoberta de novas fontes e novos temas a serem debatidos. Assim, pode-se entender que o tempo histórico é uma invenção/ficção do historiador, que, por meio de uma intriga, refigura imaginariamente o passado, “mas a narrativa histórica, tem como meta chegar, o mais próximo possível, da verdade do acontecido” (PESAVENTO, 2008, p.51). Para a construção dessas narrativas, há, conforme Burke (1992, p.25), uma diversidade de fontes a ser explorada pela história cultural, visto que alguns autores se voltaram para a história oral; outros às evidências das imagens; outros à estatística e, também provou-se possível o uso dos registros judiciais.

3.2 O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO CENÁRIO DA PESQUISA: A ANÁLISE DOCUMENTAL NO CONTEXTO JURÍDICO

Como salientado, o Ministério Público do Rio Grande do Sul é uma instituição que me acolhe desde os tempos da minha graduação em psicologia, onde então realizei estágio por três anos. Frente a tal experiência profissional e, antes mesmo de ter consciente a utilização dos Procedimentos Administrativos nesta dissertação, já tinha certa apropriação dos termos jurídicos, bem como sua organização e função. Assim, o campo foi escolhido já com certo conhecimento do que estava por vir, corroborando, dessa forma, com o alerta de Bacelar (2005, p. 63) “ao iniciar uma pesquisa documental é preciso conhecer a fundo, ou pelo menos da melhor maneira possível, a história daquela peça documental que se tem em mãos”. Além disso, o mesmo autor afirma que “acima de tudo, o historiador precisa entender as fontes em seus contextos, perceber que algumas imprecisões demonstram os interesses de quem escreveu” (p. 64) e também deve ter claro que deverá se “moldar a uma ortografia e uma gramática diferenciada” (p. 55).

Com o objetivo de situar a função desse órgão de proteção na trajetória de crianças e adolescentes institucionalizados, salienta-se o provimento 12/2000⁵³, no qual estabelece que o Promotor de Justiça possui algumas atribuições na matéria criança/adolescente, uma vez que poderá requisitar inquérito policial, requerer diligências, promover o arquivamento, oferecer denúncia nos casos em que crianças e adolescentes forem vítimas de crimes definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, cabe como função do Promotor de Justiça a fiscalização das entidades de atendimento governamentais ou não-governamentais. Na cidade de Caxias do Sul, a 4ª Promotoria de Justiça Especializada, que cuida especificamente dos direitos da criança e do adolescente foi criada no ano de 2002, conforme Lei 11.796, de 23 de maio de 2002⁵⁴ criando cargos no quadro do Ministério Público e dando outras providências. Até o período previamente citado, os procedimentos referentes à infância e juventude eram analisados por outra promotoria, não específica para esta matéria tão importante.

Os Procedimentos Administrativos entraram no contexto da pesquisa, pois entende-se que tais documentos são fontes que possibilitam atentar a todos os segmentos sociais. Estes se relacionam aos acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes, bem como aos motivos que levaram estes sujeitos a serem afastados de suas famílias. Dessa forma, considera-se que, com a análise dos documentos, pode-se narrar as histórias de famílias que tiveram seus filhos acolhidos em instituições da cidade de Caxias do Sul, bem como a trajetória do ECA nas situações que envolvem a institucionalização. Então, para a operacionalização desta pesquisa, em primeiro momento, encaminhou-se o termo de consentimento (Anexo1) e ofício (Anexo 2) explicando os objetivos da pesquisa para a Promotora de Justiça da 4ª Promotoria de Justiça Especializada da cidade, e comprometeu-se, conforme as sugestões propostas por Bacelar a

manter os documentos guardados na ordem encontrada; aprender e aprimorar-se em técnicas de levantamento, seleção e anotação do que é interessante e de registro das referências das fontes para futura citação; contextualizar o documento que se coleta (entender o texto no contexto de sua época, inclusive o significado das palavras e das expressões empregadas) e finalmente cruzar fontes, cotejar informações, justapor documentos, relacionar textos e contextos, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências. (BACELAR, 2005, p. 72).

⁵³ Provimento 12/2000. Dispõe sobre as Promotorias de Justiça e as atribuições dos cargos de Promotores de Justiça, de Entrância inicial, intermediária e final, e dá outras providências. (Acesso em: www.mp.rs.gov.br/legislacao, em 27/06/2012)

⁵⁴ Lei nº 11.796, de 23 de maio de 2002. Publicada no DOE nº 098, de 24 de maio de 2002. (Acesso em: www.al.rs.gov.br/legis, em 27/06/2012)

Entretanto, apesar das questões operacionais propostas, é fato que não foi possível a análise de todos os procedimentos administrativos. Neste sentido, então se propôs, após autorização, a realizar um primeiro rastreamento para definir o número de documentos que fariam parte do estudo. Nesta fase do levantamento, tive conhecimento da tabela de temporalidade de documentos, visto que alguns procedimentos, após o ano de 2004, não foram analisados nesta pesquisa devido ao seu arquivamento não se efetivar na cidade⁵⁵ de origem dos procedimentos, impossibilitando o acesso aos mesmos. Ainda assim, foram analisados 1024 procedimentos administrativos datados entre o ano de 2011 a 2004, sendo destes, 107 que se configuravam como acolhimentos institucionais, nos quais as crianças/adolescentes foram retirados de seus núcleos familiares, por situação de medida protetiva, e acolhidos em serviço de acolhimento. Salienta-se que nos anos 2009, 2010 e 2011 foram verificadas todas as caixas (100%) pertencentes à 4ª Promotoria de Justiça Especializada. A partir do ano de 2008, iniciou-se a análise de somente (10%) das caixas, pois a amostra já se mostrava saturada⁵⁶.

Para a análise dos procedimentos, foram elaboradas algumas perguntas centrais que filtraram e guiaram a questão deste estudo, conforme contribuem Karnal e Tatsch (2009, p.12) “se não bastasse as especificidades do valor oscilante de um texto, variam também os agentes que o leem, pois mesmo que várias pessoas reconheçam o documento como importante, ele pode gerar leituras opostas, pois, além de agentes distintos gerando leituras distintas, o foco do documento pode variar em função do recorte feito”.

Os procedimentos analisados apresentaram grande variedade de informações, visto que, para organização dos dados, foi criado um código de identificação, sendo letra a C para identificar os procedimentos que se referiam às crianças, e a letra A para adolescentes. Além disso, anotou-se também o ano em que o procedimento administrativo foi aberto e o número da caixa arquivo⁵⁷. A partir da organização das fontes, as mesmas foram analisadas para posteriormente compor uma polifonia de narrativas⁵⁸, uma vez que existem muitos atores (promotores, familiares, crianças e adolescentes e técnicos) em um procedimento administrativo que envolve crianças e adolescentes que passaram por situação de acolhimento institucional e/ou familiar.

⁵⁵ Conforme ordem de serviço 01/2008 (<http://www.mp.rs.gov.br/legislacao/id3775.htm>)

⁵⁶ Entende-se que a saturação é atingida quando a introdução de novas informações nos produtos da análise já não produz modificações nos resultados anteriormente atingidos.

⁵⁷ A exemplo da classificação dos procedimentos do Ministério Público - (C7)2011(18)- (A20)2008(4).

⁵⁸ Creswell (2007, p.32) “a pesquisa narrativa é uma forma de investigação na qual o autor estuda a vida das pessoas e essas informações são recontadas e recriadas pelo pesquisador em uma cronologia narrativa”.

Na composição do texto, a análise documental surgiu como uma forma de complementar metodologia do estudo, tornando a pesquisa também focada quantitativamente, uma vez que, com a construção/composição das fontes, geraram-se dados estatísticos (CRESWELL, 2007) que possibilitaram a sua interpretação. Nesse sentido, Cambi (1999, p. 28) destaca que “foi muito recentemente que a noção de documento sofreu uma renovação radical, ampliando-se para classes inéditas e pondo o documento não mais como monumento, mas como efeito de interpretação”. Le Goff (1994, p. 542) ainda menciona que “a revolução documental tende também a promover uma nova unidade de informação: em lugar de fato que conduz ao acontecimento e a uma história linear, a uma memória progressiva, ela privilegia o dado, que leva à série e a uma história descontínua”.

3.3 – TRAJETÓRIAS DE VIDA: NARRATIVAS DOS EGRESSOS DE MEDIDA PROTETIVA E A UTILIZAÇÃO DA HISTÓRIA ORAL

Na construção da pesquisa também se fez uso das entrevistas com egressos oriundos das medidas protetivas de acolhimento institucional, enfatizando que “ao acrescentar as fontes orais neste processo, como metodologia qualitativa, prioriza-se dar voz aos excluídos, aos vencidos, às minorias, enfim àqueles que não entraram para a história oficial” (FERREIRA 1994). Por muito tempo, as crianças/adolescentes que passavam por situação de acolhimento não eram vistos como sujeitos de direitos, sendo que seus desejos, vontades e expectativas não eram reconhecidos e tampouco respeitados.

As quatro pessoas que foram entrevistadas são jovens, com idade média entre 17 aos 20 anos. Todos passaram por situação de acolhimento institucional na cidade de Caxias do Sul, onde permaneceram acolhidos por um período aproximado de dez anos.

Para ter acesso aos sujeitos da pesquisa, foi necessário um contato prévio com as coordenações das instituições de acolhimento às quais os indivíduos pertenciam, determinando localizar os jovens egressos. Para o fornecimento do telefone e endereço, os dois coordenadores que auxiliaram na procura dos egressos realizaram um primeiro contato a fim de averiguar autorização para o fornecimento dos dados.

Há de se salientar que encontrar esses sujeitos não foi uma tarefa fácil, visto que muitas tentativas de contato foram infrutíferas, relacionadas diretamente à mudança do número de telefone e endereço. Após a autorização, contataram-se os entrevistados, os quais sugeriam o local e a hora para a entrevista. Em um dos casos, o jovem solicitou que a entrevista fosse realizada na própria instituição de acolhimento, onde residiu por dez anos;

outro solicitou que eu o encontrasse em sua residência, na qual enfatizou a sua satisfação em estar construindo a sua vida, expressada de forma concreta na apresentação de seu domicílio, discriminando os cômodos da casa, assim como os eletrodomésticos que havia comprado com o dinheiro de seu trabalho; uma das jovens, a qual encontrei por indicação da assistente social das medidas socioeducativas desta cidade, foi muito tranquila para a entrevista, contudo, salientou antes que ligasse o gravador: “*ok! eu vou falar sobre a minha história no abrigo, mas tu só deve estar querendo saber dos abrigos, tu não deve trabalhar em um, por que tu é muito querida*”⁵⁹. Nesse momento, conforme salienta Alberti (2005, p.155), experimentei as potências da história oral, a qual “permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”. A autora também expressa que “uma das principais riquezas da história oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências” (ALBERTI, 2005, p. 65) e, frente a isso, deparei-me com o desafio de trabalhar com as histórias de vida desses jovens, desafiando-os a evocar memórias (entendidas como lembrança e esquecimento)⁶⁰ boas e ruins.

Conforme Martins Filho (2006, p. 98) “as fontes orais são os depoimentos de atores que participaram pessoalmente ou foram contemporâneos aos acontecimentos estudados”, ainda assim, é válido destacar que as entrevistas orais trazem *per se* lembranças pessoais de cada sujeito. Dessa forma, Cassab e Ruschinsky (2004) registram que a história oral, como metodologia, preocupa-se em conhecer, pesquisar e aprofundar questões sobre uma determinada realidade, no que diz respeito aos padrões culturais, sociais, análises voltadas para o cotidiano e aos processos históricos. Com isso, dados diversos passam a compor os arquivos do pesquisador (entrevistas, relatos orais, observações) com relatos de pessoas que, ao tomar por foco algumas de suas lembranças pessoais, constroem, de certa maneira, uma visão mais dinâmica de funcionamento e dos vários processos sociais dos quais fazem parte.

A última entrevista foi realizada no local de trabalho da entrevistada e foi acompanhada pela mãe adotiva da jovem, uma vez que a própria solicitou a presença da mãe durante o seu depoimento, de forma a confirmar sua história.

⁵⁹ Narrativa oral de Olívia, 17 anos, abril de 2012.

⁶⁰ A criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha sua raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tornaram parte na sua socialização. Sem estas haveria apenas uma competência abstrata para lidar com os dados do passado, mas não a memória. (BOSI, 1994, p. 73).

Para compor as narrativas, foram realizadas entrevistas semidirigidas⁶¹, visto que foram contempladas algumas perguntas norteadoras (Anexo 3). Além disso, os sujeitos tiveram total liberdade em participar ou não da pesquisa, conforme explica o termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo 4).

Após, as entrevistas, que duraram aproximadamente trinta minutos e computaram, em média, seis páginas tamanho A4 transcritas, os dados sublinharam e ampliaram os indícios encontrados nos procedimentos administrativos do Ministério Público. Como disserta Verena Alberti (2005) em um de seus textos sobre fontes orais: “[...] o depoimento coletado deve ser entendido como fonte e não como a própria história, devendo receber o tratamento dispensado a todas as fontes, de interpretação e análise” (ALBERTI, 2005, p.180).

Para o tratamento dos dados, tanto orais, quanto documentais, utilizou-se dos aportes teóricos de Roque Moraes, transitando pelo entendimento da análise textual discursiva. Somando-se embasamento teórico para análise e interpretação, apropriei-me do entendimento de Stecanela (2010, p.161), realizando um diálogo em três dimensões que me possibilitou a interlocução entre a teoria, a empiria e os meus conhecimentos tácitos. Nesse, sentido, também tem-se claro que estar debruçada nestas histórias de vida me deixou extremamente angustiada em algumas situações, em virtude de que, enquanto pesquisadora, tive hipóteses desconstruídas e certezas que não eram tão certas. Em contrapartida, fizeram questionar a minha atuação profissional, possibilitando uma espécie de autoanálise que me permitiu uma explosão de ideias.

Ao adentrar em algo que não se conhece, o autor é acometido por sentimentos de medo, dúvidas e incertezas, que permeiam todo o seu trabalho de investigação e escrita do texto. Talvez esse seja o sabor da aventura da pesquisa, no caminhar rumo ao desconhecido que, ao mesmo tempo que assusta, provoca descargas de adrenalina viciantes. (STECANELA, 2010, p.162).

Dessa forma, ao se justaporem as fontes documentais e orais com o objetivo de construir uma metanarrativa e interpretar os acontecimentos, provocou-se um “[...] processo de construção de uma história coerente de eventos do passado, ocorrendo um permanente diálogo entre o historiador e suas fontes, que produz uma seleção acurada dos fatos que têm significação e relação com os outros fatos, realimentando os “feedbacks que formulam novas questões às fontes”. (MARTINS FILHO, 2006, p.50)

⁶¹ Chantal Tourtiel-Bonazzi (2005, p. 237) menciona que a entrevista semidirigida é com frequência um meio termo entre um monólogo de uma testemunha e um interrogatório direto.

3.4 ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA: A COMPLEMENTAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

“A análise textual discursiva integra o comunicar com o aprender e o transformar”. (MORAIS e GALIAZZI, 2011, p.135).

As quatro narrativas verbais dos egressos de medida protetiva de acolhimento institucional e os procedimentos administrativos pertencentes ao Ministério Público do Rio Grande do Sul constituem o material empírico deste texto. Dessa forma, o *corpus*⁶² da pesquisa foi tratado através de um método qualitativo na perspectiva da *Análise Textual Discursiva*, proposta cunhada por Roque Moraes (2011), que pretende em sua essência “não testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão, reconstruir conhecimentos existentes sobre os temas investigados”. (MORAES e GALIAZZI, 2011, p.11).

As pesquisas qualitativas têm cada vez mais se utilizado de análises textuais. Seja partindo de textos já existentes, seja produzindo o material de análise a partir de entrevistas e observações, a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação. (MORAES e GALIAZZI, 2011, p.11).

Assim, entende-se que a compreensão do material construído na entrevista é de fundamental importância para a significação das palavras e das narrativas de nossos interlocutores empíricos. É necessário atribuir um significado à voz de nossos entrevistados. Então, não basta construir as fontes de uma pesquisa mas, também, organizá-la e encontrar ferramentas para o seu tratamento de modo a fazer emergir dos contextos de vida as trajetórias e os significados que se procura. Com fontes bem organizadas, o pesquisador tem a possibilidade de entender o processo de categorização e construir um texto que explora os entremeios do material empírico.

Segundo Moraes e Galiazzi (2011) a análise textual discursiva constitui três elementos que compõem um ciclo de “trabalho”, os quais são: A) desmontagem dos textos - *unitarização*⁶³, a qual implica examinar os materiais em seus detalhes; o estabelecimento de

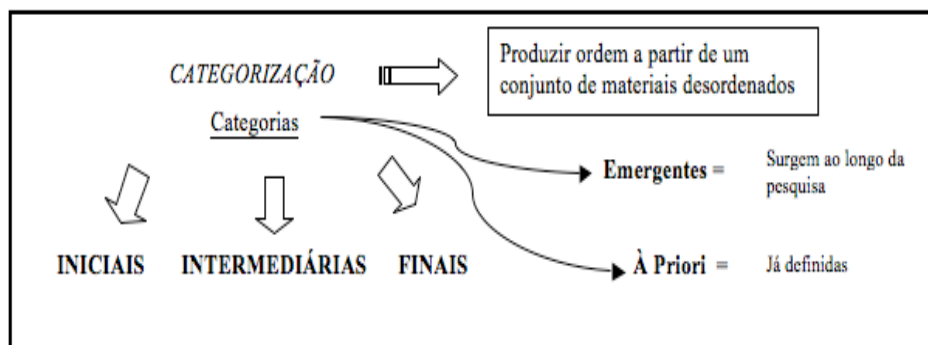
⁶² Os textos que compõem o “corpus” da análise podem tanto ser produzidos especialmente para a pesquisa, como podem ser documentos já existentes previamente. No primeiro grupo integram-se transcrições de entrevistas, registros de observação, depoimentos produzidos por escrito, assim como anotações e diários diversos. O segundo grupo pode ser constituído de relatórios diversos, publicações de variada natureza, tais como editoriais de jornais e revistas, resultados de avaliações, atas de diversos tipos, além de muitos outros.

⁶³ A prática de *unitarização* tem demonstrado que esta pode ser concretizada em três momentos distintos (Moraes, 1999): 1-fragmentação dos textos e codificação de cada unidade; 2-reescrita de cada unidade de modo

relações; B) *categorização*, que envolve a construção das relações entre as unidades de base, combinando-as e classificando-as no sentido de compreender como esses elementos unitários podem ser reunidos na formação de conjuntos mais complexos, as categorias; e captando o novo emergente; C) a *impregnação* dos materiais da análise, que é desencadeada pelos dois estágios anteriores e possibilita a emergência de uma compreensão renovada do todo.

O processo analítico consiste, segundo Moraes e Galiazzi (2007), “em criar as condições de formação dessa tempestade em que, emergindo do meio caótico e desordenado, formam-se "flashes" fugazes de raios de luz iluminando os fenômenos investigados, que possibilitam, por meio de um esforço de comunicação intenso, expressar novas compreensões atingidas ao longo da análise”. Nessa pesquisa, o processo foi acontecendo ao longo do tempo e, como não tinha categorias de observação *a priori*, os sentidos de texto foram me levando à composição das categorias *emergentes*⁶⁴.

Quadro Síntese 2 – Categorização Análise Textual Discursiva⁶⁵.



Então, as categorias a que foi possível chegar neste texto surgiram por meio da impregnação⁶⁶ das fontes, visto que ao longo dos relatos fui observando o que cada sujeito da pesquisa entendeu e percebeu da institucionalização e da instituição em que foi acolhido. Isso possibilitou a produção de categorias mais amplas para categorias mais restritas, denominadas como subcategorias.

que assuma um significado o mais completo possível em si mesma; 3-atribuição de um nome ou título para cada unidade assim produzida. Finalmente, para facilitar o passo seguinte da análise, a categorização, é interessante atribuir a cada unidade de análise, assim construída, um título.

⁶⁴ Nesse processo o pesquisador, numa seqüência organizada de passos, vai construindo e reconstruindo um sistema de categorias a partir das idéias de seu caldeirão. Num exercício de comparação constante entre os itens ou idéias anteriormente produzidos, vai constituindo diferentes níveis de categorias gradativamente mais amplos. O texto final é produzido a partir desse sistema de categorias. (MORAES E GALAZZI, 2011, p.204).

⁶⁵ Síntese elaborada por meio dos conceitos de Roque Morais e Maria do Carmo Galiazzi.

⁶⁶ A impregnação nos dados possibilita “insights” criativos que, uma vez explicitados com clareza, constituem novas teorias sobre os fenômenos investigados.

Dessa forma, partindo das orientações da análise textual discursiva, em um primeiro momento, analisei as quatro narrativas dos jovens e criei pastas individuais para cada sujeito. Realizei anotações das partes que mais me chamavam atenção e contrapus com as minhas anotações pessoais, que foram efetivadas após as entrevistas. Para as transcrições das entrevistas, utilizei os recursos do Word para dividir as partes dos textos, separando os fragmentos de texto e selecionando-os com cores diferentes. Em seguida, dividi as partes dos textos que guiavam para questões mais horizontais⁶⁷ e que referenciavam as “histórias de vida”. A partir dos fragmentos do texto destacados, fui construindo o metatexto, que após várias leituras foram reagrupados, imprimindo as categorias iniciais que emergiram do material empírico.

Segundo Moraes e Galiazzi, (op. cit.)

as categorias estão definidas e expressas descritivamente a partir dos elementos que as constituem, inicia-se um processo de explicitação de relações entre elas no sentido da construção da estrutura de um metatexto. Quando se fala em metatexto, se destaca a elaboração, o entendimento pessoal do pesquisador de seu material empírico com o auxílio de outros textos e autores.

A análise textual discursiva visa a construção de metatextos analíticos que expressem os sentidos lidos num conjunto de textos. A estrutura textual é construída por meio das categorias e subcategorias resultantes da análise. Os metatextos são constituídos de descrição e interpretação, representando o conjunto um modo de teorização sobre os fenômenos investigados. A qualidade dos textos resultantes das análises não depende apenas de sua validade e confiabilidade, mas é, também, consequência do fato de o pesquisador assumir-se autor de seus argumentos. (MORAES e GALIAZZI, 2011, p. 32.).

Os autores ainda salientam em seu estudo que a categorização como um processo pode ser entendida se localizada em um espaço entre a construção e a descrição, onde, dependendo dos pressupostos assumidos, o pesquisador inclui-se na atividade construtiva criando as categorias e não apenas descrevendo algo já inteiramente constituído. Nisso o pesquisador ao mesmo tempo em que aprende, dialoga sobre os fenômenos investigados.

Sendo assim, corroborando com os ensinamentos de Stecanela⁶⁸ (2010, p.152), em um primeiro momento a “análise textual discursiva” pode assustar o pesquisador diante da

⁶⁷ Procedimento utilizado por Nilda Stecanela em seu livro: STECANELA, Nilda. **Jovens e Cotidiano: Trânsitos pelas culturas juvenis e pela história da vida**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010, p.150.

⁶⁸ Nilda Stecanela é doutora em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolveu a pesquisa de tese: "Jovens e cotidiano: trânsitos pelas culturas juvenis e pela escola da vida", tomando como objeto de análise a dimensão não-escolar da educação, num diálogo entre a sociologia da educação e da juventude. Fez estágio de doutorado no exterior, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sob a orientação de José Machado Pais, para fins de aprofundamento de estudos sobre a sociologia da vida cotidiana como perspectiva metodológica. Tem sua trajetória profissional marcada pela atuação em escolas públicas da periferia urbana de Caxias do Sul, como professora municipal. É docente do Centro de Filosofia e Educação e do corpo permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Caxias do sul. Coordena o projeto Nossa escola Pesquisa sua Opinião, no Pólo RS, em parceria com a Ação Educativa e Instituto Paulo

extensão do material e de seu *corpus* de análise, pois gera o aprendizado de fazer escolhas, sendo necessário descartar e desprender-se de muitas partes do material construído durante as entrevistas. Além disso, a insegurança de não conseguir dar conta da impregnação e da interpretação em consonância com outros autores é desafiadora, mas, ao pinçar fragmentos de textos e associar a outros já selecionados, o produto final vai tomando forma, o que ameniza a ansiedade inicial.

Assim, a escrita final deste texto tomou forma após a interlocução entre as fontes originadas das entrevistas, a observação dos procedimentos judiciais e os autores que sustentaram a fase inicial da pesquisa e a análise e interpretação dos seus dados, sustentando um “entrelaçamento contínuo entre teoria, empiria e autoria” (STECANELA, 2010, p. 161). Esses elementos estão apresentados no capítulo 4, -subdividido em três itens: o primeiro que contempla a história de vida dos entrevistados; o segundo que absorve os entendimentos que tiveram na vivência do acolhimento institucional, assim como os sentimentos que emergiram com a aplicação da medida de proteção e o afastamento da família; e, por fim, os dados construídos nos procedimentos administrativos do Ministério Público do Rio Grande do Sul, onde verificaram-se os motivos expressos nos documentos, além do número de acolhimento e as instituições da cidade de Caxias do Sul.

Montenegro. Desenvolve projetos de pesquisa, também na área de formação de professores, tendo como foco a transposição didática e o uso pedagógico da pesquisa na sala de aula. Atualmente vem transitando pelas investigações que tematizam as aprendizagens culturais de gênero e pela Educação de jovens e adultos. É coordenadora do Observatório de Educação da Universidade de Caxias do Sul. Em seu currículo Lattes, os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: juventude, educação e cultura, pesquisa em sala de aula, classes populares, pedagogias urbanas, dimensão histórico-cultural das políticas públicas, questões de gênero e educação de jovens e adultos.

4 SUJEITOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO: NARRATIVAS, SIGNIFICADOS E CONSIDERAÇÕES

MEU SONHO É ESSE⁶⁹

O meu sonho é bem maior
Quero que minha dinda me adote
Pra eu ter uma vida melhor
E ser um menino de sorte
Com minha dinda sou feliz
Porque ela me dá amor e carinho
Na casa dela tem de tudo
Inclusive um colinho
Não quero pedir mais nada
Porque Deus é bem maior
É ele que sabe se eu preciso
De uma casinha melhor.

Neste capítulo, serão apresentados os dados do Ministério Público, de forma que se objetiva a percorrer o curso desta história que comporá os acolhimentos institucionais, a infância e a juventude do município. Também, como parte deste texto, serão apresentados os percursos vivenciados através da trajetória de quatro jovens que passaram por situação de acolhimento institucional na cidade de Caxias do Sul – RS – os quais serão identificados por nomes fictícios - Vicente, Frederico, Olívia e Cecília.

Diferentemente dos outros capítulos, nesta parte do texto quantifiquei os números do Ministério Público de forma que se corroboraram dados, além de demarcar os motivos da institucionalização e as instituições que mais acolheram crianças e adolescentes na cidade de Caxias do Sul. Aqui, também, trago a voz dos egressos de medida de proteção, nas quais estive equiparada, como salienta Pesavento (2008), a um detetive, pois me senti responsável pela “decifração de um enigma, pela elucidação de um enredo e pela revelação de um segredo” (PESAVENTO, 2008, p. 63), visto que as narrativas apresentadas adentraram nos territórios íntimos desses sujeitos, permitindo que se realizasse, num primeiro momento, descrições de caráter vertical, com observações das histórias de vida dos participantes e, após, analisei o que emergiu do conjunto das trajetórias, atingindo, dessa forma, a concepção e os entendimentos que cada jovem atribuiu à institucionalização.

⁶⁹ Poesia de M.K.S., criança que permaneceu acolhida em uma instituição de Caxias do Sul por oito anos e foi adotada no ano de 2011. (REcriar textos. **Textos de crianças e adolescentes atendidos pela Rede Recria.** Caxias do Sul, RS: Rede Recria (2009).

4.1. OS NÚMEROS DO M.P.: AS NARRATIVAS DOCUMENTAIS DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

As narrativas do Ministério Público deram-se através da análise de 1024 procedimentos administrativos datados entre o ano de 2011 a 2004, sendo que, deste, 107 procedimentos se configuravam como acolhimentos institucionais, em que as crianças foram retiradas de seus núcleos familiares, por situação de medida protetiva, e acolhidas em serviço de acolhimento. Salienta-se que os anos 2011, 2010 e 2009 foram verificadas todas as caixas (100%) pertencentes às quatro Promotorias de Justiça Especializada, mas a partir do ano de 2008, iniciou-se a análise de somente (10%) das caixas, pois a amostra já se mostrava saturada. Ainda assim, conforme a tabela de temporalidade de documentos, alguns procedimentos, após o ano de 2004, não foram analisados devido ao arquivamento que não acontece na cidade⁷⁰ de Caxias do Sul, impossibilitando, dessa forma, o seu acesso.

A tabela 1 – Acolhimentos, demarca o número de acolhimentos acontecidos por ano, trazendo que nas datas analisadas o índice de acolhimentos de adolescentes é maior do que o de crianças. Com tal questão podemos trazer como hipótese que os pais e/ou responsáveis possuem dificuldades em manejar/educar os filhos que chegam à fase da adolescência, marcando dessa forma os conflitos de gerações, em que pais, antes orientados através da limitação extrema e agressiva, educam seus filhos “soltos” à sua própria sorte, sem orientação e sem referência de pai e mãe, necessitando da intervenção de um órgão de proteção para conseguir limitar alguns episódios de violência, uso de drogas, negligência, que acontecem dentro dos núcleos.

Tabela 2 – Acolhimentos

Ano	Criança	%	Adolescente	%
2011	8	10.95	5	5.68
2010	16	21.91	25	28.40
2009	26	35.61	24	27.27
2008	5	6.84	10	11.36
2007	1	1.36	5	5.68
2006	4	5.47	4	4.54
2005	1	1.36	6	6.81
2004	12	16.43	8	9.09
Total	73	100	88	100

⁷⁰ Conforme ordem de serviço 01/2008 (<http://www.mp.rs.gov.br/legislacao/id3775.htm>)

Outro fato relevante é evidenciado na tabela 2 – Sexo, visto que a maioria dos procedimentos foi de crianças/adolescentes do sexo masculino (55,9%), embora não possamos desconsiderar a quantidade de meninas acolhidas (44,1%). Segundo o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes (CNCA)⁷¹ acolhidos há hoje no Brasil mais de 37.240 crianças e adolescentes vivendo em instituições, sendo o Rio Grande do Sul o quarto estado que mais possui crianças/adolescentes em situação de acolhimento com um total de 3.802. A Pesquisa do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) corrobora os dados encontrados nesta pesquisa, uma vez que no Brasil a maioria das crianças e adolescentes em acolhimento é do sexo masculino, chegando a 19.641, e as mulheres somam 17.599.

Tabela 3 – Sexo

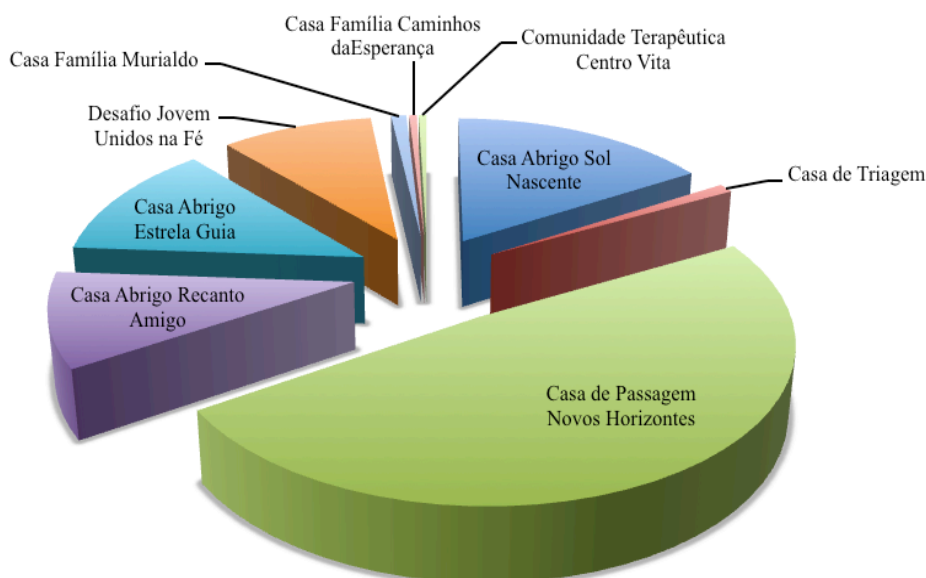
Sexo	Nº de acolhidos	%
Masculino	90	55.90
Feminino	71	44.10
Total	161	100

Frente aos dados analisados, torna-se importante considerar a questão de gênero envolvida no processo de institucionalização, não obstante, tal fator já foi salientado por Marcílio (2006, p. 235) que enfatiza em sua pesquisa que na época da Roda do Rio de Janeiro e de São Paulo, as proporções entre os sexos foram harmônicas, em contrapartida, em Porto Alegre, entre 1847 e 1856, os entrados na Roda de Misericórdia local foram de 488 de sexo masculino e de 811 do sexo feminino. Ainda assim, a autora salienta que na maioria dos estados analisados as variações não foram significativas, com exceção de Porto Alegre, demonstrando que, de acordo com os nossos costumes, não houve preferência dos pais em enjeitar os filhos de um sexo em favor de outro. Sendo assim, e considerando que a variação entre os sexos, também, nos dias de hoje, não apresenta estrondosa variação, e mantém-se o entendimento de que a violência e a aplicabilidade de medidas de proteção não é afetada pela questão do gênero. Porém, na cidade de Caxias do Sul, essa diferença entre o feminino e o masculino perdura até os dias de

⁷¹ Acesso em: (<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/18297-mais-de-37-mil-jovens-vivem-em-abrigos>)

hoje, não somente pelo número de acolhidos, mas pela instituição que está ou será institucionalizado⁷², mostrando que dessa forma nem todas as instituições da cidade foram reordenadas, conforme prevê o ECA.

Gráfico 1 - Serviços de Acolhimento



* A soma pode exceder 100%, pois em muitos casos as crianças/adolescentes são acolhidos/transferidos de instituição.

Dessa forma, analisando o gráfico 1 – Serviços de Acolhimento, considera-se que havia uma tendência nos acolhimentos para a Casa de Passagem, sendo que em 49% dos procedimentos analisados, as crianças/adolescentes foram institucionalizados nesta casa, mesmo que após um período de tempo fossem dirigidas para outras instituições. Nesse sentido, é importante ter claro qual o significado dessa casa para a cidade de Caxias do Sul, uma vez que é ela que recebe a maioria das crianças que estão afastadas de suas famílias. Segundo o Manual de Integração da Casa de Passagem Novos Horizontes, essa instituição coloca que o “tempo máximo de permanência da criança ou adolescente na casa é de noventa dias, sendo que os encaminhamentos eram realizados pelo Conselho Tutelar e/ou Juizado da Infância e Juventude até que estes definissem a sua situação jurídica (reintegração na família, abrigamento em casa, lar, abrigos, fazendas e etc⁷³)”. Todavia, esta modalidade de atendimento não foi encontrada no manual do Serviço de Acolhimento Institucional, tampouco está prevista no ECA –

⁷² A Casa Abrigo Recanto Amigo ainda hoje recebe somente crianças e adolescentes do sexo masculino.

⁷³ Redação utilizada no Manual de Integração Casa de Passagem Novos Horizontes, sem data.

Art 92 – princípio VI⁷⁴, uma vez que ambos afirmam que não é indicada a transferência de instituições, pois deve-se ter como prioridade a qualidade dos vínculos e a proteção, embora a medida seja excepcional e provisória.

Outro fato que chama atenção no gráfico acima é a situação de que alguns acolhidos são encaminhados para fazendas terapêuticas em virtude da dependência química. Contudo, antes de partirem para o tratamento, estavam acolhidos com outras crianças, que, por vezes, foram afastadas de sua família devido ao uso de drogas de seus pais e/ou responsáveis. Sendo assim, cabe a inquietação: como entendiam estas crianças/ adolescentes afastados de seus pais, ao se depararem dentro da própria instituição com a mesma problemática que viviam em suas residências? O Gráfico 2 – Motivo dos Acolhimento – apresenta que 14% das crianças/ adolescentes da amostra estavam acolhidos em instituições devido ao uso de drogas por parte de pelo menos um dos genitores. O questionamento não pretende trazer à discussão ou defender a homogeneidade dentro dos serviços de acolhimentos, porém salienta-se a eficácia protetiva frente a demandas tão extremas que exigem atenção e foco de atuação diferenciada.

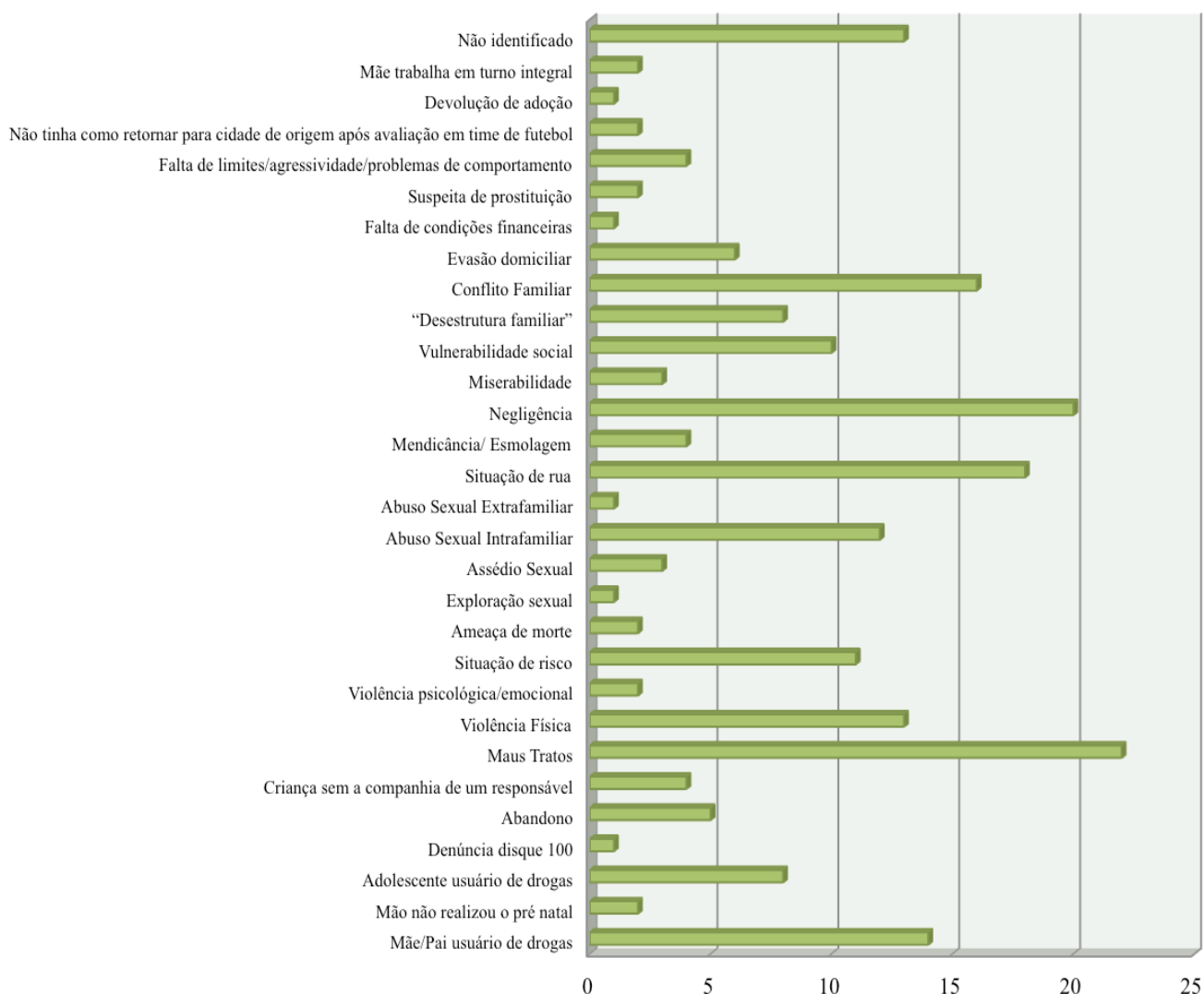
Dessa forma, evidencia-se a quantidade de encaminhamentos para instituições de acolhimento realizados pelo Conselho Tutelar, visto que 86,9% das crianças e adolescentes da amostra foram institucionalizados pelo órgão de proteção salientado, conforme evidencia a tabela 4 – Órgãos de proteção.

Tabela 4 – Órgãos de Proteção

Órgão	N^o de acolhimentos	%
Juizado da Infância e Juventude	5	3.10
Conselho Tutelar	140	86.95
Ministério Público	4	2.48
Auto Acolhimento	2	1.24
Não informado	10	6.21
Total	161	100

⁷⁴ Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adaptar os seguintes princípios: I – Preservação dos vínculos familiares e promoção para a reintegração familiar; II- integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção da família natural ou extensa; III- atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV- desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V – não desmembramento de grupo de irmãos; VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII- participação na vida comunitária local; VIII- preparação gradativa para o desligamento; IX– participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

O Conselho Tutelar é definido pelo art.131, do ECA, como “órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente...” (p.88). É encarregado de atender e aplicar medidas de proteção a crianças e adolescentes que se encontram com seus direitos ameaçados ou violados, na forma do disposto nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art., 101, I a VII do ECA, zelando para que família, sociedade e o Poder Público cumpram seus deveres para com a população infanto-juvenil local. Trata-se, enfim, de um órgão público municipal especializado na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, cuja existência e adequado funcionamento são essenciais. Todavia, como apontado na tabela acima, pode-se pensar que em muitas vezes os Conselheiros Tutelares não estão capacitados em sua integralidade, visto que os acolhimentos aconteciam de forma ilimitada e por vezes sem uma justificativa coerente que explicasse o afastamento da criança/adolescente do convívio da família. O gráfico 2 – Motivos do Acolhimento apresenta algumas questões importantes acerca do errôneo encaminhamento, uma vez que a falta de condições financeiras, a mãe trabalhar em turno integral não são motivos plausíveis e aceitáveis para afastar e/ou romper os vínculos de famílias. Nesse sentido, talvez se justifique a mudança do Estatuto da Criança e do Adolescente no ano de 2009.

Gráfico 2 - Motivos do Acolhimento Institucional

* A soma pode exceder 100%, pois em muitos casos as crianças/adolescentes são acolhidos por vários motivos.

A Lei 12.010, de 2009 que atualizou o ECA incluiu no art. 101 §3^o que “crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhadas a instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária⁷⁵”. Dessa forma entende-se que tal modificação limitou os acolhimentos realizados pelo Conselho Tutelar, proporcionando, que desta forma, o órgão modificasse sua forma de atuação. Atualmente, há no município de Caxias do Sul⁷⁶, serviços

⁷⁵ Tal questão está salientada no Capítulo 1 deste texto.

⁷⁶ Há no município de Caxias do Sul Programas da Assistência Social que visam o atendimento às famílias que são o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e o CREAS (Centro Especializado de Assistência Social). Já a Secretaria da Saúde mantém o APOIAR, o qual é um ambulatório de assistência especializada a crianças, adolescentes e suas famílias, que são encaminhadas através de medida protetiva por estarem envolvidas em situações de maus-tratos, como o abuso sexual, físico, psicológico e negligência, assim como desenvolve

e programas que atendem e visam à organização familiar com o intuito de evitar os acolhimentos institucionais e o conseqüente rompimento do vínculo, que funcionam como uma rede de apoio, fato que anteriormente era considerado somente após o acolhimento. Silva (2002) salienta em seu texto que “a institucionalização de crianças e adolescentes pode ter sido ocasionada pela falta de apoio da comunidade, dos serviços sociais, de ajuda especializada ou pela própria dificuldade da família em procurar recursos. Dificuldade associada à falta de informações que na maioria das vezes agrava a problemática” (p. 28). Dessa forma, defende-se que é preciso reinvestir para que a família tome para si a responsabilidade da educação dos filhos, possibilitando a desmitificação de família “desestruturada” e transmitindo que o melhor para o desenvolvimento saudável à criança/adolescente é estar em meio do ambiente familiar.

4.2. CASOS E DESCASOS: HISTÓRIAS DE VIDA DE EGRESSOS DE MEDIDA DE PROTEÇÃO

Se é inato, não há nada a fazer. Mas, se o distúrbio é de origem cultural, podemos combatê-lo. Muitas vezes uma alteração metabólica é mais fácil de corrigir do que um preconceito. (CYRULNICK, 2004, p.24).

- A TRAJETÓRIA FAMILIAR DE “VICENTE”

Iniciarei retratando a história de “Vicente” que atualmente conta com vinte anos, cursou parte do Ensino Médio e diversos cursos profissionalizantes enquanto estava institucionalizado e, após o desligamento da Casa de Acolhimento, retornou para a residência dos pais, pois, segundo ele “*é muito difícil se manter sozinho*”. Atualmente coloca que sua vida está difícil, pois se depara com a mesma situação que lhe levou ao acolhimento, uma vez que vivencia diariamente a dependência alcóolica do genitor e a submissão de sua genitora frente às atitudes e agressões de seu pai. Porém, Vicente refere que a única modificação que aconteceu em sua família foi que no atual momento é ele quem dá o suporte econômico da casa, possibilitando que não passem por grande dificuldade, em especial, em relação à alimentação. Vicente narrou a sua trajetória destacando que na época em que foi institucionalizado passou por muitas dificuldades, salientando o desemprego dentro da família, a falta de moradia e comida.

Foi uma situação bem precária! A gente não tinha casa para morar, a gente morava, dormia nos albergues, nós chegamos a dormir na rua, eu acho, não me lembro... Mas foi essa fase aí! A mãe sem trabalho, o pai sem trabalho, sem ter o que comer também e foi essa aí... (Narrativa oral de Vicente, 20 anos, maio de 2012).

Além da situação de precariedade no que concerne às necessidades básicas, Vicente também informa as constantes agressões que vivia e/ou presenciava na companhia dos genitores. Ainda assim, em uma conversa informal com o coordenador da instituição que o acolheu, após a entrevista com o jovem, tive conhecimento que Vicente era demasiadamente agredido fisicamente por seu pai, destacando que tal violência era realizada, em especial, com a utilização de um “facão”. Frente ao relato e recorrendo aos aportes teóricos, fundamenta-se que já existem estudos que salientam algumas características familiares que correspondem e são sugestivas ao abuso intrafamiliar⁷⁷. A situação de Vicente, por exemplo, entra nos parâmetros analisados pela questão da dependência química de seu pai e pela conduta demasiadamente passiva e ausente por parte de sua mãe⁷⁸. Tais comportamentos podem levar à comprovada existência de uma disfunção familiar, evidenciando a desigualdade de gênero e gerações. Silva (2002, p.75) refere que “essa desigualdade nada mais é do que assimetria do poder – a submissão do mais fraco pelo mais forte que se traduz em maus tratos físicos, em abuso sexual contra meninas e meninos, negligência e abandono”.

Vicente ainda coloca que em função da pouca idade com que vivenciou a institucionalização – 10 anos – não entendia os motivos do acolhimento, salientando as dificuldades encontradas frente ao afastamento da família.

Minha vida mudou bastante, bastante mesmo! (referindo-se ao acolhimento institucional) Uma situação bem precária a época que eu vim, enfim! Eu, como sou o mais velho dos três, quatro irmãos, ah... para mim foi bem diferente, né! Mas, enfim, a minha mãe não teve condições de cuidar de nós, de mim e do meu irmão, e daí a gente acabou vindo para cá, né! Pequenos, era bem difícil a gente entender essas situações, quando é pequeno... a gente acabou vindo para cá, né! (Narrativa oral de Vicente, 20 anos, maio de 2012).

⁷⁷ O termo abuso é utilizado para definir uma forma de violência contra crianças e adolescentes, repetitiva e intencional, na qual alguém geralmente próximo à criança usa do poder e/ou força física para envolvê-la em atos aos quais não está apta em nível biológico, psicológico ou cultural. Os abusos podem ser repetitivos e intencionais, acabam sendo impetrados por alguém da família ou pelo menos muito próximo da criança, configurando uma categoria peculiar de violência chamada de abusos intrafamiliares ou de maus-tratos. (CAMINHA, Renato A violência e seus danos à criança e ao adolescente. In. **Violência Doméstica - AMENCAR**. Porto Alegre: Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 2000).

⁷⁸ FLORES, Renato Zamora; CAMINHA, Renato Maiatto. Violência sexual contra crianças e adolescentes: algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. In: **Revista de Psiquiatria**. RS, 16(2): 158-167, mai/ago, 1994).

Os comportamentos de Vicente após a institucionalização também demarcam a sua trajetória de sofrimento e dor, tanto que projetava a sua insatisfação na própria instituição e nos funcionários da mesma, denotando condutas agressivas, de “nervosismo” como ele classifica e de grande hostilidade.

Enfim eu vim para cá (casa de acolhimento), só a fase do nervosismo ali, bah! Eu era muito... sei lá, acho que estressado, ou até por causa disso, né! Fora, longe da mãe.
Ah, a gente brigava, batia uns nos outros, brigava com o E., chutava as paredes, era coisa de louco, nossa muito...muito mesmo. (Narrativa oral de Vicente, 20 anos, maio de 2012).

Frente às condutas relatadas por Vicente, “sabe-se que os efeitos mais negativos da violência costumam ser de natureza psicológica. Entretanto, eles não são únicos. As crianças talvez mais que os adultos, também apresentam, com certa frequência, sequelas no seu funcionamento comportamental, social, cognitivo e físico” (TRINDADE⁷⁹, 2004, p.183). Dessa forma, pensa-se que a trajetória de Vicente foi permeada por situações de violência, conflitos e distanciamentos, demarcando que sua história necessitava de um local que lhe acolhesse de forma afetiva e satisfatória, um lugar onde se sentisse protegido e capaz, onde suas potencialidades fossem valorizadas, de modo que pudesse lhe possibilitar uma vida diferente, sem a presença de cenas e situações de agressões. Jorge Trindade corrobora com tal entendimento e desenvolve que:

[...] A violência é sempre, de uma maneira ou de outra, um fato traumático e, por isso, as vítimas manifestam vários tipos de estresse ou sintomas. Esses níveis estão relacionados à variabilidade encontrada na recuperação da vítima, cujo processo irá depender das características e da predisposição da própria vítima, da natureza do incidente, de sua duração, de sua intensidade, assim como a maneira como a vítima percebe e interpreta os acontecimentos. O modo como ela é acolhida após o fato, seja pela família, por amigos, por vizinhos ou colegas, seja pelas instituições sociais ou de intervenção legal, também poderá minimizar as sequelas dos acontecimentos. (TRINDADE, 2007, p.161).

No caso de Vicente, fica nítida a possibilidade de mudança que vivenciou dentro da instituição. Embora ainda hoje se incomode com as atitudes e comportamentos dos pais, no atual momento, mostra maturidade para enfrentar e discernir os fatos, tanto que não mais

⁷⁹ Jorge Trindade é graduado em Direito e Psicologia. Pós-doutorado em Psicologia Forense e do Testemunho na Universidade Fernando Pessoa (Porto/Portugal). Livre-docente em Psicologia Jurídica. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Técnica de Lisboa, doutor (PhD) em Psicologia, mestre em Desenvolvimento Comunitário, procurador de Justiça (inativo) e premiado - Prêmio Henrique Bertaso (1994). Atualmente é presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica (SBPJ). Possui interesse em análise de jurados e testemunhos, inimputabilidade penal, bullying, e temas de criminologia e vitimologia.

entra em confrontos ou tenta modificar as atitudes dos genitores, mostrando-se resiliente⁸⁰, frente a sua atual situação.

O jeito que ele bebe, grita e só não bate, não bate mais na minha mãe, porque como a gente está mais velho. Eu moro com a minha mãe hoje, hoje ele não faz mais isso, mas ele bebe, incomoda, e tal e faz e acontece... não que eu sinta raiva dele, assim, por todas as coisas que ele fez para mim, mas, eu sinto pena, né! Ele é uma pessoa que com a idade que ele tá agora (...).

Só que eu nem discuto com a minha mãe e nem com o meu pai, porque não vai valer a pena. Nossa, eu olho assim e eles têm seis filhos e não mudaram, estão do mesmo jeito, ninguém se ajuda. É só eu... é só eu... daí bah, daí fica difícil, né! (Narrativa oral de Vicente, 20 anos, maio de 2012).

Além de toda a vivência de Vicente em seu núcleo familiar, o seu caso ainda apresenta algumas “inconstâncias” jurídicas, pois considerando que o mesmo possui cinco irmãos, somente ele, primogênito, e dois irmãos foram acolhidos, sendo que os outros permaneceram na companhia dos genitores, que até hoje mantêm as condutas permeadas de violação e a ocorrência de situações de violência.

Primeiro veio o meu irmão e depois veio eu. (Referindo-se a casa de acolhimento). Eu tenho um irmão que tem 19 e tenho quatro irmãs.

Contudo, referiu que “só eu e meu irmão” foram acolhidos nesta casa de acolhimento, visto que “a minha outra irmã mais velha foi para o Sol Nascente, e os outros ficaram em casa”. (Narrativa oral de Vicente, 20 anos, maio de 2012).

Frente aos fatos ocorre que nem todas as crianças do núcleo foram protegidas, conforme rege o Estatuto da Criança e do Adolescente, que prioriza no Art. 98 que: “As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados” (BRASIL, 1990, p. 69). Já o Guia de orientações técnica para os serviços de acolhimento (BRASIL, 2009, p. 26) coloca que crianças com “vínculos de parentescos, não devem ser separados ao serem encaminhados para o serviço de acolhimento, salvo se isso for contrário ao seu desejo ou interesse ou se houver claro risco de violência.” Dessa forma, percebe-se que as mudanças e as novas normativas publicadas no ano de 2009 possibilitaram uma redação ainda mais precisa e clara, de forma que se permite questionar sobre tais sentenças judiciais.

Então, além de toda a violência, o afastamento dos irmãos e genitores, Vicente ainda apresenta capacidade para continuar sua história, tanto que tem consciência que ainda hoje necessita de ajuda profissional (atendimento psicológico) para conseguir lidar e elaborar tudo

⁸⁰ Resiliência é um termo emprestado da física que designa a propriedade que certos corpos têm de absorver trabalho ou energia elasticamente, ou seja, a capacidade de voltar à forma anterior depois de sofrerem uma deformação. Trata-se, aqui, da capacidade de absorver e se recuperar de danos sofridos. (CYRULNIK, Boris. **Os Patinhos Feios**. São Paulo: Martins Fontes, 2004).

que vivenciou em sua infância e adolescência, e ainda assim, pensa em constituir uma família, tendo planos de casamento com a atual namorada.

É, meio que parece que eu dei um passo para trás e voltei as coisas ruins que estavam me afetando quando eu era criança. Eu acho que eu só vou me esquecer disso, só quando eu casar, construir alguma coisa, eu mesmo. (Narrativa oral de Vicente, 20 anos, maio de 2012).

A história de Vicente de certo modo mostrou a sua capacidade em lidar com situações traumáticas e difíceis, mas também, o seu caso apresenta a falha no Sistema de Garantia de Direitos, uma vez que não possibilitou a saúde deste núcleo familiar que ainda hoje encontra-se doente, tendo que ser o jovem, egresso do acolhimento, o mantenedor de todos os integrantes. Também nesse sentido, podemos considerar que a rede de proteção não foi efetiva, visto que a criança foi afastada dos vínculos familiares⁸¹ e comunitários e, a família, em especial os genitores, não foram preparados e/ou tratados para proporcionar um ambiente saudável para todos os filhos.

- A TRAJETÓRIA FAMILIAR DE “OLÍVIA”

A história de Olívia é a mais impactante das quatro narrativas, visto que demarca uma trajetória permeada pelo abandono da mãe biológica, o desprezo e a rejeição da mãe adotiva, além da vivência dos diversos tipos de violência⁸² (física, psicológica, negligência, sexual e institucional). Olívia hoje conta com 17 anos, não está emancipada, mas deixou a instituição para residir com o namorado, que em algumas ocasiões, também é agressivo, perpetuando,

⁸¹ Apesar da institucionalização de crianças ter surgido como uma tentativa de solucionar o problema de crianças e adolescentes abandonados, esta tentativa mostra-se extremamente ineficaz no Brasil porque não ataca as verdadeiras causas do problema (a miséria social, a carência de apoio sócio-educativo, a ausência de prevenção em relação à violência doméstica, entre outros); não possibilita qualquer tipo de reabilitação para as famílias de origem e exclui as crianças de uma convivência familiar (em sua família de origem ou família substitua) e comunitária. (WEBER, 2000, N.º. 4, p. 30-36.)

⁸² As principais formas de violência encontradas são: física, sexual, psicológica e negligência. A violência física ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano por meio da agressão física, por meio da força ou de algum tipo de arma ou instrumento, podendo provocar lesões internas, externas ou ambas. A violência psicológica inclui toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. A violência sexual é toda ação na qual uma pessoa, em situação de poder, obriga outra à realização de práticas sexuais, utilizando coação física, influência psicológica ou uso de armas ou drogas. A negligência é a omissão de responsabilidade de um ou mais membros da família em relação a outro na satisfação de suas necessidades, em especial àqueles que precisam de ajuda por questões de idade ou condição física, permanente ou temporária (AMENCAR. Violência Doméstica. Porto Alegre: Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 2000; AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (orgs.). **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1997).

dessa forma, a sua condição de vítima⁸³. Olívia, entre idas e vindas, como ela mesma narra, permaneceu por dez anos na instituição, mas nesse tempo evadiu muitas vezes, o que possibilitou também a sua vivência em situação de rua.

Bom, eu não sei te dizer tempo (referindo-se ao tempo de acolhimento), porque não existia tempo, foi assim, oh.... Eu tinha sete anos eu fui para o abrigo, depois eu peguei fiquei um mês, e a minha mãe adotiva foi lá me tirou, daí eu peguei fiquei mais uns seis meses na casa dela, daí eu peguei e voltei para o abrigo. Eu fui, em vindas e idas, foi três... três vezes, daí a terceira vez que eu fui eu não saí, a terceira vez eu fui eu tinha 9 anos. Terceira vez, daí eu nunca mais saí do abrigo. Daí, tipo assim... eu fugia sabe? Coisas assim, daí eu mais parava na rua do que no abrigo. (Narrativa oral de Olívia, 17 anos, abril de 2012).

Nessa trajetória de institucionalização e retorno para casa, Olívia ainda protagonizou a vivência de incesto⁸⁴, fato que somente corroborou com o sentimento de baixa autoestima e de menos valia. Autores referem que a experiência de violência intencional e repetitiva acarreta em sequela psíquica básica que vai se apresentar em todos os relacionamentos da pessoa abusada, fazendo emergir sentimentos e representações como: falta de confiança no outro, principalmente nos casos em que o abusador representa um adulto significativo para a criança. A confusão afetiva e a dificuldade em reconhecer seus próprios sentimentos e o sentimento de culpa são também aspectos muito significativos (ANCONA-LOPES, 1997). Dessa forma, a narrativa de Olívia evidencia o seu sofrimento, o sentimento de rejeição e os medos que passou na companhia da família adotiva, que, ao contrário de ser protetiva, possibilitou a sua revitimização e, conseqüentemente, (re)institucionalização.

Eu tinha seis meses quando a minha mãe verdadeira me abandonou né! Ela (mãe) me deu para essa tia adotiva, e tipo assim... eu fui... fui indo eu passei por várias coisas... daí depois, essa mãe adotiva engravidou, daí eu não tive mais o carinho que eu tinha antes, sabe? Daí começaram a me surrar, daí ela tinha um filho que se jogou nas drogas, eu tinha uns seis anos, daí ele começou a usar drogas, daí ele abusou de mim, ele me “estuprou”, e daí tipo assim... no começo eu tinha medo porque ele me ameaçava se eu contasse para a mãe, daí tipo assim... eu tinha muito medo dele, muito medo. Então, imagina! Eu tinha sete anos o que eu podia fazer, eu era pequena, eu era um toco de gente, seis anos, sete... foi mais ou menos nessa época. Eu era um toco de gente, eu morria de medo! (...) Daí eu peguei e pedi para ir para o abrigo (solicitou ajuda para um Conselheiro Tutelar), eu fui, a minha mãe adotiva ela não sabia de nada, sabe! O que acontecia lá (abuso sexual), então até hoje quando eu me lembro, assim... o que aconteceu comigo, tipo assim, me dói... e parece que eu vejo aquela cena. (Narrativa oral de Olívia, 17 anos, abril de 2012).

⁸³ Seria correto afirmar que crianças e adolescentes expostos a violência intencional e repetitiva aprendem estes padrões como “verdades”, e estas verdades internas, padrões mentais representacionais afetivos, serão mediadoras de suas relações sociais. (CAMINHA, Renato A violência e seus danos à criança e ao adolescente. In. **Violência Doméstica** -AMENCAR. Porto Alegre: Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 2000).

⁸⁴ Forward e Buck (1989) destacam que o incesto é poderoso, sendo que sua devastação é maior que a das violências sexuais não-incestuosas contra a criança porque o incesto sempre se insere na relação das emoções e dos conflitos familiares. Não há um estranho de quem se possa fugir, não há uma casa para onde escapar. A criança não se sente mais segura nem mesmo em sua própria casa. A vítima é obrigada a aprender a conviver com o incesto e ele abala a totalidade do mundo da criança. O agressor está sempre presente, e o incesto é quase sempre um horror contínuo para a vítima.

As atitudes do irmão de Olívia são entendidas como uma síndrome do segredo e da adição⁸⁵, pois conforme Furnis (1993), nessa síndrome, o abuso não é nomeado como tal e a criança não é autorizada a nomear a experiência e, comumente, mediante ameaças, é impedida de falar sobre ela. Frente a todas as ameaças, violências e desprezos vivenciados por Olívia, ainda hoje não consegue manter uma relação saudável com seu companheiro, tendo inclusive que recorrer a atendimento psiquiátrico para dar conta de seus impulsos e atitudes frente às pessoas que a cercam. A história deixa evidente que as incertezas se repetem na vida de Olívia, pois atualmente, possui dúvidas no que concerne a sua relação afetiva, tanto que volta a protagonizar vitimização na companhia do companheiro. Tais questões, podem surgir em função de sua fase de desenvolvimento – adolescência⁸⁶-, mas também é intensificada pelas diversas idas e vindas das instituições, uma vez que tais rompimentos não possibilitaram a formação de vínculos satisfatórios que pudessem proporcionar para a mesma confiança nas figuras adultas que lhe cercam. A infância de Olívia deixou muitas marcas, que até hoje refletem em suas relações, comportamentos e condutas frente às dificuldades que enfrenta, tanto que embora tendo finalizado o cumprimento⁸⁷ da Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida⁸⁸, mantém o vínculo com a assistente social que lhe atende, visto que conforme a mesma foi a única pessoa que até o momento conseguiu lhe escutar, não temer seus atos e ser continente com suas angústias.

Tipo assim... por eu ter me juntado com o J. o juiz, sabe assim, me liberou, ele me liberou e disse assim, ah é um papel lá! Por eu ter me juntado com ele, ele acabou me liberando, daí elas (equipe técnica da casa de acolhimento) acabaram entregando os papel e daí nunca mais me procuraram, nem para saber se eu estava bem, nem fazer visita lá em casa elas não fizeram, bom eu não sabia nem viver, quem me ajudou um monte foi a M. (Assistente Social da Liberdade Assistida). (Narrativa oral de Olívia, 17 anos, abril de 2012).

⁸⁵ Síndrome do segredo por ser um “acordo” entre abusador e abusado de que aquilo que ocorre entre eles deve permanecer oculto. Este acordo é mantido através de benefícios para a criança ou com ameaças físicas e/ou psicológicas à criança ou à família. Síndrome da adição, pois o abusador usa da criança como uma “droga” da qual é dependente, viciado. O comportamento abusador, de parafilia, é considerado hoje em dia como uma forma de comportamento aditivo. (CAMINHA, Renato A violência e seus danos à criança e ao adolescente. In. **Violência Doméstica** -AMENCAR. Porto Alegre: Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 2000).

⁸⁶ Knobel (1981) salienta que nesta fase, o jovem passa por desequilíbrios e instabilidades extremas, o que configura uma entidade semipatológica que o autor denominou “síndrome normal da adolescência”, sendo considerada como produto da situação evolutiva e surge da interação do indivíduo com o meio. O adolescente não só deve enfrentar o mundo dos adultos para o qual não está totalmente preparado, mas também deve desprender-se de seu mundo infantil, realizando, pois os lutos pelo corpo, papel e identidade infantis, além do luto pelos pais da infância, em busca do estabelecimento de sua identidade, a qual consiste no objetivo fundamental desse momento da vida.

⁸⁷ Conforme o Art. 118 §2º do ECA “A Liberdade Assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o Defensor.

⁸⁸ Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente Art. 118 “a Liberdade Assistida será dotada sempre que se afigurara medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente”.

Olívia narra que sua vida, no momento, está bastante difícil, salientando em várias ocasiões da entrevista que “*nasceu para sofrer*”, visto que relembra sua trajetória e não compreende os motivos dos diversos abandonos e maus-tratos sofridos durante sua infância; além disso, continua vivenciando situações difíceis e de falta de reconhecimento de suas potencialidades por parte do companheiro. A adolescente também infere que não consegue organizar a sua vida sozinha, pois têm menos de dezoito anos e depende do namorado.

Bah, a minha vida está mais ou menos, sei lá mais ou menos... sei lá eu não sei te falar, é coisa assim que eu ainda tô sofrendo muito, eu nasci para sofrer! Tá bem difícil, a minha vida não tá muito boa! Tá bem difícil (choro). Eu sei lá é que acaba acontecendo muitas coisas, sabe? Na vida da gente, a gente acaba muitas vezes se eu fico pensando, as vezes, o porque que a minha mãe me deixou, eu fico pensando o porque que ela fez isso, sabe? Eu fico pensando que eu tenho um companheiro, sabe? Ele não dá valor, sabe pelo que eu fiz. Eu ajudei muito ele. Ele me ajudou, mas eu ajudei muito ele, ele não dá valor pelo que eu fiz para ele, então ele acaba me magoando, sabe, porque querendo ou não eu dependo dele, eu sou de menor, é bem difícil pra gente, eu dependo dele, então é uma coisa assim... muito difícil! (Narrativa oral de Olívia, 17 anos, abril de 2012).

O caso de Olívia mostra, conforme Silva (2002), que pessoas que vivenciam a violência intencional e repetitiva acabam sendo crianças “sem voz e sem vez, ficando aprisionadas em uma relação assimétrica de poder, em que só lhes restam a submissão à vontade do outro e a renúncia do próprio desejo, pois vem um drama que afeta seu desenvolvimento tanto físico como emocional, o que pode gerar indivíduos com graves dificuldades de relação. Além disso, surgem sequelas imediatas ou tardias, físicas e emocionais, traduzidas em sintomas como dificuldades escolares, de relacionamento social, distúrbios psicossomáticos, até a invalidez ou a morte por homicídio ou suicídio”. Nesse ínterim, observa-se que Olívia ainda não encontrou pessoas em que possa confiar, deixando evidente que sua estrutura egóica⁸⁹ é frágil, o que possibilita as várias repetições⁹⁰ em sua história, uma vez que ainda não conseguiu se libertar da “violência que não conhece limites e que desconhece razões, uma violência gratuita, longe de qualquer lógica instrumental” (STECANELA e FERREIRA, 2011, p. 92).

⁸⁹ O ego compreende uma instância psíquica que consiste em um conjunto de funções e de representações com a finalidade de mediar as pulsões provindas do id, com as ameaças que emanam do superego e com a realidade externa (ZIMERMAN, David. **Psicanálise em perguntas e respostas: verdades, mitos e tabus**. Porto Alegre: Artmed, 2005).

⁹⁰ A repetição é de origem inconsciente, pelo qual o indivíduo se coloca ativamente em situações penosas, repetindo assim experiências antigas sem se recordar do protótipo e tendo pelo contrário a impressão muito viva de que se trata de algo de plenamente motivado pela atualidade. (LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.- B. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1988).

- A TRAJETÓRIA FAMILIAR DE “FREDERICO”

A trajetória de Frederico, assim como as demais, também é marcada por enorme sofrimento, visto que o mesmo vivenciou a perda da mãe com apenas oito meses de idade⁹¹, a dependência alcóolica por parte do pai e a rejeição da madrasta, a qual ele considerava e chamava de mãe. Afirmou no decorrer da entrevista que foi acolhido com dez anos de idade, visto que foi “colocado” na instituição por sua madrasta, pois na ocasião não desejou permanecer na companhia de seus padrinhos, que segundo ele, queriam sua guarda. Frederico também conta as inúmeras situações de violência física que foram praticadas pela madrasta, assim como a exposição de fatos traumáticos que vivenciou na companhia do pai.

Quando eu era pequeno, eu tinha dez anos, a minha madrasta me colocou no abrigo. Isso, foi a minha madrasta! Na verdade assim, era para eu ficar com os meus padrinhos, segundo meus padrinhos eles queriam a minha guarda, só que como eu era pequeno a minha madrasta me criou e eu queria a minha madrasta. Me perguntaram, com quem tu quer ficar? Com os teus padrinhos ou a tua madrasta. Eu falei! – Eu quero a minha mãe, que era a minha madrasta por que eu chamava ela de mãe, porque a minha mãe morreu quando eu tinha oito meses. Aí eu disse! Eu quero a mãe, e aí a minha madrasta me pegou com meu pai. Aí o meu pai, como ele era muito desajeitado na vida, só bebia... só fazia “merda”, desculpa o palavreado, mas é o que tem que dizer. A minha madrasta não estava nem aí para mim, ela achava que eu era um chato, sei lá, me batia às vezes, daí ela me pegou e me colocou no abrigo. Daí, ali eu fiquei, eu visitava ela às vezes, mas daí, depois, eu briguei com ela e não fui mais. (Narrativa oral de Frederico, 18 anos, novembro de 2012).

A história de Frederico retoma alguns conceitos cunhados por John Bowlby (1988), sobre “privação da mãe”, classificando que uma criança sofre “privação quando, vivendo em sua casa, a mãe (ou mãe substituta permanente) é incapaz de proporcionar-lhe os cuidados amorosos de que as crianças pequenas precisam. E ainda uma criança sofre privação se, por qualquer motivo, é afastada dos cuidados de sua mãe”. Ainda o mesmo autor refere que “os efeitos perniciosos da privação variam de acordo com o grau da mesma. A privação parcial traz consigo a angústia, uma exagerada necessidade de amor, fortes sentimentos de vingança e, em consequência, culpa e depressão”. Frederico informou em sua narrativa que ainda hoje não possui contato com o pai, porém relembra que na época do acolhimento as visitas dos genitores foram proibidas, pois sentia muita raiva e pensamentos homicidas em relação ao mesmo, o que corrobora com as sintomatologias citadas por Bowlby.

⁹¹ A criança separada da mãe ao nascer tem rompido um laço biológico que inclui todo o contato íntimo ocorrido durante a gestação. Numerosos estudos têm enfatizado o conhecimento que o bebê tem do ritmo cardíaco de sua mãe, seu andar, sua voz, o seu cheiro. A separação expõe a criança a uma quebra na continuidade da relação mãe-bebê, e lhe impõe uma necessidade precoce de adaptação a um novo ambiente, que inclui uma mãe com outro ritmo biológico. (LEVINZON, 2009).

O meu pai faz muito tempo que eu não vejo ele, porque o juiz não liberou a visita dele lá na casa, porque eu falava, quando eu era pequeno, que eu queria matar ele, só que.... Eu tinha esse pensamento, porque sei lá, ele fazia muita bagunça, muita bagunça. Bah! Ele bebia, ele caía, bah... ele fazia muita bagunça! (Narrativa oral de Frederico, 18 anos, novembro de 2012).

Frederico, durante a entrevista, relatou a sua trajetória de vida sempre retomando os comportamentos do genitor, deixando marcado que não possuía um adulto de referência, tampouco alguém que pudesse confiar, tendo ele que se sentir responsável em relação aos cuidados do pai.

O meu pai tinha um temperamento muito alto, ele era agressivo, afobava muito as coisas, quando ele morava com a minha bisavó, ele batia muito nela. Então o meu pai, eu acho, que eu tentei dar um grande exemplo na vida dele, mas não consegui porque quando ele bebia, essas coisas, quem ajudava ele era eu. (Narrativa oral de Frederico, 18 anos, novembro de 2012).

Folberg (2006) caracteriza que nos dias atuais a imagem de pai, ainda em muitos casos, está estereotipada, trazendo um modelo de “pai tradicional”, cujas emoções e sentimentos não devem aparecer, pois estão vinculadas a uma suposta fragilidade que compromete sua virilidade. Tal situação é apresentada no caso de Frederico, pois conta com um pai distante, inacessível, produtor de sentimentos de rejeição e de medo. Dessa forma, salienta-se que as inconstâncias no comportamento paterno provocavam em Frederico grande angústia e sentimentos de impotência frente à dependência alcóolica⁹², trazendo, em virtude disso, responsabilidades incompatíveis para a sua fase de desenvolvimento.

Quando eu era pequeno eu morei com a minha bisavó e com meu pai em Arvorezinha (município), Rio Grande do Sul. Aí ele (pai) bebia demais, chegava todo o dia bêbado em casa, não se controlava, ele gastava demais, o dinheiro dele, ele gastava em bebida. Aí teve uma vez que a gente foi para a comadre dele e aí ele bebeu demais a gente veio era bem à noite, era de madrugada três horas da manhã, era um final de semana que inclusive eu tinha parado de estudar, depois eu voltei de novo, aí a gente voltou e ele estava bêbado e eu estava normal, porque eu era pequeno, né! Nem sabia o que era bebida alcóolica naquele tempo, aí ele caiu no chão, desmaiou, sei lá o que deu nele, e eu não sabia como carregar porque meu pai era muito grande, então, eu não sabia como carregar ele...

Aí tinha uns vizinhos do lado fazendo festa e um cara ajudou a gente, e nós levamos ele até em casa, aí ele deitou e no outro dia ele não lembrava mais de nada. Esse foi o dia mais marcante da minha vida, foi a primeira vez que eu tentava ajudar o meu pai e não conseguia, esse foi o dia mais marcante, sim!

Aí, depois daquele dia, ele não parava assim... ele continuava bebendo, ele chegava todo dia bêbado em casa. (Narrativa oral de Frederico, 18 anos, novembro de 2012).

⁹² Os abusos intrafamiliares são uma gama de fenômenos complicados, envolvendo um grande número de variáveis e podem ser chamados de problemas multifatoriais. Nesta enorme diversidade de variáveis relacionadas aos abusos, encontram-se desde problemas mentais, problemas com álcool e drogas, problemas neurológicos, genéticos e até as variáveis sócioeconômicas que podem atuar como estressores, ou facilitadores para o desencadeamento dos abusos. (CAMINHA, 2000).

Pensa-se que a infância de Frederico foi marcada por diversos rompimentos, não unicamente de seu núcleo familiar, mas também, do ambiente escolar. Leite e Leite (2008) destacam em seu texto que

a escola trata-se de um espaço que é bem mais do que o lugar de aprendizado formal, pois serve como primeiro cenário não familiar para a expressão da criança no cotidiano em toda a sua amplitude – corporal, simbólica e subjetiva. Ao mesmo tempo, permite o confronto dessa criança com modos diversos de disciplina, que irão ajudá-la na construção de seus valores morais e sociais, importantes para a vida cidadã futura. (LEITE e LEITE, 2008, p. 155).

Frederico informou que após a institucionalização sua vida mudou, pois foi após o acolhimento que retornou para a escola, centro de convivência e fortalecimento de vínculos e vivenciou regras e limites.

Parece que o M. (instituição de acolhimento) foi uma coisa viciante, assim... de tão legal que era. Porque daí, depois que eu entrei no abrigo eu fui para centro educativo, fui formado de mecânico industrial nos cursos profissionalizantes, eu trabalhei no M. como “*office boy*”, então eu fiz tudo no M., ali no M. todo mundo me conhece, então ali no M. foi muito bom, eu acho que foi uma instituição muito boa e eu se eu tiver a possibilidade de passar para alguém colocar algum filho em curso e se precisar e tiver problema na família eu acho que o M. o é o lugar certo, não tem o que errar, ali é muito bom! (Narrativa oral de Frederico, 18 anos, novembro de 2012).

Além da possibilidade de poder estudar, reiterou a importância da educação que recebeu na instituição, referindo-se que sua organização atual deve-se à responsabilidade que era “cobrada” dentro da casa de acolhimento.

Eu aprendi dentro do abrigo, no abrigo eu não levava muito em conta, entendeu? O pessoal me explicava sobre o planejamento, sobre o que tu gastou, tu mostra para nós no final do mês. Só que eu não levava, eu gastava e não anotava. Então era para eu sair do abrigo com três mil reais na conta, mas eu saí com mil reais. Eu gastava demais, eu sempre queria gastar, gastar, gastar... Agora que eu entrei aqui (apartamento) não, agora a vida tá me ensinando o que eu tenho que fazer e como eu tive uma base no abrigo eu tô conseguindo me virar muito direitinho, como eu quero! (Narrativa oral de Frederico, 18 anos, novembro de 2012).

Pensa-se que a institucionalização⁹³ na vida de Frederico teve um papel bastante importante, pois aos dezoito anos de idade consegue manter-se sozinho, trabalhando em uma

⁹³ As crianças e os adolescentes devem ter a oportunidade de realizar pequenas mudanças nos espaços privativos, fazer escolhas e participar da organização do ambiente de acolhimento, segundo o seu grau de desenvolvimento e capacidades. Assim, de modo gradativo e estritamente com função pedagógica, devem participar da organização da rotina da instituição e assumir responsabilidade pelo cuidado com seus objetos pessoais, com seu autocuidado e cumprimento de compromissos (escolas, atividades na comunidade, trabalho, etc.) É importante ressaltar que a participação das crianças e adolescentes nas tarefas relacionadas aos cuidados domésticos devem ser estimuladas, sem detrimento, todavia, de qualquer atividade lúdica ou educativa. (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2009, p.59).

empresa de grande porte da cidade e ainda, de certo modo, conseguiu ressignificar algumas vivências⁹⁴, visto que, embora ainda não tenha contato com o genitor, pensa em auxiliá-lo em suas dificuldades.

O meu pai eu tô querendo “catar” ele por aí, eu tô querendo procurar ele para ver onde que ele tá, se ele precisa de alguma coisa, se ele quiser vir conhecer (referindo-se ao seu apartamento). (Narrativa oral de Frederico, 18 anos, novembro de 2012).

- A TRAJETÓRIA FAMILIAR DE “CECÍLIA”

A história de Cecília, que atualmente reside com os pais adotivos, possui 18 anos de idade, está cursando o ensino médio – magistério e trabalha na Escola Infantil, da qual a mãe é proprietária, é marcada por situações que envolvem a dependência química da genitora e a rejeição por parte da avó materna, a qual segundo ela, *“não teve condições de permanecer com sua guarda”*. Afirmou que entre essas idas e vindas – casa da mãe, avó e de uma amiga - acabou permanecendo na casa de acolhimento por dez anos, fato que entende que ocasionou em sua dificuldade em estabelecer vínculos afetivos.

Eu nunca quis (referindo-se à possibilidade de adoção) eu não conseguia ter sentimentos por alguém, assim nunca! E acho que isso afetou muito a minha vida agora, porque é agora que eu vejo que eu não consigo ter sentimento pelas pessoas, sabe? Porque como todo mundo tinha me abandonado, foi todo mundo me abandonou e agora eu não consigo me apegar em uma pessoa só, eu não consigo gostar. (...) Eu não conseguia ter sentimento por ninguém, nem por um amigo, sabe? Porque todo mundo traía a minha confiança e eu não conseguia gostar... (Narrativa oral de Cecília, 18 anos, julho de 2012).

Além da falta de confiança em outras pessoas, Cecília, mesmo sendo a vítima de toda a situação, ainda se culpa pela sua institucionalização, considerando que fazia muitas coisas erradas e conseqüentemente afastava as pessoas de sua companhia.

Eu fui abrigada, porque a minha mãe não tinha condições de ficar comigo, porque ela usava droga e se prostituía. Daí a minha avó, daí eu fui morar com a minha avó e a minha avó também não tinha condições porque eu só fazia coisa errada. (Narrativa oral de Cecília, 18 anos, julho de 2012).

A culpabilização que cerca Cecília ainda hoje, é justificada por Weber (2004) que coloca que a “criança institucionalizada desenvolve sentimentos de rejeição, baixa autoestima,

⁹⁴ A criança que nasce em uma família a qual testemunha ou é vítima de violência está exposta a fatores de risco. No entanto, mesmo vulnerável, se encontrar algum auxílio, poderá ser uma “sementinha” que irá desenvolver-se. A possibilidade de contar com este auxílio consiste nos mecanismos de proteção e recursos dos quais esta criança dispõe na sua rede de apoio social e afetiva. (KOLLER, 2000).

caracterizada por uma imagem negativa de si mesma, o que interfere no desenvolvimento normal das relações interpessoais”. Ainda assim, Cecília coloca que a situação do acolhimento não interferiu em sua trajetória, visto que “*não fazia diferença ficar em casa ou ficar lá no abrigo*”, pois entendeu a institucionalização como uma forma de transformar sua história, alegando que contou com algumas oportunidades dentro da instituição que talvez não vivenciasse junto à família, pois conta que gostaria de mudar a sua história, construindo algo para si que fosse diferente da genitora.

Quando eu cheguei no abrigo, quando eu tinha... quando eu entendia mesmo que era nos 11 anos, daí eu cheguei no abrigo não quis mais ir lá na minha família e daí eu decidi que eu ia viver sozinha e que eu ia ficar no abrigo até eu me estabilizar, eu ter estudo. Lá no abrigo eles dão bastante oportunidade, de estudar, de fazer curso, de ter um futuro, só que tu vai atrás do futuro se tu quer. Se tu não quiser daí tu, sei lá... daí tu faz o que tu quer da vida, né! Cada um escolhe o caminho e eu queria seguir um caminho diferente do da minha mãe (...). Assim foi bom porque ela (referindo-se à coordenação da casa de acolhimento) me ajudou e eu acho que hoje eu sou o que sou porque tinha uma tia lá do abrigo que ela era coordenadora, a M. e ela sempre me ajudou, ela sempre me falava o que eu fazia de errado e eu fiz como todo mundo sempre fez bastante coisa errada, só que eu nunca quis desistir de estudar, porque o estudo era a base de tudo e até hoje é, né! A base de tudo, e eu não desisti, nunca! Por mais que acontecessem mil coisas eu nunca desisti de estudar. (Narrativa oral de Cecília, 18 anos, julho de 2012).

Cecília viu na educação uma forma de modificar sua vida, tanto que ainda hoje se mantém estudando e está concluindo o magistério, por incentivo de seus pais adotivos. Então, considera-se que após dez anos de institucionalização a história de Cecília foi modificada aos 16 anos, visto que ao procurar emprego em uma escola infantil, contou a sua história para a proprietária que entrou com o pedido de guarda da adolescente, possibilitando também que Cecília ressignificasse alguns sentimentos: tanto que hoje afirma confiar e gostar em especial de seus pais adotivos.

Eu continuo fazendo as mesmas coisas, eu hoje, eu tô feliz! Eu tenho pessoas que eu amo que estão do meu lado e eu sei que eu posso chegar em casa e posso ter feito a coisa mais errada e que eles vão estar sempre do meu lado. Acho que hoje eu sou feliz, eu encontrei o que faltava na verdade (...)
- Faltava uma família, alguém que eu pudesse conversar. (Narrativa oral de Cecília, 18 anos, julho de 2012).

Observa-se que no caso de Cecília a adoção tardia foi satisfatória, pois encontrou pessoas que puderam compreender sua história e lhe apoiar após tantas vivências traumáticas e de abandono. Levinzon (2009, p. 90) afirma que “a criança adotada em uma idade adiantada encontra condições de uma vida emocional e material satisfatória. O desenvolvimento de suas potencialidades é retomado, ou até iniciado, quando a criança vivia anteriormente em um estado de abandono e falta de pessoas afetivas próximas”. Boris Cyrulnick (2004) também

ênfatisa que as experiências vivenciadas não serão esquecidas, porém, através da resiliência se permitirá vivenciar experiências agradáveis.

À cicatrização do ferimento real se acrescentará a metamorfose da representação do sofrimento (...). Então poderá levar uma vida de cisne, bela porém frágil, porque nunca poderá esquecer seu passado do patinho feio. Mas, ao se tornar cisne, poderá pensar nele de maneira suportável. (CYRULNIK, 2004, p. 4).

A mãe adotiva de Cecília também salientou que logo que a mesma foi residir em sua casa mantinha um comportamento bastante introspectivo, como forma de se preservar a tantos rompimentos antes vivenciados; contudo, destacou que hoje consegue comunicar sua história, atribuindo significados educativos e de crescimento, os quais serão descritos nas próximas páginas.

Logo que chegou lá casa era bastante quieta, não falava sobre sua história, hoje ela consegue conversar mais, atender telefone, campanha e até dar uma entrevista (risos). (mãe adotiva de Cecília, julho, 2012).

A trajetória de Cecília, também como as outras, é marcada por situações traumáticas e de grande sofrimento, porém apresenta narrativas sobre um feliz recomeço no qual está conseguindo ressignificar o seu entendimento de família e se permitindo a novamente confiar nos adultos.

4.3. SOCIALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO: INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO E O RECONHECIMENTO DAS POTENCIALIDADES

As instituições de acolhimento existem desde o início da história social da criança e do adolescente, uma vez que, após a independência, o Brasil voltou-se para a reformulação da legislação penal (código criminal de 1830). Naquela época, os “menores” eram objetos de responsabilização penal. Uma idealização fundada na ideologia cristã – amparar as crianças órfãs e desvalidas – teve como resposta a fundação de instituições mantidas pela igreja com subsídio do governo” (VANNUCHI e OLIVEIRA, 2009, p. 26). Com algumas mudanças sociais, em especial a entrada da mulher no mercado do trabalho, o crescimento demográfico, a urbanização e a construção da indústrias mostraram um lado perverso, pois a pobreza aumentou, tornando-se mais visível nos centros urbanos. Com tais mudanças, iniciou-se o chamado “problema do menor” que foi concebido a partir de uma forte aliança entre Justiça e Assistência, aumentando a preocupação com a criminalidade infantil e educação e da

reabilitação das crianças pobres por meio do trabalho. (MARCÍLIO, 2006, p. 224). De 1964 até metade dos anos de 1980, o Brasil vivenciou o autoritarismo de uma Ditadura Militar e o esvaziamento do debate público sobre os direitos das crianças e dos adolescentes. Como reflexo, foram elaboradas medidas e aparatos repressivos, com a criação da Funabem e a reformulação do Código de Menores, que introduziu o conceito de “menor em situação irregular”. Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, os jovens foram reconhecidos como sujeitos de direitos e necessários de proteção, e as instituições de “abrigo” foram entendidas como uma medida de proteção. No entanto, somente após a mudança do ECA no ano de 2009, Lei nº 12.010, de 2009, priorizaram-se questões específicas para o acolhimento institucional, o que normatizou o trabalho técnico, tendo como princípio a preservação dos vínculos familiares e a promoção da reintegração familiar.

Dessa forma, segue-se abordando algumas questões apontadas pelos sujeitos da pesquisa acerca da instituição de acolhimento.

As narrativas dos egressos de medida de proteção denotam a fragilidade dos vínculos familiares, mas também, a importância do acolhimento da instituição que os recebeu, demarcando que, apesar da trajetória de sofrimento devido ao afastamento da família e vivência de violência, a compreensão da aplicabilidade da medida de proteção se deve aos profissionais envolvidos nesse processo. Os educadores/cuidadores, coordenação e equipe técnica são os principais responsáveis para transformar o distanciamento em possibilidade de crescimento e fortalecimento egóico. As narrativas denotam que cada um dos entrevistados entendeu e ressignificou a sua trajetória, de acordo com os vínculos que estabeleceu dentro da instituição, marcando que as relações de confiança e a afetividade tornaram-se essenciais para o período de institucionalização.

Bah, uma segunda opção de vida! (referindo ao acolhimento) Uma segunda opção de vida, uma possibilidade de apagar toda aquela história, de apagar todas as lembranças ruins e começar uma vida nova. Para mim foi isso, a C. F. Uma segunda opção de vida!
(Narrativa de Vicente, 20 anos, maio de 2012)

Elas dão bastante oportunidades pra ti fazer cursos, coisas assim, só que pra elas é só um emprego (referindo-se aos profissionais), elas não sabem o que passa pela gente, o que a gente sente, o que a gente sente elas perguntam uma vez por semana. E como tu vai confiar em uma pessoa assim? Quando eu tava lá no abrigo eu não conseguia confiar em ninguém.
(Narrativa de Cecília, 18 anos, julho de 2012)

Eu não tinha mais carinho do meu pai e da minha mãe! Lá (casa de acolhimento) é muita criança, então tipo assim... tinha as pessoas que tipo assim... sabiam atender a gente e tinha pessoas que não, pessoas que só sabiam julgar a gente, não sabiam compreender. Eles não olhavam pelo que a gente era, sabe? Eles não olhavam para o que a gente passou, eles olhavam para o que a gente tava fazendo no momento. Olha de umas e de outras eu tirava duas das tias que cuidavam da gente, de mim das outras gurias do abrigo, tirava duas assim.
(Narrativa de Olívia, 17 anos, abril de 2012)

Ah! Mudou, a questão que como eu era pequeno, mudou a questão de regras, o acolhimento foi bem melhor do que eu tinha antes. Ah, tinha horário para tudo, horário para jantar, horário para brincar, estudar. Eu acho que mudou bastante na minha vida isso. É mais a questão de regras, de acolhimento, os responsáveis, tipo... sempre cuidando da gente, do que a gente precisava, solicitava alguma coisa eles sempre tentavam correr atrás, eles tinham um papel de pai e mãe, os coordenadores da C.F. como se tivesse um pai e mãe, assim de sangue.

(Narrativa de Frederico, 18 anos, novembro de 2012)

Assim, o papel da educação não formal nos processos de socialização de crianças e jovens se torna primordial para as crianças que passam por situação de acolhimento institucional. Embora esses jovens ainda possuam pouca maturidade para entender os conflitos vivenciados dentro de sua família de origem, estes necessitam de tutores de resiliência⁹⁵ para conseguir transformar a vivência de situações traumáticas em experiência para a vida. Sendo assim, compreende-se que os profissionais que se dispõem a trabalhar com este público devem ter consciente sua função, para que deste modo, possam auxiliar no desenvolvimento saudável dos acolhidos, assumindo a função de agentes de transformação, de forma a reconhecer que os percursos podem ser ressignificados. Nesse contexto, Maria da Glória Gohn (2006) salienta o entendimento de educação não formal e analisa os seguintes resultados:

A educação não formal poderá desenvolver, como resultados, uma série de processos tais como: consciência e organização de como agir em grupos coletivos; A construção e reconstrução de concepção (ões) de mundo e sobre o mundo; contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade; forma o indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas capacita-o para entrar no mercado de trabalho); quando presente em programas com crianças ou jovens adolescentes a educação não formal resgata o sentimento de valorização de si próprio (o que a mídia e os manuais de auto-ajuda denominam, simplificada, como a auto-estima); ou seja dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de auto-valorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutarem para ser reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais, etc.); os indivíduos adquirem conhecimento de sua própria prática, os indivíduos aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca. (GOHN, 2006, p.30).

⁹⁵ O futuro das síndromes traumáticas também é variável: quadros agudos que desaparecem em seis meses, quadros crônicos que organizam a personalidade, ou a ocultação que ressurge cinquenta anos depois, tudo isso se vê. Com frequência, nota-se a constituição de personalidade amoral, de psicologia do sobrevivente, de identificação com o agressor, de desconfiança constante, de dificuldade escolares, às vezes até transmitindo de uma geração para outra. Esses quadros são inconstentáveis, mas, deve-se sublinhar sua espantosa variabilidade conforme a maneira pela qual a criança atingida é acolhida por seu grupo e sua cultura. Nenhum desses sofrimentos é irremediável, todos são transformáveis quando se oferecem tutores de resiliência. Isso não quer dizer que o tormento seja desprezível, porém, uma vez que ele existe, será preciso fazer alguma coisa dele, não se pode afinal, fica à mercê da desgraça! (CYRULNIK, Boris. **Os Patinhos Feios**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.128-129).

Considerando que as narrativas atribuem o significado da atuação profissional em suas trajetórias de vida, observa-se a importância da atenção, preocupação e preparação para acolher as demandas dos institucionalizados.

Ah! A gente brigava, batia uns nos outros, brigava com o E., chutava as paredes era coisa de louco, nossa muito...muito mesmo. E daí conforme o tempo ali, a gente foi se adaptando né! Nossa, ótima! (referindo a instituição) em educação, responsabilidade, cabeça também, até hoje! Hoje em dia eu tenho mais cabeça do que antes também, né... porque se eu continuasse sendo daquele jeito. Bah, não sei! Que nem muitos dizem, bah, acho que não estaria aqui!
(Narrativa de Vicente, 20 anos, maio de 2012)

Porque, tá horrível o lugar assim (referindo a instituição de acolhimento), parece um presídio, tudo quebrado. Eu tenho bastante amiga lá e eu falo para elas: pode fazer tudo que tiver vontade de fazer, tudo que é errado, mas na segunda-feira de manhã vai para a escola e volta toda a rotina como era, para não se jogar na vida, né! Tem que ter pelo menos os estudos, porque é o que importa, o resto tu vai com a vida e vai conseguindo, né! Bens materiais isso não importa, um dia tu vai ter, né!
(Narrativa de Cecília, 18 anos, julho de 2012)

Quer ver, ...acaba... é que tipo assim! Como que eu posso te explicar... é que a gente acaba dentro do abrigo fazendo coisas que a gente não quer, sabe? A gente acaba ofendendo as pessoas porque a gente tá dentro de um abrigo. As pessoas são diferentes do que a gente. As pessoas não são iguais, a gente quando está em uma família a gente sabe se entender, entendeu? Então, imagina dentro de um abrigo com 15 crianças lá dentro... imagina...então eu acabava fazendo coisas que não eram legais, eu acabava, eu... eu... acabava machucando as outras crianças, sabe? Eu acabava machucando os outros adolescentes que ficavam comigo dentro do abrigo, eu acabei fazendo muita coisa sabe, mas coisas assim que ninguém queria, sabe? Ninguém me entendia, sabe as tias não entendiam, ninguém entendia lá dentro do abrigo! Então pra mim, como é que eu posso te explicar... pra mim, pra mim foi difícil, bom eu nem estudá eu não estudei, nem estudá e não estudei.
(Narrativa de Olívia, 17 anos, abril de 2012)

Uma vez o que me marcou bastante também, foi uma vez que uma educadora foi me chamar a atenção, e bah... ela teve que me segurar de tanta raiva que eu tava, e aquilo foi por impulso e, eu acabei e dei uma tapa na cara dela. Ali foi uma coisa que me chateou bastante e com certeza chateou ela, porque não era para acontecer, não era mesmo para acontecer. Então foi por impulso, eu dei um tapa na cara dela, daí a gente ficou muito tempo sem se falar não porque ela era uma educadora, ela tinha que me educar, entendeu! Mas fica aquele clima ruim, para mim fica aquele clima ruim, entendeu? Um clima chato, a educadora chega, o cara, então ali.. foi o que me marcou bastante. (...)
(Narrativa de Frederico, 18 anos, novembro de 2012)

Frente aos relatos, percebe-se que cada jovem entendeu, vivenciou e transferiu para o campo da experiência a institucionalização de formas diferentes. Frederico e Vicente ainda hoje salientam as suas experiências na instituição com bastante carinho, mencionando que o abrigo foi um local que lhe proporcionou “mudanças de vida”. Ainda assim, ambos se sentiram pertencentes à casa de acolhimento, trazendo que a situação de abrigamento ao contrário de lhe estigmatizar⁹⁶, lhe proporcionou o fortalecimento de sua identidade e

⁹⁶ Por definição, acreditamos que alguém com estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através da quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. (GOFFMAN, Erwing. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada** – 4^o Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.)

autoestima, considerando que, dessa forma, foram preparados para enfrentar as adversidades cotidianas.

Boas (referindo-se as lembranças que tem da instituição), hoje em dia não tem bicicleta para a gurizada sair. A gente saia demais, final de semana, se divertia. A sala de estudo está do mesmo jeito. A sala de oração está do mesmo jeito, também, os quartos, o banheiro, tudo do mesmo jeito. Os armários, até hoje, nossa! A gente olha ali, meu Deus do céu, isso aqui foi meu. (...). Mais pelo jeito que eles me tratavam, né! (referindo-se aos profissionais) -Vicente eu sei que tu pode, -Vicente, eu sei que tu consegue cara! A gente vai te dar isso, Vicente, em troca disso, entendeu? Eu tive tantas oportunidades que a gente não pode jogar fora, né! Então a gente carregou as mãos e por isso então eu vou mudar. Acabei mudando, nossa eu fiquei bem mais tranquilo. Nossa eu adoro o M. O M. ali, para mim, é uma família. Hoje em dia eu vou ali e converso com os alunos, converso com os professores, eles me tratam super bem, perguntam: como que tu está? Como está a tua namorada? Como está a tua vó? Como está tua mãe? É sempre assim! (Narrativa de Vicente, 20 anos, maio de 2012)

A gente saia para o parque, a gente saia para a quadra para jogar futebol no M., a gente fazia o “escambal” lá dentro, era muito legal! E o que eu gostava de ir mais, assim, era quando chegava o Natal, Páscoa que tinha festinha de fim de ano, que tinha ceia de Natal que eles faziam lá no abrigo, era muito legal! Aquilo marcou bastante também, porque vinha um pessoal, um grupo de ..., um pessoal assim, sabe que vinha fazer festinha para gente, dava presente, bah aquilo ali foi uma coisa que me marcou bastante! Até eu tenho um aparelhinho MP3, que eu ganhei de Natal e eu tenho até hoje ele, ali bah, foi muito legal e ali eu prometi que eu ia guardar, porque bah, de vez em quando eu ganhava as coisas eu perdia ou quebrava, então aquilo ali eu guardei como lembrança, né, da C. F. porque foi o que eu ganhei deles, então ali fiz coisas que me marcaram bastante. (Narrativa de Frederico, 18 anos, novembro de 2012)

Em contrapartida, os relatos de Cecília e Olívia demarcam situações que marcaram de forma negativa, visto que enfatizam a época que foram transferidas de instituição por terem completado doze anos, assim como, salientaram a maneira do acolhimento da instituição e a forma como os profissionais que trabalhavam na casa abordavam as suas angústias e sentimentos.

Eu lembro que lá no S. N. eu era criança e eu gostava de ficar lá porque tinha bastante comida, porque lá na minha casa não tinha, e eu tinha bastante amigos, só que era muito sofrimento porque qualquer pessoa que ia visitar todas as crianças agarravam nas pernas das pessoas menos eu... eu sempre fiquei no meu canto, eu nunca quis ser adotada. (...) Tinha um monte de gente, monte de gente que eles misturavam as pessoas que recém tinham chegado. (referindo-se aos novos acolhidos). Eles misturavam todo mundo, as crianças que chegavam da rua e botavam dormir junto com a gente, porque não tinha espaço naquela época, agora que tem uma cama para cada uma, as vezes, né! Mas, naquela época, a gente tinha que dormir tudo amontoado. (...) As educadoras não tinham sentimentos, né! É só um trabalho, tu tá ali e tu sai dali e a tua vida continua o mesmo. (Narrativa de Cecília, 18 anos, julho de 2012)

Tu fica no S. N. até os doze, só que eu era muito terrível no S. N. e daí eles me “transpassaram” para o E. G., porque daí eles pensaram que lá eu ia ter medo porque as gurias são maiores. E daí sabe, eles falaram bem assim e daí eu acabei, fui, daí eles me “transpassaram” de abrigo e daí eu fiquei lá, só que daí eu comecei a fugir, lá eu piorei... só mais ainda, cada vez pior eu fiquei, só piorando, porque daí eu tava acostumada, porque daí eu acabei acostumando, porque imagina morar dentro de um abrigo tu acha assim que a tua vida vai ser sempre assim é um passatempo, tua vida vai ser tipo assim, assim como tu tá aqui hoje, amanhã tu pode estar em outro lugar, porque daí quando tu tava acostumado com aquelas pessoas eles acabavam tirando a gente daquelas pessoas.(...) Eles (pessoas da comunidade) preferem crianças, né! As adolescentes não respeitam, fazem o que querem porque são adolescentes e tão lá, só

que eles não sabem o que acaba passando dentro da casa das pessoas, tem pessoas que não sabem o que passa, sabe? (Narrativa de Olívia, 17 anos, abril de 2012)

Nesse sentido, também aborda-se a modalidade de atendimento⁹⁷ – Abrigo Institucional⁹⁸ e Casa Lar⁹⁹, uma vez que, na segunda¹⁰⁰, os participantes afirmaram se sentir pertencentes à casa, considerando que os educadores residentes trabalhavam não apenas pelo ganho financeiro, uma vez os enxergavam como “pais,” e atribuíram a vivência de família. Já o abrigo, conforme as narrativas, foi apresentado o distanciamento entre o acolhido e o educador/cuidador, evidenciando a falta de vínculo e compromisso com a educação. O ECA aborda que todas as modalidades de atendimento devem priorizar a proteção e o cuidado, porém podemos considerar que nos casos aqui apresentados, a modalidade de atendimento – Casa Lar – causou menos traumas e possibilitou o melhor entendimento das situações que levou à aplicação da medida protetiva. Além disso, o fato de sentir-se parte do contexto contribuiu para o aumento da autoestima, uma vez que a institucionalização funcionou como uma “organização de rotinas, que garantiu um ambiente afetivo estável e seguro, com padrões de relação adulto-criança, vínculos significativos, com insumos ambientais que puderam caracterizar como um espaço terapêutico”. (FROMER, 2002, p. 315).

⁹⁷ As modalidades de atendimentos citadas no manual de orientações técnicas são abrigo institucional, casa lar, famílias acolhedoras e programa de repúblicas. Contudo, com a reformulação do ECA no ano de 2009 as nomenclaturas foram alteradas para programa de acolhimento familiar e programa de acolhimento institucional, conforme redação do Art 101.

⁹⁸ Abrigo Institucional é um serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo, em função do abandono ou cujas as famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem, ou na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. O serviço deve ter aspecto semelhante a uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos serviços disponíveis na comunidade local. Orientações Técnicas: serviços de acolhimento institucional. Brasília, Junho de 2009, p. 68.

⁹⁹ Casa Lar é um serviço de acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida de abrigo. Esse tipo de serviço deve estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar, promover hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade. O serviço deve organizar ambiente próximo de uma rotina familiar, proporcionando vínculo estável entre o cuidados/educador residente e as crianças e adolescentes atendidos, além de favorecer o convívio familiar e comunitário dos mesmos. (BRASIL, **Orientações Técnicas: serviços de acolhimento institucional**. Brasília, Junho de 2009, p.75).

¹⁰⁰ Embora a instituição não esteja totalmente regulamentada como uma Casa Lar, este é o serviço que mais se aproxima desta modalidade na cidade de Caxias do Sul.

CONCLUSÃO

O educador é aquele que cria condições para que as interações positivas se estabeleçam: do educando com as pessoas próximas, do educando com a realidade social, do educando com o saber, do educando com ele mesmo. (CRAIDY e GONÇALVES, 2005, p.140).

Nos caminhos que me propus percorrer nesta pesquisa, não tive a intenção de entender os processos escolares, mas sim de perceber o quanto o campo da educação é amplo, possibilitando que uma psicóloga se sinta pertencente a esta área do conhecimento. A minha prática profissional, em um serviço de acolhimento, abarca não somente os saberes psicológicos, mas também, como citam as autoras da epígrafe, a possibilidade de criar condições para que as interações positivas se estabeleçam.

Agora, aproximando-me do ponto de chegada, penso que os objetivos propostos no projeto apresentado para qualificação em setembro de 2011 foram alcançados, de forma que, mergulhando no conhecimento das múltiplas relações entre o desenvolvimento destes jovens e os processos educacionais não formais¹⁰¹ transformaram de forma inestimável minhas vivências – como profissional de psicologia e também como pesquisadora.

Desta forma, pude perceber que as trajetórias narradas neste texto evidenciam os mais diversos sentimentos, que também foram acarretados por diferentes motivos. Tecer a conclusão do texto sem emoção é quase impossível, pois dificuldades existiram não subtraindo a satisfação de ter permissão de adentrar nas histórias de vida de jovens com tão pouca idade, mas com experiências tão doloridas. Assim, anunciar tal demanda (violências, sentimentos, angústias) vai além de somente denunciar, mas de criar e pensar formas para melhor atender e ajudar os jovens que estão ou não acolhidos em serviços de acolhimento.

Assim, esta pesquisa mostrou que nem todos os sujeitos que são acolhidos em uma instituição a entendem como um prejuízo vital, visto que encontraram pessoas – técnicos, coordenadores, educadores/cuidadores que possibilitaram a experiência de momentos e sentimentos diferentes da realidade a que estavam expostos, ocasionando, assim, a mudança de comportamento e da forma de lidar com as adversidades cotidianas.

As trajetórias dos jovens egressos de medida de proteção que fizeram parte deste texto apresentaram a importância que a instituição de acolhimento fez em suas histórias, demarcando que puderam construir uma história de vida diferente, para que hoje, no caso dos

¹⁰¹ Há um educativo para além do escolar, e os jovens aprendem fora da escola; com a hegemonia da forma escolar há uma tendência a pensar os jovens apenas em associação aos seus processos e percursos de escolarização; a juventude moderna é uma invenção social formatada pela escolar; as culturas juvenis constituem o *húmus* para a fertilização das aprendizagens não formais. (STECANELA, 2010, p.21)

dois entrevistados do sexo masculino, pudessem elaborar as vivências ruins e criar forças para auxiliar seus núcleos familiares de origem. Por outro lado, também tivemos o exemplo de experiências ruins dentro de uma instituição, denotando a importância dos vínculos que são estabelecidos no período do acolhimento, bem como a “disposição” por parte de quem trabalha em tentar entender as demandas dos acolhidos.

Dessa forma, salientam-se os processos de aprendizagens existentes dentro desse contexto: dos técnicos em aprender as formas de manejo e de escuta desses jovens que já passaram por tantas violações e rompimento; das famílias, que em alguns casos, processam formas diferentes de educação dos filhos, possibilitando, assim, o fim do ciclo de violência; e das crianças/adolescentes em perceberem que podem ter uma história diferente, elaborando situações traumáticas e ressignificando o seu entendimento de infância, família e interações sociais.

Nesse sentido, a pesquisa permitiu rastrear que independentemente das vivências anteriores, todos que participam ativamente do processo de institucionalização são levados a repensar suas funções e potencialidades, de forma a caracterizar a educação não formal, que segundo Gonh (2006) se evidencia “como aquela voltada para o ser humano como um todo, cidadão do mundo, homens e mulheres”.

Frente às análises estabelecidas, as quais foram organizadas com o auxílio dos procedimentos da análise textual discursiva orientada por Morais e Galiazzi (2011), bem como as relações realizadas por Stecanela (2010), que atentou para o diálogo em três dimensões, consegui, no campo da pesquisa, relacionar a teoria, empiria e os meus conhecimentos tácitos, sublinhando evidências de que as políticas públicas sofrem com a burocratização, e nesse meio permanecem famílias, crianças/adolescentes que necessitam de suporte, orientação e apoio. Contudo, tal entendimento só foi estabelecido a partir das fontes que foram analisadas neste texto, visto que assumi um papel de detetive, decifrando os enigmas das narrativas e prestando atenção nas evidências de cada fala/depoimento.

As narrativas, destacadas no texto, emergiram das “experiências; suas lições, eles extraíram da própria dor” (BOSI, 1994, p. 91); vivências que são, em muitas circunstâncias, difíceis de evocar, pois provocam e acordam sentimentos ruins e que trouxeram grande dificuldade nas suas trajetórias de vida.

Com a contribuição dos jovens e da análise dos documentos, percebi que a assistência social caminhou em direção à saída do assistencialismo e se direcionou para a garantia de direitos; contudo, em muitos casos, ainda precisa “dar conta” das demandas existentes na situação que envolve o acolhimento institucional. Notei que, ainda hoje, há um “jogo de

empurra”, no sentido de que as organizações dos serviços são tão fechadas e compactadas, que o jovem fica sem pertencer a ninguém e a nenhum serviço, sendo este de responsabilidade de muitas áreas: assistência, educação, saúde, etc.

Embora hoje exista o reconhecimento legal da infância e da adolescência e de sua proteção, o sistema ainda apresenta lacunas, no que concerne ao atendimento efetivo para o público necessário das políticas públicas. Rosário (2000) aponta que, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), um bilhão de pessoas estão excluídas da sociedade formal, violentadas pelo desemprego e pela exclusão. Desse número, originam-se outros bilhões de crianças e adolescentes vítimas de diferentes formas de violência. A mortalidade infantil, o analfabetismo, a evasão escolar, a negligência, a exploração da mão de obra infantil, a exploração e o abuso sexual são partes da história de vida de muitas de nossas crianças. Esta cruel realidade demonstra que estamos longe de ver cumpridos os acordos e normativas internacionais que apontam a infância e a juventude como prioridade.

Seguindo esse conceito, reitera-se a impotência das políticas públicas que trabalham na prevenção¹⁰², pois se tem consciência de que dentro da política de Assistência Social, há ainda muito por fazer, visto que, ao contrário da criação de mais serviços de acolhimento, dever-se-iam priorizar implementações de maior número de CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro Especializado de Assistência Social), de forma a garantir a convivência familiar e comunitária. Nesse sentido, também se considera que a articulação de outras políticas se faz necessária para tal fim, pois com um maior número de creches, escolas de educação infantil, condições de habitação e tratamento de saúde, menos crianças seriam afastadas de sua família de origem, e a possibilidade de repetição das condutas e culturas de institucionalização seria quase inexistente. Dessa forma, não se vislumbra a criação e implementação de novas Leis e diretrizes, de modo que se deve priorizar o cumprimento das normativas já existentes.

Até o momento discorri sobre as crianças e os jovens, e a situação já se mostra complicada. Quando incluimos a família, a conjuntura torna-se insustentável, visto que ainda há, na atualidade, profissionais formados para trabalhar com este público que verbalizam: “ah, esse não tem mais jeito”. Tal questão causa um desconforto muito grande, pois podemos entender que as repetições acontecem para todos nós e somente tornamos conscientes certas situações quando recebemos ajuda e auxílio para elaborar o vivido.

¹⁰² Alguns desafios temos que enfrentar, como, por exemplo, manter a violência doméstica longe da clandestinidade; melhor compreender o processo de produção desta modalidade de violência; formar profissionais competentes e socialmente comprometidos no combate à violência; trabalhar na recuperação das vítimas e das famílias e na prevenção primária junto as famílias.

As quatro histórias narradas pelos egressos de medida de proteção de acolhimento institucional demarcam uma depreciação da família, visto que nos quatro casos a institucionalização foi permeada pela dependência química de algum familiar¹⁰³. No caso de Vicente e de Frederico, o genitor era alcoolista; Olívia relatou o uso de drogas por parte do irmão adotivo e Cecília por parte da mãe. Porém, em nenhum dos casos foi relatado que o familiar, nesse caso o violador, passou por tratamento ou sequer foi encaminhado a acompanhamento específico. Então, frente a essas quatro histórias de vida, surge o questionamento: será que, se a situação de dependência química tivesse sido tratada, as trajetórias de vida desses quatro jovens teriam um final diferente? Não estamos diante de um processo de defesa desse agressor, mas devemos refletir que talvez esse pai, essa mãe ou irmão também foram vítimas. Vítimas de políticas públicas ainda desarticuladas que em muitos casos, ao contrário de ajudar/ tratar, trazem um olhar de julgamento e desvalia. Vicente (1994) refere que a situação do bem-estar das crianças e adolescentes encontra-se diretamente relacionada à qualidade dos vínculos familiares, bem como a sua organização e funcionalidade. Os quadros em que a família não dispõe de recursos materiais e afetivos para prover seus membros de suas necessidades básicas se configuram as maiores situações de risco ao desenvolvimento físico, emocional e relacional das pessoas.

Dessa forma, pensa-se que pouco adianta a institucionalização da criança/adolescente se a família não estiver e/ou fizer parte do processo. Embora em casos de destituição do poder familiar, algumas crianças, sem possibilidade de colocação em família substituta, retornem para seus lares após completar a maioridade, o lar sem intervenções construtivas tornará a repetir histórias de violência.

Nesse contexto, salienta-se que a educação está diretamente ligada às situações que envolvem o acolhimento institucional, de modo que a criança/adolescente necessita perceber os limites e regras da vida em sociedade, permitindo que dessa forma consiga ressignificar vivências e ultrapassar a questão da violência de modo a mudar o rumo da história.

No que concerne às instituições envolvidas na pesquisa, também evidenciaram mudanças, visto que saíram do conceito de total, de acordo com o entendimento de Goffman (2001) para acolhimento institucional, conforme a modificação do ECA em 2009. Nestes

¹⁰³ Alguns fatores de risco são comuns e, frequentemente, encontrados em todos os casos. Cito os que referem aos pais da própria criança. No caso dos pais encontramos a repetição da história de abuso na infância (que é a mais comum) seguida de isolamento social, gravidez na adolescência, promiscuidade dos pais com vários parceiros convivendo no mesmo teto, falta de apego pai/mãe/filho, falta de pré-natal, capacidade limitada para lidar com situações de estresse (perda fácil do controle), drogas, alcoolismo, baixa escolaridade, desemprego, pais com doenças psiquiátricas, emocionais e de personalidade. (PIRES, 2000).

termos, estamos diante não apenas de modificações de nomenclaturas, mas também frente a mudanças sociais e legais, as quais colaboraram, conforme Elias (2011), no processo civilizador.

Elias (2011, p. 70) ainda acrescenta que “o processo civilizador ocorre com o sentimento de desconforto e embaraço”, fato que, na história legal, foi demarcado através das inúmeras manifestações sociais que motivaram o reconhecimento da infância e adolescência. Nesses termos, destaco que nessa história de longa duração o direito da criança e do adolescente não chegou pronto e acabado, visto que as diferentes leis (Código de Menores de 1927 e 1979 e ECA 1990 e 2009) demarcam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social peculiar e de correspondentes formas de comportamento de cada época.

Assim, percebendo as diversas mudanças ocorridas na trajetória das leis, ficam nítidas as diferenças de tratamento ao jovem que necessita da medida de proteção de acolhimento institucional, como cita Arend (2011, p.325) “desde a década de 1950, as experiências relativas ao abrigo dos menores “abandonados” no Brasil passaram a ser criticados pelos diferentes setores da sociedade civil, em função das chamadas violências físicas e psicológicas sofridas pelos menores dentro das instituições”, esta inquietação social possibilitou o primeiro movimento que possibilitou o acesso ao direito e priorizou a proteção.

Então este trabalho objetivou fazer um diálogo entre o presente e o passado, para então tentar fornecer contribuições acerca do entendimento das leis, instituições, família e políticas públicas, além de atentar para a educação não formal que existe dentro das instituições de acolhimento, onde se permite que os processos de socialização existam e a população infantil e juvenil vulnerabilizada¹⁰⁴ encontre alternativas e possibilidades de ressignificar situações vividas.

Ao finalizar este trabalho, volto a agradecer ao Ministério Público do Rio Grande do Sul e aos jovens participantes da pesquisa pelo material disponibilizado para a construção do texto e atento para que outras instituições, que tratam a questão das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade possibilitem o acesso a outros pesquisadores de formação acadêmica, de forma a contribuir para a história, para futuras inquietudes e quem sabe para colaborar com as políticas públicas, de forma que se tornem articuladas e priorizem a convivência familiar e comunitária.

¹⁰⁴ Com a globalização, os problemas educativos são atribuídos à modernização, por isso há necessidade de se proceder à desconstrução sociológica do problema da exclusão social, desnaturalizando-a. (STECANELA, 2010, p. 40)

REFERÊNCIAS

1 – Fontes Primárias

a) Documentos oficiais e legislação

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____. **Código de Menores**, 1927.

_____. **Código de Menores**, 1979.

_____, **Lei Federal nº 11.340 de 7 de agosto de 2006**, Lei Maria da Penha.

_____. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990**, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

_____, **Lei Federal nº 12.010 de dezembro de 2009**, atualização do Estatuto da Criança e do Adolescente.

_____, **Lei Federal nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993**, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

_____, **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, Novembro de 2005.

_____. **Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília: junho 2009.

_____. **Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**, 2006.

_____. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009** do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

_____. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - 2001**. Contagem Populacional. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/d...>>. Acesso em: jan. 2012.

CAXIAS DO SUL. **Lei Municipal nº 1.200, de 29 de Dezembro de 1962**. Cria a Comissão Municipal de Amparo à Infância. Disponível em: <http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-01200.pdf>. Acesso em 29 de março de 2013.

_____. **Lei Municipal nº 4.419, de 04 de janeiro de 1996**. Cria a Fundação de Assistência Social – FAS- do Município de Caxias do Sul. Disponível em: http://fas.caxias.rs.gov.br/site/uploads/lei_4419.doc. Acesso em 05 de maio de 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO, **Provimento 12/2000**. Dispõe sobre as Promotorias de Justiça e as atribuições dos cargos de Promotores de Justiça, de Entrância inicial, intermediária e final, e dá outras providências. (Acesso em: www.mp.rs.gov.br/legislacao, em 27/06/2012)

_____, **Lei nº 11.796, de 23 de maio de 2002**. Publicada no DOE nº 098, de 24 de maio de 2002. (Acesso em: www.al.rs.gov.br/legis, em 27/06/2012)

2 - Bibliografia Geral

ALBERTI, Verena. Fontes Orais. In. PINSKY, Carla. **Fontes Históricas**, 2005, p.171-191.

ALMEIDA, Francis Moraes. Resenha In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 360-367.

ALTOÉ, Sonia. **Infâncias Perdidas**. Rio de Janeiro: Xenon, 1990.

_____. “O Bebê que “invade”: Reflexões sobre o atendimento institucional a crianças em situação de vulnerabilidade social”. In: LEITE, Ligia; LEITE, Maria Esther e BOTELHO, Adriana. (org.) **Juventude, Desafiliação e Violência**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

AMENCAR. **Violência Doméstica**. Porto Alegre: Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 2000.

ANCONA-LOPEZ, S., CÂNDIDO, E., CORRÊA, L., GAINZARAIN, P. & PAVLOVSKY, D. “A visão do psicólogo sobre a política de atendimento às crianças e adolescentes sexualmente abusados no município de São Paulo.” In: **Interações**, 2 (4), 97-111.

ARAUJO, Maria de Fátima. “Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações”. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 22, n. 2, jun. 2002. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000200009&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 25 dezembro de 2012

AREND, Sílvia Maria. **Histórias de Abandono: infância e justiça no Brasil (Década de 1930)**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

ARMANDO, Janaína e FERREIRA, Marieta (Coordenadoras). **Usos e abusos da História Oral**. 7º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ºed. Dora Flakman (trad.) Rio de Janeiro: LTC, 2011.

AZAMBUJA, Maria Regina. **Violência Sexual intrafamiliar: É possível proteger a criança?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

- AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (orgs.). **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1997.
- BACELLAR, Carlos Fontes. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, p.23 a 79.
- BECHER, Franciele. **O “Perigo Moral” em tempos de segurança nacional: políticas públicas e minoridade em Caxias do Sul- RS (1962-1992)** – Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2012.
- BECKER, Maria Josefina. “A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece”. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1994.
- BENELI, Sílvio. “Internato Escolar: Violência e Subjetividade” In. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 19-29, jul./dez. 2002.
- BLEGER, José. **Psico-higiene e Psicologia Institucional**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1984.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- BOWLBY, John. **Formação e Rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- _____. **Cuidados Maternos e Saúde Mental**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BURKE, Peter. Abertura: “A Nova história, seu passado e seu futuro.” In: **A Escrita da história: novas perspectivas**. Perter Burke (org.), São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CABRAL, Claudia. **Acolhimento Familiar: experiência e perspectivas**. Rio de Janeiro: ABTH, Booklink, 2004.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- CAMINHA, Renato. “A violência e seus danos à criança e ao adolescente.” In: **Violência Doméstica**. Porto Alegre: Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho – AMENCAR, 1999 – p.43-60.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. “O lugar da família na política social.” In. **A Família Contemporânea em debate**. Maria do Carmo Brant de Carvalho (org.)São Paulo: EDUC/Cortez, 2000.
- CASSAB, Latif Antonia. e RUSCHINSKY, Aloísio. **Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa na história oral**. Revista do Departamento de Biblioteconomia e História, 2004, 16, 7-24.

- CECRIA/AMENCAR/UNICEF. **Dez anos de estatuto da criança e do adolescente: avaliando resultados e projetando o futuro.** Relatório de Pesquisa. Brasília, DF: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2000.
- COMDICA. **Pesquisa Sisem** – situação sócio educacional do menor na área urbana de Caxias do Sul. Volume I-A
- COMDICA. **Pesquisa Sisem** – situação sócio educacional do menor na área urbana de Caxias do Sul. Volume I-B
- CONANDA. **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar: orientações para criação e funcionamento,** Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: Brasília, 2007.
- CRAIDY, Carmem Maria e GONÇALVES, Liana Lemos. **Medidas Sócio-educativas: da repressão à educação.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- CRESWELL, John. **Projeto de Pesquisa método qualitativo, quantitativo e misto,** 2º Ed, Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CYRULNIK, Boris. **Os Patinhos Feios.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- DALBEM, Juliana Xavier e DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. “Apego em adolescentes institucionalizadas: processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos.” In.: **Psico,** Porto Alegre, PUCRS, v. 39, n. 1, pp. 33-40, jan./mar. 2008.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador Volume 1: Uma história de Costumes.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- _____ **O Processo Civilizador Volume 2: Formação do Estado e Civilização.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- _____ **A Sociedade dos Indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FALEIROS, Vicente de Paula e FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes** , 2º Edição. Ministério da Educação: Brasília, 2008.
- FALEIROS, Vicente. “Infância e processo político no Brasil”. In: PILLOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). **A arte de governar crianças. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Interamericano DelNiño/Santa Úrsula/Amais Livraria e Editora, 1995.
- FERRARI, Dalka. “Visão histórica da Infância e a questão da violência.” In. FERRARI, Dalka.; VECINA, Tereza (orgs.). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática.** São Paulo: Agora, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: Um inventário das diferenças. Em: M. M. Ferreira (Org.), **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

- FILHO, José Mario, Pe. **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania**. Franca: UNESP, 2002.
- FLORES, Renato Zamora; CAMINHA, Renato Maiatto. “Violência sexual contra crianças e adolescentes: algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto.” In: **Revista de Psiquiatria**. RS, 16(2): 158-167, mai/ago, 1994
- FOLBERG, Maria Nestrovsky, Uma Proposta de Psicanálise e Educação. In. **Desfazendo o feitiço: a tentativa de reconstituição do sujeito**. Org. Maria Nestrovsky Folberg, Rita de Cassia Rodrigues e Eunice Catarina Maragon. Porto Alegre: Evangraf, 2006.
- FONSECA, Cláudia. “Mãe “abandonantes”: fragmentos de uma história silenciada.” In. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012
- _____. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- _____. **Caminhos da Adoção – 3º ed.** São Paulo: Cortez, 2006.
- FONSECA, Cláudia e SCHUCH, Patrice. **Políticas de Proteção à infância: um olhar antropológico**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- FORWARD, Susan e Buck, Craig. **A traição da inocência: o incesto e sua devastação**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- FURNIS, Tilman. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- FROMER, Lígia. O Abrigo: uma interface no atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência intrafamiliar. In. FERRARI, Dalka.; VECINA, Tereza (orgs.). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Agora, 2002.
- GOFFMAN, Erwing. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada – 4º Ed.** Rio de Janeiro: LTC, 2004.
- _____. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- GOHN, Maria Glória da. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.
- _____. “Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.” In.: **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v14, n50, p.27-38, jan/mar, 2006.

- GOMES, Marcy. "O Projeto Família Acolhedora no Rio de Janeiro." In: Cláudia Cabral (org.) **Acolhimento Familiar: experiência e perspectivas**. Rio de Janeiro: ABTH, Booklink, 2004.
- GONÇALVES, Hebe. "Infância e Violência Doméstica: Um tema da modernidade." In: BRITO, Leila Torraca de (org.). **Temas de Psicologia Jurídica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- GUERRA, Viviane A **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. São Paulo: Cortez, 1998.
- JUNQUEIRA, Maria de Fátima Pinheiro da Silva e DESLANDES, Suely Ferreira. "Resiliência e maus tratos à criança." In: **Cadernos de Saúde Pública**, 19, 227-335, 2003.
- KNOBEL, Maurício. Introdução. In: Aberastury, Arminda. e Knobel, Maurício. **Adolescência Normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- KOLLER, Silvia Violência Doméstica uma visão ecológica. In: **Violência Doméstica**. Porto Alegre: Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho – AMENCAR, 1999.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.- B. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- LE GOFF, Jacques. Documentos/ Monumentos. In: LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. 3º Ed. Trad. de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. 535 a 549.
- LEITE, Ligia Costa, **Meninos de Rua: a infância excluída no Brasil**. São Paulo: Atual, 2001.
- LEITE, Ligia C; LEITE, Maria E. O leito de procrusto na escola brasileira. In: Leite, L. Leite, M e Botelho, A. (Orgs.) **Juventude, desfiliação e violência**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.
- LEVINZON, Gina. **Adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.
- LOSACCO, Silvia. "O Jovem e o contexto familiar." In: **Família, Laços e Políticas Públicas**. Acosta, Ana Rojas e Vitale, Maria Amalia (Orgs). São Paulo: Cortez, 2010.
- MANZKE, Joyce e ZANONI, Décio. "Implicações Psicológicas da Guarda Compartilhada." In: **Psicologia Jurídica: Temas e Aplicação**. CARVALHO, M., MIRANDA, V. (orgs.). Curitiba: Juruá, 2009.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. **Como escrever a história de sua cidade**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2006.
- MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

- MORAES, Roque e GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 2^o Ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.
- NEVES, Ana Maria e ROMANELI, Geraldo. “A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar.” In: **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 299-306, 2006.
- ONU. **Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre emprego e condições adequadas para cuidados alternativos com crianças**. Apresentado pelo Brasil ao Comitê dos Direitos da criança da ONU, em 31/05/2007.
- PASETTI, Edson. **Violentados: Crianças, Adolescentes e Justiça**. São Paulo: Imaginário, 1995.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- PIRES, Joelza Mesquita Andrade. Violência na infância – aspectos clínicos. In: **Violência Doméstica**. Porto Alegre: Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho – AMENCAR, 2000.
- PIRES, Joelza Mesquita Andrade e PINHEIRO Lucilene de Souza. “Maus-tratos contra crianças e adolescentes: diagnóstico e prevenção.” In: FERREIRA, José Paulo (org.). **Pediatria – Diagnóstico e Tratamento**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- Recrutar textos. **Textos de crianças e adolescentes atendidos pela Rede Recria**. Caxias do Sul, RS: Rede Recria (2009).
- RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: Raízes históricas das Políticas Públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. **A criança e a Lei no Brasil: revisitando a história (1822-2000)**. Brasília, DF; Rio de Janeiro: Unicef; USU Editora Universitária, 2000.
- RIZZINI, Irene. RIZZINI, Irma. NAIFF, Luciene. BAPTISTA, Rachel. **Acolhendo Crianças e Adolescentes: experiências de promoção do direito a convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF; Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2008.
- ROSA, J. Guimarães. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- ROSÁRIO, Maria. “Políticas Públicas voltadas para a proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência.” In: **Violência Doméstica** -AMENCAR. Porto Alegre: Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 2000.
- SAMARA, Eni Mesquita. **A Família Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- SARTI, Cynthia. “Famílias enredadas.” In: **Família, laços e Políticas Públicas**. ACOSTA, Ana Rojas e VITALE, Maria Amalia (Orgs). São Paulo: Cortez, 2010.

- SCODELÁRIO, Arlete Salgueiro. “A família abusiva.” In: **O Fim do silêncio na violência familiar: Teoria e Prática**. FERRARI, Dalka e VECINA, Tereza (Orgs). São Paulo: Ágora, 2002.
- SERRA, Artemis Soares. “Esqueceram de Mim: Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes; renovação e conservadorismo.” In: LEITE, L. , LEITE, M., Botelho, A. **Juventude, Desafiliação e Violência**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2008.
- SILVA, Roberto. **Os filhos do governo**. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- _____. Os Abrigos: agentes ativos do processo de reintegração familiar. In: ABTH. Associação Brasileira Terra dos Homens. **Do Abrigo à família**. Rio de Janeiro: ABTH, Booklink, 2002.
- SILVA, Maria Amélia de Sousa. Violência contra crianças e adolescentes – quebrando o pacto do silêncio. In: **O Fim do silêncio na violência familiar: Teoria e Prática**. FERRARI, Dalka e VECINA, Tereza (Orgs). São Paulo: Ágora, 2002.
- SILVEIRA, Simone Conceição. “A Família é para todos? A perspectiva de meninos institucionalizados.” In: WAGNER, Adriana (org.). **Família em cena: Tramas, dramas e transformações**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- STECANELA, Nilda. **Jovens e Cotidiano: Trânsitos pelas culturas juvenis e pela história da vida**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.
- STECANELA, Nilda e FERREIRA, Pedro Moura. **Mulheres e Narrativas Identitárias: mapas de trânsito da violência conjugal**. Caxias do Sul, EDUCS, 2011.
- SOUZA, Hália Pauliv. **Adoção: o exercício da fertilidade afetiva**. São Paulo: Paulinas, 2008.
- SOUZA, Maria Luiza. **Serviço Social e Instituição: a questão da participação**. São Paulo: Cortez, 1995.
- SOUZA, Marilaine, CARVALHO, Maria Cristina. “Psicologia Jurídica nos abrigos: uma análise sistêmica do direito à convivência familiar e comunitária.” In: **Psicologia Jurídica: Temas e Aplicação**. CARVALHO, M., MIRANDA, V. (orgs.). Curitiba: Juruá, 2009.
- TOURTIER-BONAZZI, Chantal. Arquivos: propostas metodológicas. In: **Usos e Abusos da História Oral**. ARMANDO, Janaína e FERREIRA, Marieta (Coordenadoras). 7º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 233-245.
- TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica**. 2⁰ Edição revista e ampliada. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2007.
- VANNUCHI, Paulo de Tarso e OLIVEIRA, Carmen Silveira (apresentação). Direitos humanos de crianças e adolescentes - **20 anos do Estatuto**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 223p. Coordenação de Irene Rizzini (PUC-Rio/CIESPI)

- VECINA, Tereza; CAIS, Ana Carolina e colaboradores. “Infância e adolescência: uma realidade que precisa de intervenção.” In: **O Fim do silêncio na violência familiar: Teoria e Prática**. FERRARI, Dalka e VECINA, Tereza (Orgs). São Paulo: Ágora, 2002.
- VEIGA, Cyntia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.
- VICENTE, Cenise Monte. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1994.
- WAGNER, Adriana; TRONCO, Cristina; ARMANI, Ananda. O desafio da família contemporânea: revisitando conceitos. In. **Desafios Psicossociais da Família Contemporânea: Pesquisas e Reflexões**. Wagner, A e colaboradores. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. **Laços de Ternura**. Curitiba: Juruá, 2004
- WEBER, Lídia. “Os filhos de Ninguém: abandono e institucionalização de crianças no Brasil.” In. **Revista Conjuntura Social**, Rio de Janeiro, julho 2000, N°. 4, p. 30-36.)
- ZIMERMANN, David. **Psicanálise em perguntas e respostas: verdades, mitos e tabus**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

3 - Entrevistas

Narrativa de Olívia, 17 anos, abril de 2012

Narrativa de Vicente, 20 anos, maio de 2012

Narrativa de Cecília, 18 anos, julho de 2012

Narrativa oral de Frederico, 18 anos, novembro de 2012

ANEXOS

Anexo 1 **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Ministério Público**

Sob o título, **Institucionalização de crianças e adolescentes em Caxias do Sul: narrativas sobre as trajetórias de vida de egressos de medida de proteção (1990-2011)**, este projeto de pesquisa pretende investigar a história de vidas de egressos de medida de proteção de acolhimento institucional da cidade de Caxias do Sul e para a análise será necessário a investigação dos procedimentos administrativos do Ministério Público do Rio Grande do Sul da cidade de Caxias do Sul.

Os dados e resultados da pesquisa estarão sob sigilo ético, não sendo mencionados os números de procedimentos ou qualquer identificação das pessoas envolvidas. Entretanto, os dados da pesquisa poderão ser vistos por pessoas que trabalham no estudo, como pesquisadora e orientadora, Prof. Dra. Nilda Stecanela.

A pesquisadora se compromete a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de informações que venha a ter, através do telefone (54) 9979.97.01

Li este formulário de consentimento e, uma vez que todas as minhas dúvidas acerca do estudo foram respondidas, autorizo o acesso aos procedimentos. Estou ciente de que posso desautorizar o acesso a qualquer momento que desejar.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos da pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu _____, identidade nº _____ autorizo a análise dos procedimentos administrativos.

Nome legível do participante: _____

Assinatura do participante: _____

Atesto que expliquei a natureza e o objetivo de tal estudo, bem como os possíveis riscos e benefícios do mesmo, junto ao participante. Acredito que ele recebeu todas as informações necessárias que foram fornecidas em uma linguagem adequada e compreensível e que o (a) participante compreendeu tal explicação.

Endereços para contato: e-mail: leticiaabb@gmail.com Fone: (54) 9979.97.01

Pesquisadora responsável: Leticia Borges Poletto

Assinatura: _____

Comitê de ética e Pesquisa-CEPUCS

Rua Francisco Getúlio Vargas, nº 1130 Sala 321 Bloco A

Caxias do Sul – RS CEP: 95070-560

Telefone: 32182829

_____, _____ de _____ de 2011.

Anexo 2 – Ofício

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CENTRO DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Caxias do Sul, de outubro de 2011.

**Exma. Dra. Adriana Karina Diesel Chesani
Promotora de Justiça da 4º Promotoria de Justiça Especializada.
Ministério Público do Rio Grande do Sul
Caxias do Sul/RS**

Exma. Promotora:

Venho por meio deste solicitar autorização para acessar os procedimentos administrativos de crianças e adolescentes que estão ou estavam institucionalizados nas casas de acolhimento e/ou em situação de acolhimento familiar na cidade de Caxias do Sul/RS.

Frisa-se que tal pedido, tem como objetivo contemplar o projeto de pesquisa intitulado: **Institucionalização de crianças e adolescentes em Caxias do Sul: narrativas sobre as trajetórias de vida de egressos de medida de proteção (1990-2011)**, realizado pela Mestranda Letícia Borges Poletto, sob orientação da Prof^a. Dra. Nilda Stecanela.

Enquanto autora do projeto justifico que:

A referida pesquisa servirá exclusivamente para fins científicos;

O responsável tem garantia que receberá respostas a qualquer pergunta ou esclarecimento quanto aos procedimentos, riscos ou benefícios da pesquisa;

Em qualquer fase do estudo o responsável poderá retirar o termo de consentimento e com isso deixar de fazer parte do estudo;

Os procedimentos desta pesquisa estão de acordo com as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos atendendo a Resolução nº. 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde – Brasília/DF;

A pesquisadora assegura a privacidade dos arquivos selecionados quanto aos dados envolvidos com o estudo;

Os resultados obtidos neste estudo serão utilizados exclusivamente para uso acadêmico;

Uma cópia do projeto de Pesquisa está à disposição do responsável supracitado para consulta e/ou esclarecimento de dúvidas.

Nestes termos, pede deferimento.

Sem mais para o momento, coloco-me a disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

Letícia Borges Poletto
Psicóloga CRP 07/16677
Mestranda em Educação pela UCS.
Contatos: 54 9979.97.01 – leticiabb@gmail.com

Dra. Nilda Stecanela
Orientadora

Anexo 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Sob o título, **Institucionalização de crianças e adolescentes em Caxias do Sul: narrativas sobre as trajetórias de vida de egressos de medida de proteção (1990-2011)**, este projeto de pesquisa pretende investigar as história de vidas de egressos de medida de proteção de acolhimento institucional da cidade de Caxias do Sul e para a análise será necessário a realização de entrevistas com pessoas que já vivenciaram a situação de abrigamento.

Os dados e resultados da pesquisa estarão sob sigilo ético, não sendo mencionada qualquer identificação das pessoas envolvidas. Entretanto, os dados da pesquisa poderão ser vistos por pessoas que trabalham no estudo, como pesquisadora e orientadora, Prof. Dra. Nilda Stecanela.

A pesquisadora se compromete a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de informações que venha a ter, através do telefone (54) 9979.97.01

Li este formulário de consentimento e, uma vez que todas as minhas dúvidas acerca do estudo foram respondidas, autorizo a entrevista e utilização do relato. Estou ciente de que posso desautorizar o acesso a qualquer momento que desejar.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos da pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu _____, identidade nº _____ responsável pelo adolescente _____, autorizo a entrevista e análise dos dados.

Nome legível do participante: _____

Assinatura do participante: _____

Atesto que expliquei a natureza e o objetivo de tal estudo, bem como os possíveis riscos e benefícios do mesmo, junto ao participante. Acredito que ele recebeu todas as informações necessárias que foram fornecidas em uma linguagem adequada e compreensível e que o (a) participante compreendeu tal explicação.

Endereços para contato: e-mail: leticiabb@gmail.com Fone: (54) 9979.97.01

Pesquisadora responsável: Leticia Borges Poletto

Assinatura: _____

Comitê de ética e Pesquisa-CEPUCS

Rua Francisco Getúlio Vargas, nº 1130 Sala 321 Bloco A

Caxias do Sul – RS CEP: 95070-560

Telefone: 32182829

_____, _____ de _____ de 2012.

Anexo 4 Roteiros de pesquisa (Questionário de Entrevistas)

- 1) Idade
- 2) Estado Civil
- 3) Escolaridade
- 4) Com que idade você foi institucionalizado?
- 5) Quanto tempo você permaneceu no abrigo?
- 6) Quando você foi para a Instituição o que mudou em sua vida?
- 7) O que motivou a institucionalização?
- 8) Que lembranças você tem desse período?
- 9) O que você achou da instituição que lhe acolheu?
- 10) O que você lembra da estrutura física da instituição que lhe acolheu?
- 11) Como está sua vida após sair da instituição?